



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES – ÁREA III
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

RYANNE FREIRE MONTEIRO BAHIA

**HOMENS DE LETRAS, HOMENS DE CIÊNCIA: DISCURSO RACIOLÓGICO
NA LITERATURA BRASILEIRA EM CANAÃ, DE GRAÇA ARANHA.**

**Fortaleza
2016**

Ryanne Freire Monteiro Bahia

**HOMENS DE LETRAS, HOMENS DE CIÊNCIA: DISCURSO RACIOLÓGICO
NA LITERATURA BRASILEIRA EM CANAÃ, DE GRAÇA ARANHA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de doutor. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora:

Prof. Dr^a. Isabelle Braz Peixoto da Silva

**Fortaleza
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

B151h Bahia, Rynne Freire Monteiro.
 Homens de letras, homens de ciência: discurso raciológico na literatura brasileira em
 Canaã, de Graça Aranha / Rynne Freire Monteiro Bahia. – 2016.
 204 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

 Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa
 de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.
 Área de Concentração: Sociologia.
 Orientação: Profa. Dra. Isabelle Braz Peixoto da Silva.

 1. Aranha, Graça, 1868-1931. 2. Raça. 3. Imigração. 4. Literatura. 5. Identidade
 nacional. I. Título.

CDD 325

Ryanne Freire Monteiro Bahia

**HOMENS DE LETRAS, HOMENS DE CIÊNCIA: DISCURSO RACIOLÓGICO
NA LITERATURA BRASILEIRA EM CANAÃ, DE GRAÇA ARANHA.**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Universidade Federal
do Ceará como requisito parcial à
obtenção do título de doutor. Área de
concentração: Sociologia.

APROVADA EM ____/____/____

Prof. Dr^a. Isabelle Braz Peixoto da Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino (1º Examinador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a. Alba Maria Pinho de Carvalho (2º Examinadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr^a. Roberta Manuela Barros de Andrade (3º Examinadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr^a. Carla Susana Alem Abrantes (4º Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB)

Fortaleza
2016

Dedico esse trabalho a todos os que
ajudaram nessa caminha acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer minha mãe, em especial, pois sem ela esta tese não se realizaria. Porque sem ela eu sequer teria ingressado na universidade. Foi ela a grande incentivadora dos meus estudos desde a mais tenra infância.

À minha família de Cascavel: papai, e meus muito amados irmãos: Rômulo e Tuarne com a qual tive estimulantes discussões acadêmicas. À minha família de Fortaleza.

A meu marido, Ítalo Bahia, pela paciência e pelo eterno e incondicional apoio à minha vida acadêmica, sem a compreensão do qual esta não lograria êxito. Com quem travei inúmeros debates sobre os mais variados temas.

À minha querida e competente orientadora Isabelle Braz. Que esteve comigo nessa longa caminhada, cheia de idas e vindas teórico-metodológicas.

Aos professores que participaram de minha formação escolar e acadêmica. Em especial aos professores responsáveis diretos por tornar esse momento possível como o professor George Paulino, que contribuiu de forma decisiva para esse trabalho por meio de seus apontamentos durante o exame de qualificação, os quais me guiaram e que busquei seguir. Agradeço também de modo especial a professora Manuela Barros por aceitar meu convite para contribuir com meu trabalho desde sua participação em minha dissertação na banca de mestrado.

À estimada professora Alba Pinho, que bem como Isabelle, me acompanham desde a banca de seleção de mestrado, quando as vi pela primeira vez.

Aos meus estimados colegas de doutorado, com quem gostaria de ter convivido mais: um abraço a todos!

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e a todos os seus funcionários que sempre nos auxiliaram. E ao Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas (GEPE) em cujas reuniões, sempre que possível, discutiu-se essa tese.

À Socorro, secretária da coordenação da Pós- Graduação em Sociologia –UFC por seus préstimos e auxílio sem os quais essa defesa seria impossível.

Gratidão às amigas bibliotecárias, especialmente Juliana Lima, amiga de todas as horas com que conto sempre.

À CAPES, pelo suporte financeiro que tornou possível essa pesquisa.

“Tudo já foi dito uma vez, mas
como ninguém escuta é preciso
dizer de novo”.

André Gide

RESUMO

A pergunta de partida que norteia esse estudo é: de que forma o(s) discurso(s) raciológico(s) se expressa(m) na literatura brasileira por meio da obra *Canaã* (1902) de Graça Aranha? O objetivo geral da tese é perceber os modos de expressão do discurso raciológico na obra supracitada e estabelecer a rede de relações simbólicas e sociais que dialogam direta e indiretamente com sua postura em seu primeiro romance que trata sobre a imigração. De modo mais específico, buscamos: a) Analisar o modo pelo qual Graça Aranha apresenta e discute por meios de suas personagens os temas raça, progresso e civilização, termos-chave para o discurso raciológico brasileiro; b) Perscrutar o lugar social de Graça Aranha, bem como as teorias raciais que influenciaram as "teses" apresentadas em *Canaã*; c) Explorar o caminho, pelo qual o ideário racial pautou o debate sobre o projeto de Brasil e a identidade do brasileiro; d) Investigar os sentidos do processo de imigração europeia (no caso de Graça Aranha, dos alemães) para o Brasil e a relação entre negros e brancos no início do século XX e início da república da espada. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa documental que teve como instrumento de coleta de dados a análise do discurso qualitativa, seguindo as orientações elementares de Orladi (1988, 1992, 1993) e Foucault (2009). À guisa de conclusão, percebeu-se que a obra literária *Canaã* apresentou um caleidoscópio de ideias referentes ao discurso comum à época, desde ao super-homem nietzscheniano de Lentz, perpassando às referências raciais da Escola do Recife para discutir, em última instância, a identidade nacional e como esta ficaria afetada pelo fenômeno da imigração estrangeira.

Palavras-chave: Raça. Imigração. Literatura. *Canaã*. Graça Aranha.

ABSTRACT

The starting question guiding this study is: how the races (s) discourse (s) is expressed (m) in Brazilian literature through the work *Canaan* (1902) Aranha? The overall aim of the thesis is to realize the racial speech modes of expression in the above work and establish the network of symbolic and social relations that dialogue directly and indirectly with his stance in his first novel which deals with immigration. More specifically, we seek to: a) analyze the way Aranha presented and discussed by means of their characters topics race, progress and civilization, key terms for the Brazilian racial speech; b) Peering social place Aranha and racial theories that influenced the "theses" presented in *Canaan*; c) Explore the way by which the racial ideology guided the debate on the bill of Brazil and the Brazilian identity; d) To investigate the senses of European immigration process (for Aranha, German) for Brazil and the relationship between blacks and whites in the early twentieth century and the beginning of the sword republic. Methodologically, there was a documentary research that had as data collection instrument to analyze the qualitative speech, following the basic guidelines of Orladi (1988, 1992, 1993) and Foucault (2009). In conclusion, it was realized that the literary work *Canaan* presented a kaleidoscope of related ideas to the common discourse at the time, since the nietzscheniano superman Lentz, passing to racial references Reef School to discuss, ultimately, the national identity and how this would be affected by foreign immigration phenomenon.

Keywords: Race. Immigration. Literature. *Canaan*. Graça Aranha.

LISTA DE SIGLAS

A.D. -	Análise de discurso
AAAS -	Association for the Advancement of Science
HLB -	História da Literatura Brasileira, de Sílvia Romero
IHGB -	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Modelo metodológico.....	32
Figura 2 -	Poema de Machado de Assis.....	46
Figura 3 -	Retrato de Graça Aranha.....	55
Figura 4 -	Retrato de Tobias Barreto.....	59
Figura 5 -	Capa da primeira edição de Canaã.....	62
Figura 6 -	A humanidade representada por Clotilde de Vaux.....	86
Figura 7 -	Imigração germânica para o Brasil no início do século XX....	102
Figura 8 -	Imigrantes na agricultura.....	159
Figura 9 -	Cartaz de propaganda da imigração e abaixo, charge da realidade encontrada.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Personagens de Canaã.....	35
Quadro 2	Comparação entre os conceitos de cultura e civilização.....	95
Quadro 3	Comparação entre Milkau e Lentz.....	109

SUMÁRIO

1	CANAÃ: TERRA PROMETIDA? INTRODUÇÃO.....	15
2	CAMINHOS PARA CANAÃ: METODOLOGIA.....	26
2.1	Porque trabalhar com literatura: a liberdade de falar o indizível na literatura.....	26
2.2	A feitura do trabalho.....	30
2.2.1	<i>Resumo de Canaã de Graça Aranha.....</i>	38
3	CAMPO LITERÁRIO E A INSCRIÇÃO DE GRAÇA ARANHA NO MESMO.....	41
3.1	Campo literário no Brasil até o início do século XX.....	43
3.2	A profissão de escritor e o mercado de publicação.....	51
3.3	A Escola do Recife e a influência do mestre germanista Tobias Barreto.....	58
3.4	Ser ou não ser modernista.....	64
3.4.1	<i>A disputa simbólica com os modernistas de 22.....</i>	71
4	ERUDIÇÃO E CULTURA LETRADA NO BRASIL.....	74
4.1	Positivismo no Brasil.....	77
5	DO CONCEITO DE CULTURA: REVISÃO DOS CONCEITOS ATÉ A PUBLICAÇÃO DE CANAÃ.....	93
6	O ENÍGMA DO FUTURO EM CANAÃ: A “RAÇA”	114
7	AS ESPERANÇAS DE MILKAU E LENTZ: A IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O BRASIL.....	153
7.1	Fatores históricos para a imigração no Brasil.....	153
7.2	Os germânicos.....	162
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
	REFERÊNCIAS.....	192

APÊNDICE 1: CONCEPÇÃO DE ARTE E CIÊNCIA NA ALEMANHA DO SÉCULO XIX.....	204
APÊNDICE 2: SPENCER E SUA TEORIA EVOLUCIONISTA.....	208
ANEXO 1: GERMÂNICOS NO BRASIL.....	213
ANEXO 2: PUBLICIDADE ENTRE BRASIL E ALEMANHA.....	216
ANEXO 3: SÍMBOLOS POSITIVISTAS.....	219
ANEXO 4: DECRETO Nº 528, DE 28/06/1890, que regula o serviço da introdução e localização de imigrantes.....	220

1 CANAÃ: TERRA PROMETIDA? INTRODUÇÃO

“Só o brasileiro se julga capaz de criar, e resignado se humilha na imitação.”

Graça Aranha

Esse estudo possui três elementos que precisam ser pensados conjuntamente: a literatura, a ciência e as teorias raciais. A frase da epígrafe acima reúne tais itens, pois a ciência e a literatura brasileira do início do século XX imitavam o modelo europeu de explicação para questões científicas e sociais e acabaram por fazer uso de teorias raciais e deterministas para buscar soluções para problemas locais (VIANA, 2007). A literatura brasileira é o campo onde buscaremos identificar a produção e em alguns momentos uma contestação do discurso racial; a obra escolhida foi *Canaã* porque esta apresenta uma longa discussão sobre a existência ou não de uma “superioridade” racial, bem como o processo civilizador, a “evolução humana”, a busca do progresso e temas similares.

O romance tem como pano de fundo a imigração germânica para o estado do Espírito Santo. Com a presença de trabalhadores estrangeiros, muitos na qualidade de colonos, impõe-se uma tensão filosófica sobre qual seria o caráter do brasileiro, assim como no que consistiria o futuro de um país tão “misturado”. A imigração seria boa ou ruim, pensando em termos de constituição de uma identidade nacional? Esses são alguns questionamentos que atravessam a obra *Canaã* e o motivo pelo qual optamos por sua análise. Temos por desiderato compreender o processo que foi a construção do discurso racial e com base nele, a promoção da desclassificação social.

Graça Aranha, em sua obra de estreia, *Canaã*, pouco narra acontecimentos, apresentando o livro muito pouca ação; antes apresenta suas teorias e seus questionamentos sobre os referidos temas (imigração, questão racial, “futuro” de uma nação tão mestiça, entre outros) por meio de suas

personagens. O livro dedica mais espaço aos diálogos do que a longas descrições ou séries de eventos. De modo que, devido à estrutura peculiar do romance em questão, apresentaremos as falas contextualizadas de maneira simples, pois há escassas cenas e pequena variedade de cenários em *Canaã*, refletindo-se na concisão de nossa contextualização das falas. Por tais características, Graça Aranha foi considerado melhor debatedor do que romancista, a contribuir para sua classificação em pré-modernista (para os modernistas), ao passo que ele se arvorava um modernista¹.

As questões que perpassam essa (des)classificação (por qual motivo “pré” e não modernista simplesmente?) serão discutidas no capítulo dois, quando situamos o autor e seu lugar social, seu “espaço de possíveis²” e a teia de relações que definiram sua carreira, que não era apenas de escritor.

Para compreender a obra, lançamos mão de livros, ideias e documentos referentes a períodos anteriores e posteriores à publicação de *Canaã*. Pois o livro não é um acontecimento que se encerra em si mesmo, tendo sido influenciado por teorias e representações³ que possuem origens muito anteriores à sua época, cujas consequências estenderam-se por um extenso período de tempo. Nesse sentido, adotamos uma perspectiva

¹ Mais informações no capítulo dois.

² *Espaços de possíveis* são, para Bourdieu em *As regras da Arte* e em outras obras, lugares sociais que permitem determinada mobilidade aos sujeitos. Exemplo: Mozart, apesar de grandes habilidades, não encontrou uma estrutura social adequada para reconhecer suas habilidades mais complexas; o reconhecimento desejado pelo músico deu-se postumamente. Beethoven, por sua vez, encontrou uma estrutura social mais favorável ao reconhecimento de seus atributos musicais. Mais informações ver Mozart, sociologia de um gênio, de Norbert Elias.

As representações sociais possuem uma dimensão pertinente não apenas à esfera individual, mas pública principalmente (JOVCHELOVICH, 1994). Através das representações sociais, criam-se categorias, esquemas interpretativos do mundo social, e, nesse aspecto, elas ocupam papel contundente nas ações dos sujeitos uma vez que as fundamenta e as justifica. “É através da ação de sujeitos agindo no espaço que é comum a todos, que a esfera pública aparece como lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar saberes sobre si própria, ou seja, representações sociais” (JOVCHELOVICH, 1994, p. 71). Estabelece-se uma relação íntima entre as representações sociais e a cultura política, posto que a segunda se apropria da primeira para fomentar ações relativas às políticas públicas.

JOVCHELOVICH.; GUARESCHI, P. **Textos em representações Sociais**. Petrópolis, Vozes, 1994.³

processual, que pode ser considerada como de “média duração”, segundo abordagem de Braudel.

A questão de partida que orienta esse estudo é: de que forma o discurso raciológico se expressa na obra *Canaã*, de Graça Aranha? Em grande parte dos trabalhos sobre a questão racial, por vezes, fica implícito que o objeto é o negro; nesse caso, são pensadas as disputas discursivas a respeito das raças em uma relação dialética. Isso porque o negro liberto foi discutido em contraponto com o branco europeu e, não raro, o mestiço serviu como categoria conciliadora, uma “esfinge do futuro”, como descreveu Nina Rodrigues. O questionamento acerca das raças no Brasil do início do século XX era um verdadeiro “decifra-me ou te devoro”, referente ao próprio futuro do país.

Uma vez que o objetivo geral dessa pesquisa é perceber como a discussão raciológica se expressa na obra *Canaã*, a essa questão tão complexa temos por pretensão alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Perceber qual o lugar de fala de Graça Aranha, a que escola se filia, as quais questões buscou responder ou provocar;
- Observar qual paradigma científico influenciou sua obra;
- Analisar as concepções de cultura e civilização no intuito de cotejar as concepções da época com as encontradas em *Canaã*;
- Perscrutar as relações dialéticas entre raça e imigração no início do século XX e como se expressam em *Canaã* de Graça Aranha.

Apesar de essa pesquisa se focar em 1902 e período próximo, destaca-se que em História as transformações não ocorrem repentinamente, mas se desenvolvem em processos que se tornam mais visíveis em determinados eventos, acontecimentos e produtos. O que essa tese se dispõe a discutir é como o escravismo, a herança colonial e aristocrática que em primeiro lugar tentaram evanescer a participação do negro na sociedade brasileira pela tentativa de branqueamento e depois pelo escamoteamento do negro pela figura do mestiço que não seria nem negro nem branco, acabaram

por deixar a questão racial no país mal discutida e resolvida: durante muito tempo se pensou e se disse que, “se não há negros, se a maioria se identifica como “morena”, não há racismo”.

Esse tema de estudo chegou à pesquisadora quando de sua dissertação referente ao pobre na literatura na obra *O Cortiço*. Não era o propósito, na época, estudar o negro e sim o pobre, mas a associação entre pobreza e negritude surgiu de forma tão patente que foi impossível não abordar também por meio de um capítulo a questão racial. Na referida pesquisa, construímos alguns apontamentos, levantamos indícios, mas restou a lacuna de se explorar os aspectos mais holísticos do processo e, deste modo, chegamos à pesquisa atual, na qual pretendemos aprofundar a discussão de outrora, pensando a questão racial associada com: o pensamento científico, a construção identitária da nação e do brasileiro, o fim da escravidão e o início da imigração.

A relevância desse estudo consiste na observação da necessidade de pensar as origens das práticas racistas, que datam da escravidão e outrora se legitimaram pelo cientificismo (FERREIRA, 2008). Conhecendo melhor essa chaga de nosso passado, talvez seja possível lançar luz sobre o problema que persiste contemporaneamente com diferente roupagem: o preconceito contra os alunos cotistas, contra os nordestinos durante as eleições de 2014, além do racismo velado e difuso que se revela cotidianamente são exemplos disso. Se o negro analisado por Nina Rodrigues ingressou na faculdade por meio dos laboratórios de pesquisa forense que realizavam autópsias de seus corpos, atualmente, esse negro adentra na própria faculdade de medicina, não mais como cadáver, mas como pessoa, estudante a dividir com as elites aristocráticas⁴ o espaço social. É possível que parte dos traços fascistóides que hoje se manifestam resida na dificuldade que uma parcela de nossa sociedade tem em conviver com o diferente, ou de aceitarem a ascensão social e a quebra das hierarquias sociais que uma parcela de brasileiros negros, historicamente vilipendiados.

⁴ O termo aristocrático nesse caso se refere ao comportamento das elites e sua lógica de distinção social, de separação do vulgo e das classes baixas.

Norbert Elias (2001) em *Sociedade de Corte* defende a pertinência dos estudos, cujo objeto esteja bem distanciado historicamente, pois tal afastamento temporal permite ao pesquisador uma perspectiva de processo, enxergando determinado fenômeno após longos anos de desenvolvimento. Tais abordagens não são muito frequentes nas Ciências Sociais, mas este espaço pode e deve ser ocupado por sociólogos e antropólogos.

Metodologicamente, procedemos da seguinte forma: analisamos o lugar social do escritor, estrutura e pertencimentos (posição) social e intelectual, assim como o ambiente e as ideologias que marcaram o período em que a obra foi lançada, além do próprio conteúdo da obra (BOURDIEU, 1996). Afora pensarmos com “as regras da arte” de Bourdieu, adotamos a perspectiva de Raymond Williams (2011) sobre a arte, ao percebê-la como algo que possui íntima relação com a sociedade da qual ela é produto.

Percebendo os bens simbólicos como objeto de estudo, estaremos voltados para a interpretação dos sentidos atribuídos na obra *Canaã* e nas teorias e autores com quem Graça Aranha dialoga direta ou indiretamente. De modo que faz-se útil em nosso caso a realização de uma análise do discurso (A.D).

Nessa perspectiva, seguimos as orientações de Orlani (1988; 1992), observando que a A.D se preocupa em estabelecer relações do texto-base com os outros textos (outras formações discursivas), bem como captá-las nos campos em que o discurso está inserido, identificando a historicidade e a estrutura social com a qual o texto reage. Por isso, exploramos um pouco da vida do autor, sua filiação profissional, relação com os pares, contato com teorias estrangeiras, quais modelos científicos estavam em voga em 1902, e período próximo, anterior e posterior. Os detalhes metodológicos estão no primeiro capítulo.

As questões que se colocam durante toda a obra *Canaã* são: existe superioridade de uma “raça” perante as outras? Seria o homem europeu e branco “naturalmente” dotado de predicados físicos, morais e intelectuais dos

quais careceriam as demais “raças”? O suposto atraso do Brasil seria por uma fragilidade biológica do negro e do índio ou por uma estrutura social que favorecera um em detrimento dos demais? No romance supracitado, existem dois protagonistas: Milkau, o qual não é partidário da ideologia da superioridade biológica ariana, antes sonha com uma integração entre os diversos tipos humanos que habitam no globo. Seu antípoda é o compatriota Lentz, o qual defende que a miséria tão comum na maior parte dos habitantes provém de sua incapacidade de governarem a si, de trabalharem com inteligência. Milkau e Lentz eram camponeses pobres alemães que vieram ao Brasil em busca de terras férteis para trabalhar e prosperar. *Canaã* é uma menção bíblica, cujo nome designa a terra prometida de onde jorra leite e mel. É por meio da trajetória dos imigrantes que Graça Aranha aborda a questão do negro e do índio. É inclusive uma voz quase silenciosa; eles aparecem mais por serem invisíveis, estão lá, mas é como se não fossem importantes; tem fala, mas pouca e descrente, onde o negro resiste e o índio aparentemente se desvaneceu na classificação de caboclo, mestiço.

Problematizando a forma pela qual o debate racial emerge em *Canaã*, é mister conhecer quais teorias científicas pautavam a discussão nacional. Por isso, durante o capítulo três, discorreremos sobre as teorias mais influentes no Brasil neste período, bem como aspectos históricos relevantes para esse estudo, tentando desvelar como ocorreu a interseção desses até então campos indistintos no séc. XIX: literatura, política e até mesmo ciência.

Analisamos a relação entre literatura e produção de discursos que foram em determinado momento pautas científicas e políticas na história do Brasil do início do século XX. Esses discursos alimentavam um longo debate referente a uma interpretação do Brasil, esta, que se fazia a partir de teorias importadas, tais como o positivismo/racionalismo, e o evolucionismo/darwinismo social e suas derivações.

É preciso ter em mente, a esse respeito, dois aspectos centrais: a) O contexto de produção de tais obras europeias se voltava a preocupações próprias do seu tempo e espaço, algo desconsiderado pelos intelectuais

brasileiros; teorias cujas interpretações e desdobramentos foram além do que supunham seus preconizadores: Comte, Darwin, Hobbes e Spencer. Nesse sentido, no Brasil, durante o Império e início da República, foi produzida uma leitura muito particular destes então clássicos do pensamento europeu (SCHWARZ, 1992); o que veremos detalhadamente no terceiro capítulo. b) No Brasil, Os homens que engendravam oficialmente essa interpretação, a quem denominamos genericamente intelectuais, eram figuras muito diversas do que guarda a concepção do termo na atualidade; eram, na verdade, “homens de letras”. Estes faziam parte da elite política, econômica e intelectual do país, cuja posição social foi sendo lapidada durante o Império. Eram na prática o monopólio da enunciação, como definiu José Murilo de Carvalho: “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”(CARVALHO, 2012, p.65). Essas pessoas ilustres eram encarregadas de “pensar o Brasil”, posto que, possuindo diploma de ensino superior, um homem de letras, geralmente com formação jurídica, tinha voz para opinar sobre os mais vastos assuntos: direito, política, sociedade, natureza e tudo que possa ser relevante para a discussão pública. O literato era amiúde bacharel, diplomata e, ocasionalmente, escritor de versos e/ou de prosa romanceada. Não era possível ser apenas escritor de literatura. Era necessário ser uma referência intelectual e, não raro, um cientista. Por assumirem frequentemente posicionamento público, era comum estarem cientes das “modas” europeias, inclusive, intelectuais, de forma que os paradigmas europeus eram a matriz a partir da qual se adaptava a realidade nacional brasileira (CARVALHO, 2012; SCHWARCZ, 1993). Entraremos em detalhes no capítulo três.

Para interpretar as ideias e concepções contidas no romance, tomando-a como uma fonte histórica⁵ e para melhor captá-la, é importante questionar os “espaços de possíveis” em que o autor está inscrito, configurado. Esse limite entre o que pode ser atribuído a uma liberdade de interpretação e o objetivo do autor ao escrevê-lo é uma fronteira deveras tênue; mas pela qual precisamos adentrar para perceber, por exemplo, até que ponto determinada leitura que se

⁵ Fonte histórica no sentido de que se trata de um documento a ser interrogado, revelador de valores de uma sociedade e impregnado por seu tempo histórico.

fez de *A origem das espécies* foi um erro de interpretação ou se fez parte de uma estratégia mais ampla de produzir um discurso pejorativo em relação aos habitantes do “novo mundo”, os colonizados, que por serem “naturalmente” fracos eram ingovernáveis, precisando sempre da tutela do ser mais “evoluído e civilizado”, a saber, o homem branco.

Os posicionamentos sobre o Brasil, suas tentativas de compreender o país durante um longo período de tempo (1870-1930), indica Schwarcz (1993), foram conduzidos sob o prisma das teorias raciais, buscando no positivismo, e no evolucionismo, as bases científicas para sua confirmação. Em tempos onde se pensava em termos de ordem e progresso, muitos intelectuais, de naturalistas a médicos, perguntavam o porquê do “atraso” de uma nação detentora de inúmeras riquezas naturais e vasta extensão territorial. O problema estaria, pois, nos habitantes do éden terrestre? Manoel Bomfim escreveu em 1905⁶ em seu *A América Latina: males de origem* o seguinte trecho que, para ele, representaria o que o europeu em geral pensava sobre a América do Sul:

É lastimável e irritante que, enquanto a Europa, sábia, civilizada, laboriosa e rica, se contorce comprimida nestas terras estreitas, alguns milhões de preguiçosos, mestiços degenerados, barulhentos e bárbaros, se digam senhores de imensos e ricos territórios, dando-se ao rastaquerismo de considerar-se nações (BOMFIM, 2005, p. 43).

Em finais do século XIX e início do século XX, alguns intelectuais tornaram-se porta-vozes de teorias sobre o Brasil em maior ou menor grau focadas no termo raça; destacaram-se nesse contexto: Nina Rodrigues, Silvio

⁶ Esclarecimento: não está sendo dito que a obra citada de Manoel Bomfim influenciou Graça Aranha, apenas aponta-se aqui uma relação de pensamento semelhante, posicionamentos afins. O que pode indicar que no seio do paradigma científico que convivia abertamente com as teorias raciais, havia também quem, na mesma época, refutasse-o o paradigma científico, a saber, o positivismo (capítulo três) e o evolucionismo (ver Apêndice 2- Spencer e sua Teoria Evolucionista). Para compreender o pensamento de Bomfim ver capítulo cinco.

Romero e Euclides da Cunha. A explicação para o suposto “atraso” do país vinha dos teóricos brasileiros e também dos viajantes e cientistas estrangeiros, mormente naturalistas, que, ao visitarem “o novo mundo” em busca de conhecer as belezas naturais, plantas e animais até então desconhecidos, deparavam-se não sem assombro com a “mistura de raças” que aqui se encontrava. Dentre tantos relatos que poderiam ser citados, ficou famosa a citação de Louis Agassiz em 1868:

Que qualquer um que duvide dos males da mistura das raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia físico e mental (AGASSIZ, 1868, p. 71 apud SCHWARCZ, 1993, p. 13).

As principais ideias abordadas em *Canaã* fazem referência a um conjunto de teorias e interpretações as quais ficaram conhecidas por fomentar um discurso raciológico, ideias essas fortemente ancoradas em um debate “científico” da época. O que a citação de Agassiz reproduz era uma preocupação política, científica e literária, áreas que, até o início do século XX, eram pouco demarcadas.

A tese desse estudo é a de que o discurso racial no início do século XX (em continuidade com as discussões do final do século XIX, pois não há uma ruptura brusca) expressou-se na literatura brasileira conjugado com as preocupações referentes à identidade nacional o que, no caso da obra *Canaã*, imprimiu-se no interesse em relação à imigração estrangeira e como ficaria a nação após essa “mistura de raças”.

A tese que segue apresenta a seguinte estrutura: O primeiro capítulo traz a metodologia. Nele, discorreremos acerca da abordagem adotada e

orientação analítica, bem como sobre as especificidades do trabalho sociológico realizado com obra literária.

O capítulo dois procura situar o leitor no que se refere ao lugar social de Graça Aranha e, para tanto, aclaramos um pouco o que era a profissão de escritor no Brasil no início do século passado. Abordaremos também sua formação intelectual e o relacionamento com seus pares, com a Academia Brasileira de Letras (ABL) e com o movimento denominado modernismo, do qual foi excluído formalmente.

O capítulo três discorre sobre as teorias científicas no recorte temporal proposto. São nele discutidas as principais correntes científicas que ecoaram no Brasil, do ecletismo ao positivismo e evolucionismo. Foucault (2013, p. 27) chama atenção que a literatura, assim como a política “são, por sua vez, fatos de discursos que merecem ser analisados ao lado de outros, que com eles mantêm, certamente relações complexas”. É importante, sobretudo, reconhecer quais elementos dialogam com os espaços simbólicos no texto literário, tornar visível quais outros discursos interagem com ele, um determinado texto literário. Esses espaços de interseções são, no caso de *Canaã*, a ciência, a concepção de literatura e o pensamento positivista e evolucionista.

O capítulo quatro discute os conceitos de *cultura* e *civilização* desde sua gênese na disputa entre Alemanha e França até as mudanças de sentido dos referidos conceitos e seus usos nas Ciências Sociais. Não é a proposta, entretanto, discutir nesse capítulo os usos contemporâneos de tais conceitos para não nos distanciar do objeto de estudo. Por isso, privilegiamos o estudo de Strauss, Boas, Taylor por esses autores serem centrais na superação do termo raça pelo de cultura. Ou seja, discutiremos cultura e também civilização à medida que tais categorias sejam pertinentes à análise da obra *Canaã* e à formação intelectual do próprio Graça Aranha. Deixamos para um momento posterior, o das considerações finais, para refletir um pouco sobre a relevância do termo cultura na contemporaneidade.

O quinto capítulo versa a respeito da especulação sobre um suposto “caráter”, no sentido filosófico de essência, do brasileiro, bem como discorre acerca da maior ou menor “adequação natural” das raças ao ambiente natural do Brasil. Expõe as teorias da suposta superioridade da raça ariana, ou a “inferioridade” do mestiço.

O sexto capítulo aborda a imigração europeia para o Brasil e, em âmbito mais específico, sobre os germânicos, sobretudo alemães, população imigrante retratada em *Canaã*. Também são analisadas e as interpretações raciais concernentes ao trabalho (labor, realizado por brasileiros e imigrantes na obra em questão). Ou seja, investigou-se o mito da superioridade laboral do imigrante europeu.

Para concluir, serão retomadas algumas questões dos capítulos anteriores juntamente com uma reflexão sobre as manifestações raciais da atualidade. Os apêndices trazem partes complementares ao texto principal, uma vez que se referem a questões indiretamente relacionadas à *Canaã*. Os anexos concentram ilustrações, as quais têm por objetivo facilitar a compreensão do leitor.

2 OS CAMINHOS PARA CANAÃ: METODOLOGIA

2.1 Porque trabalhar com literatura: a liberdade de falar o indizível na literatura

A análise sociológica de um texto⁷ literário não se esgota em si próprio. A perspectiva adotada nesse estudo compreende que, além do discurso inerente à obra, são importantes para uma sociologia da literatura perscrutar o local de fala do autor, sua filiação institucional, orientação específica do grupo de pertença, bem como as teorias em voga no período em que a obra foi escrita. Em outros termos, os elementos externos à obra falam tanto sobre ela quanto seu conteúdo escrito (BOURDIEU, 1996).

Por que escolhemos como campo a literatura? A literatura foi e continua sendo uma das mais pródigas expressões da cultura. Mesmo antes da inovação tecnológica que foi a prensa de tipos móveis de Gutemberg, o homem compartilhava conhecimento, suas dúvidas e angústias contando estórias, o que se percebe desde o tempo em que as estórias e mitos eram contados por meio da oralidade ou, mais anteriormente, pelas pinturas nas paredes. De todo modo, essas narrativas são para o cientista social, interessado em se debruçar sobre as expressões artísticas (dessacralizando-as, transformando-as em material de onde vai interrogar sobre as teorias presentes nas obras) tão importantes quanto um esqueleto de animal desconhecido para um paleontólogo (ALENCAR, 2005).

Algumas obras de literatura são mais reveladoras de representações sociais⁸ do que muitos relatos “científicos”, como os do século XVIII, quando

⁷ A etnografia do texto é utilizada como uma ferramenta, um instrumento interpretativo que busca, mediante fontes documentais e literárias, acessar as mentalidades de um determinado período histórico. Conduzimos um estudo interpretativo dos fenômenos culturais, sociais e históricos contidos na obra (DARNTON, 2006). A etnografia citada por Darnton é plenamente aplicável a trabalhos sociológicos.

criaturas mitológicas habitavam os escritos de viajantes, exploradores e naturalistas (SCHWARCZ, 2008; FOUCAULT, 1999). Sereias, dragões, animais gigantescos e maravilhosos eram frequentes nos relatos do século XVI e até meados do século XVII.⁹ Foucault (1999) explica que o que diferenciou a história natural da biologia foi que, na primeira, a escrita era menos rigorosa não cabendo ao narrador do “fato” o ônus da prova. Já a biologia se fez criteriosa e por isso “científica” no intuito de separar-se da “caturrice e superstição” que acabaram por, posteriormente, definirem a história natural.

Algumas escolas literárias caracterizavam-se por se apegarem a uma verossimilhança com a realidade a qual buscavam expressar. No Brasil, os romances alencarianos possuíam essa marca. Para *Iracema*, *Ubirajara* e *O Guarani*, José de Alencar fez um minucioso estudo das línguas indígenas; buscava na filologia pistas para reconstruir elementos de uma cultura não mais presente no estado que ele desejava expor (RAMOS, 2012). A preocupação com elementos da natureza, descrição espacial era igualmente patente. No famoso grêmio de literatos cearense, a Padaria Espiritual, eram recorrentes os ataques entre os “padeiros”, como eram chamados os membros. Ficou famosa a querela entre Rodolfo Teófilo e Adolfo Caminha, quando Teófilo informava que havia impropriedades de Caminha quando este descrevia uma planta em seu romance; não havia a tolerância mascarada de “licença poética” (CAMINHA, 1997). Se um ‘homem de letras’, um intelectual, cometia um erro “grosseiro”, tal como descrever como tóxica uma planta não venenosa ou representar um local público com características distintas do real, a reação por parte dos pares era imediata. Era preciso preservar a nobreza do ofício, um

⁸ Ângela Pinheiro (2006) percebe as representações sociais como construtores de categorias as quais foram gestadas no tecido social, sendo, portanto, estruturantes e estruturadas. Seriam estas “categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a.” (PINHEIRO, 2006, p. 35). As representações sociais são uma espécie de conhecimento coletivamente engendrado e acabam por tornarem-se princípios norteadores de uma prática.

⁹ “Belon escrevera uma História da natureza das aves; Duret, uma História admirável das plantas; Aldrovandi, uma História das serpentes e dos dragões.” (FOUCAULT, 1999, p. 176).

“ofício de sábios”. Era preciso manter a *illusio*¹⁰ de que o intelectual era “ungido” por um saber holístico, que saberia opinar e esclarecer sobre tudo que fosse importante.

No romantismo, já existia a pretensão de apresentar um cenário real, embora ornado com elementos que tornassem o romance mais palatável ao gosto dos poucos leitores, mormente leitoras, e por isso o romance açucarado, o amor proibido, o herói imaculado. O referido estilo literário, no Brasil, teve a dupla função de formar um público leitor, cativá-lo e de ajudar a “criar o sentimento de nação” (RAMOS, 2012). Deste modo, a figura do índio como “o bom selvagem” é fundamental para criar um herói tipicamente brasileiro, como o índio Peri de *O Guarani*, que acaba por ajudar o homem branco, “civilizado” em detrimento de seus companheiros de etnia. Nos romances e nas discussões políticas da época, ficava a tensão entre o que fazer em relação ao índio: deixá-lo intocado, pois ele, “o bom selvagem”, estaria incólume das máculas da sociedade capitalista e, portanto, deveria continuar como está, ou seja, “puro”. Ou ser civilizado, pois estava em discussão se esse seria o destino de toda a humanidade, ou se haveria tipos humanos “incivilizáveis” (RAMOS, 2012; SCHWARCZ, 1993).

A literatura, durante o romantismo, expressava essa angústia. Outros estilos se destacaram por serem mais fidedignos como o realismo e principalmente o naturalismo. Cada estilo literário respondia a uma demanda: o realismo queria falar do verossímil, mas sem abrir mão das riquezas dos recursos de estilo, de revelar a competência gramatical do escritor; já o naturalismo tinha por objetivo pintar “nua e cruamente” a realidade social, preocupando-se mais com o conteúdo do texto do que com a forma do mesmo. *Canaã*, fica em espaço de classificação intermediário: propõe-se a relatar cenas de um quadro social ficcionalizado, (por vezes, descreve cenas chocantes remetendo ao naturalismo) mas também apresenta cenas fantasiosas e poéticas como a procissão de pirilampos que acompanha Maria. Não é cru como são as obras dos naturalistas nem apurado na forma da escrita

¹⁰ *Illusio* é o termo utilizado por Bourdieu para se referir à crença coletiva no jogo.

como as dos realistas, mas a obra de um mestre em discutir questões sociais através do romance.

As artes concedem, de certo modo, uma licença para manifestar as chagas mais profundas e explorar questões mais tensas de uma sociedade. Isso porque o autor está relativamente protegido, através da construção de um ou mais personagens. Por meio de um personagem, é possível dizer e até defender as posições mais polêmicas. Vejamos o exemplo do clássico inglês *No Coração das Trevas*, de Joseph Conrad. O livro expõe de forma vívida o sentimento europeu diante dos povos considerados até então incivilizados. O Congo aparece no relato como uma terra imprópria para a vida do homem branco, que, à medida que lá permanece, vai se bestificando. A natureza selvagem, onipotente e obscura devora a alma de todas as criaturas, que fenecem diante de sua exuberância indômita. É a derrota da civilização pela natureza sem leis. Os nativos são retratados como seres diferentes dos homens brancos, quase como se fossem entidades inumanas. E os brancos são exploradores inescrupulosos em busca de fortuna pela venda do marfim.

Outro clássico inglês que versa sobre o conflito da civilização sob o baluarte do europeu contra a barbárie (entendida como natureza selvagem e lei do mais forte) é *O Senhor das Moscas*, de W. Golding. Diferentemente de *Robinson Crusoé*, o qual, mesmo solitário em uma ilha, leva consigo a civilização e do livro escrito por L. S. Anderson, *A Ilha do Tesouro*, onde a terra desconhecida é o paraíso das aventuras, em *O Senhor das Moscas* impera o estado de natureza (descrito por Hobbes em *O Leviatã*) em sua face mais cruel, pois se trata de “todos (ou quase) contra todos”, tendo como personagens crianças. A lição é a de que o meio e o clima definitivamente moldam o homem e de que é impossível “não ser selvagem em um ambiente hostil”. Essa questão é também levantada em *Canaã*, como veremos mais detalhadamente no quarto capítulo.

2.2 A feitura do trabalho

A abordagem empregada neste estudo é a de uma pesquisa qualitativa. Greswell (2007) a define como:

Aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) (GRESWELL, 2007.p. 35).

Quando se menciona esse tipo de estudo, logo ocorre ao leitor em geral que se trata de um trabalho de campo. Porém, dependendo do objeto de estudo, faz-se necessário recorrer a uma pesquisa documental. Esta é indicada para investigação de processos de mudança social e cultural, bem como ideal para obter um conhecimento do passado (GIL, 2012). A pesquisa documental possui dois momentos: um em que se trabalha com um material que não passou por qualquer tratamento analítico (fotografias, filmes, obras literárias etc.) denominado como fontes primárias; o segundo momento é o em que se utiliza de fontes secundárias, como artigos, teses, dissertações, resenhas, entre outros (GIL, 2012).

As principais fontes de informação dessa tese são os documentos, a saber, romances e jornais, dando-se relevo ao romance *Canaã* e à autobiografia *Meu Próprio Romance*, de Graça Aranha. “[...] esses documentos podem ser úteis também em pesquisas no âmbito da Sociologia, da Psicologia da Ciência Política. Podem [...] esclarecer aspectos da vida cultural de determinado grupo” (GIL, 2012, p.152). Contudo, sobretudo em relação aos jornais, o pesquisador deve estar atento no momento de realizar uma crítica das fontes, posto que documentos mesmo tidos como objetivos são recheados

de informações que espriam a posição política, o lugar social, ou a linha editorial do padrão.

Uma vez definida a abordagem (qualitativa) e o tipo de pesquisa (documental) realizada com documentos impressos e digitalizados, não foram usados vídeos ou áudio; resta expor a técnica de coleta de dados: a análise de discurso (A.D). Esta não é apenas um instrumento de recolha de dados. Ela fornece diretrizes pragmáticas para a coleta, organização e posterior análise dos dados como veremos adiante no passo a passo, na confecção desse artesanato intelectual.

A (A.D.) é, por vezes, confundida com análise de conteúdo. Esta de ordem mais comumente quantitativa, foca na recolha de dados dentro do(s) texto(s), contando-se quantas vezes o termo, palavra-chave ou descritor aparece e, a partir de então, estabelece-se relações e se busca conhecer-lhe os sentidos. A (A.D) tem se destacado por abordagens qualitativas interessadas em esclarecer os sentidos de termos essenciais como sujeito, ideologia, entre outros. Não se trata de contar termos, mas analisar em profundidade quais sentidos as pessoas dão a alguns termos eleitos como centrais, conforme os objetivos da pesquisa. Nossa abordagem segue essa linha (ORLANDI, 1992; MUTTI, CAREGNATO, 2006).

Segundo Orlandi (1988), a análise do discurso preocupa-se não apenas com o texto-base (em nosso caso, a obra *Canaã*), mas com a relação que o mesmo estabelece com outros textos (formações discursivas), bem como com os campos em que o discurso está inserido. Deste modo, a historicidade e as relações sociais que influenciaram e a quem o texto se refere são fundamentais para a interpretação. Parte-se do pressuposto que o discurso não está só, é algo interdependente que não faz sentido por si mesmo.

A análise do discurso está interessada não apenas no que está escrito, mas, especialmente, no que está oculto. E para tentar desvendar as entrelinhas, é mister mergulhar nas ideologias (no sentido de distorção da

realidade, ou de realidade mascarada¹¹), nos paradigmas científicos, nas discussões travadas no período. Em resumo, o artista que produz determinada obra é, antes de tudo, um homem configurado, no sentido eliasiano. Para interpretarmos a obra literária *Canaã*, precisamos antes nos inteirar de quem foi o autor, com quem dialoga, a que questões ele responde, qual o seu lugar social e no campo literário? São estes questionamentos que guiaram a análise da obra.

No trabalho que segue, valemo-nos também de uma influência da análise de discurso qualitativa, inspirada nas orientações foucaultianas. As formas discursivas para esse autor seriam bem vastas: o discurso religioso, penal, psiquiátrico. A relação saber/poder é perpassada por discursos, aqueles que legitimam determinados pontos de vista e os que negam a palavra ao sujeito (que é também objeto), como é o caso da psicanálise em relação ao louco. O discurso, longe de ser uma simples análise de cunho gramatical, sintática ou morfológica, está incrustado nas estruturas sociais e são dessas reveladoras.

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Ao falar que o discurso é algo controlado, o autor se refere ao fato de que algumas falas são legitimadas e outras silenciadas. O direito a voz é uma conquista advinda das lutas simbólicas. Nesse aspecto, o discurso é um campo de tensões. No caso de Graça Aranha, o fato de o autor ter sido (des)qualificado como pré-modernista, quando sua vontade era ser reconhecido como modernista, revela uma disputa de prestígio e por um lugar de enunciação. Essa questão da classificação pré-modernista e da tensão com os intelectuais da Semana de 22 será abordada posteriormente.

¹¹ Este é o sentido utilizado por Orlandi.

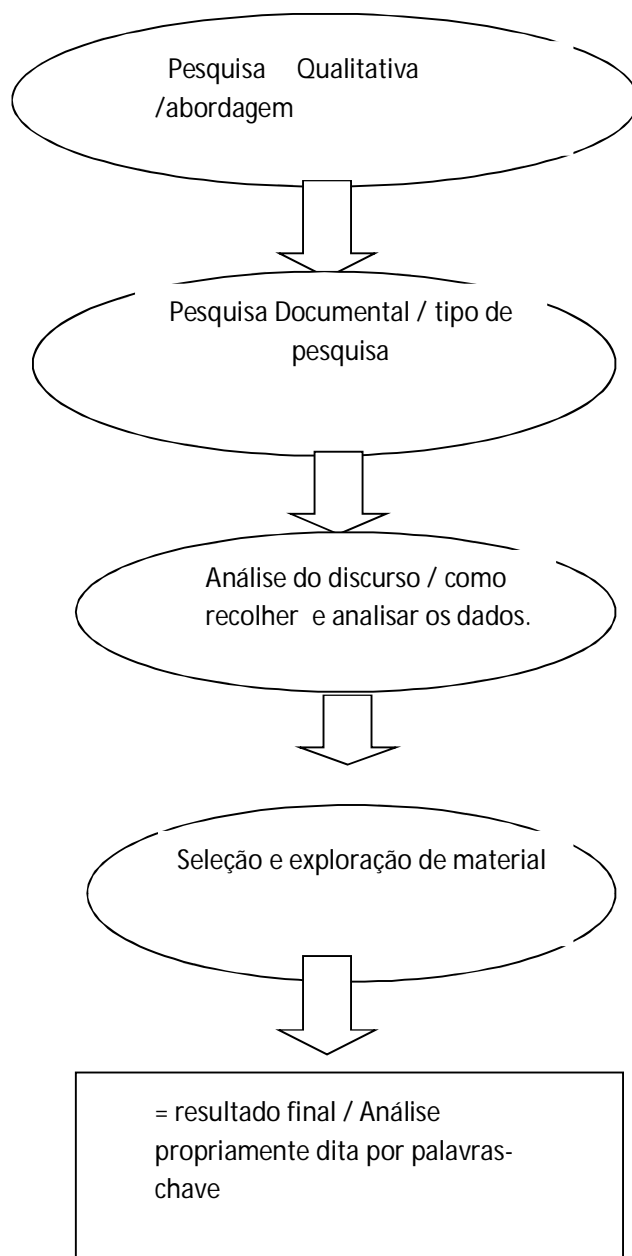
Outro aspecto explorado por Foucault é o da autoridade do autor como tal. Se for verdade que existe conflito entre os pares intelectuais que disputam uma posição de reconhecimento, é, por outro lado, concedido ao autor uma certa licença para aventurar-se pelos mais espinhosos caminhos, relativamente incólume, protegido pelo escudo da ficção. No caso de Graça Aranha, para quem percorreu o caminho de sua biografia e de sua relação com a literatura, percebe-se que *Canaã* é seu laboratório de ideias, dúvidas e proposições do que ele achava que seria e do que deveria ser o Brasil e o brasileiro. A coragem de exprimir-se sem autocensura deveu-se provavelmente ao fato de Graça ser um intelectual, antes de ser escritor. Nem remotamente assemelhou-se ao tipo “intelectual puro¹²”. Foucault (1996) disserta acerca da responsabilidade do que é ser autor:

Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. Pois embora possa modificar a imagem tradicional que se faz de um autor, será a partir de uma nova posição do autor que recortará, em tudo o que poderia ser dito, em tudo o que diz todos os dias, a todo momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra (FOUCAULT, 1996, p.29).

Resumidamente, podemos concluir que são as interações entre os diversos campos discursivos que irão esclarecer a obra analisada. Referimo-nos, nessa tese, ao campo científico, literário e da formação do autor, intelectual e familiar. O estudo da biografia e de obras que versam acerca da vida do autor nos ajudou a identificar seu lugar de pertença, seu rastro enquanto indivíduo, assim como também as características típicas da elite brasileira no início do século XX.

¹² O intelectual puro é termo que faz referência a uma construção de Pierre Bourdieu na obra *As Regras da Arte* e se refere àquele intelectual que vive somente do ofício de artista, que não precisou trabalhar em outros empregos para complementar a renda e, por isso, dedica-se mais ao refinamento artístico e estético.

Figura 1- Explicitação do modelo metodológico seguido¹³



Fonte: a autora, inspirada em Eni Orlandi (1988, 1992).

A confecção desse artesanato intelectual¹⁴ passou pelos seguintes procedimentos:

¹³ A figura acima tem propósito apenas didático, o resultado das análises encontra-se de forma diluído nos capítulos desta tese.

1º momento - **separação do material de estudo**: consistiu da pesquisa bibliográfica, cuja atualização em busca de novos itens foi constante, sendo revisada semestralmente. Foram incluídos no material bibliográfico as fontes primárias: jornais de 1902 *O malho* e *A pátria*, além de *A marmota fluminense*, *Correio Paulistano*, afora fotografias digitalizadas de acervos temáticos sobre imigração e escravidão; as fontes secundárias foram: teses, dissertações, Revista da Biblioteca Nacional, Revista Nossa História, além de periódicos indexados pela base de dados Scielo e livros acadêmicos de História, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Literatura e Teoria Literária.

2º momento - **exploração do material**: após a leitura dos textos prioritários da bibliografia, foi iniciada a varredura da obra *Canaã*. Esta ocorreu da seguinte forma: ato contínuo a uma leitura mais geral, seguiu-se uma leitura mais específica em busca de verificar os temas mais recorrentes e marcantes da obra. Nesse procedimento, foram encontradas as seguintes categorias-chave:

- Civilização
- Raça/mestiçagem
- Imigração
- Trabalho

Os termos acima aparecerem algumas vezes de forma direta no texto, mas, majoritariamente, de forma indireta, e de modo mais contundente, os temas evolucionismo social, racismo e o super-homem nietzschiano, bem como a interpretação da Escola do Recife.

Concernente à orientação metodológica, a fim de facilitar a leitura, é preciso esclarecer as seguintes questões: a) alguns temas surgem na obra *Canaã* de forma implícita, como a referência teórica da Escola do Recife e o pensamento de Tobias Barreto, de modo que o leitor não irá encontrar explicitamente em trechos de *Canaã*, as palavras ou termos: Escola do Recife

¹⁴ Referência à obra: MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6 ed. Rio De Janeiro: Zahar, 1982.

ou Tobias Barreto; eles se encontram subjacentes ao texto. Rastreou-se sua presença e interpretou-se seus sentidos na relação dialética entre o texto-base de referência, a saber, *Canaã* e outras formações discursivas a que ele se refere, dialoga e responde; b) Os personagens que serão o foco da análise são Lentz e Milkau, por protagonizarem na maior parte da obra debates acerca do que se investiga neste estudo. Todos os outros personagens se revelam de forma mais incidental, mesmo Maria Perutz, a qual possui importância no destino de Milkau, aparece relativamente pouco, e sua construção como personagem não é trabalhada com a riqueza dos dois personagens centrais. Joca e Felicíssimo à medida que surgem na obra serão citados em nossa análise. Novamente com participação breve, poucos diálogos, Kraus será citado e por isto consta no quadro de personagens, mas sua participação é mínima. João Maciel possui uma participação pequena, mas qualitativamente muito rica, que merece uma análise mais atenta. Enfim, o quadro 1, de personagens visa auxiliar a leitura nos capítulos seguintes; trata-se, pois, de um item para consulta.

Quadro 1 - Personagens de *Canaã*

PERSONAGEM	Características gerais
Milkau	Imigrante alemão, agricultor, vem ao Brasil em busca de trabalho e felicidade.
Lentz	Imigrante alemão, agricultor, deseja enriquecer “nessa terra de oportunidade para os hábeis”.
Maria	Colona de origem alemã, pobre e órfã. Engravidada do filho do dono da fazenda. É expulsa de casa, rejeitada por quase todos na cidade. Sofre assédio constante por ser atraente. Durante um desmaio após o parto, seu bebê é morto e devorado pelos porcos. Por esse motivo é presa. Milkau afeiçoa-se a Maria e tenta libertá-la. Acaba por ajudá-la a fugir da cadeia, tornando-se também foragido.
Joça	Jovem brasileiro, sertanejo mulato, alegre e generoso.
Felicíssimo	Intérprete da região, mulato, preguiçoso, mas muito inteligente.
João Maciel	Juiz, xenófobo. Perseguia os colonos alemães e exigia favores sexuais das moças atraentes e dinheiro extra para não punir judicialmente os colonos inventando fraudes. Defendia que os estrangeiros estavam roubando o país. Por vezes, possui sentimentos antagônicos em relação aos imigrantes, por exemplo, quando admite que são bons trabalhadores e que sabem prosperar.
Kraus (pai)	Nome do colono em cuja residência Maria morou e trabalhou até ficar grávida do Jovem Kraus, seu filho, sendo expulsa da fazenda.

Fonte: Elaborado pela autora

Segue um resumo com intuito de facilitar a compreensão de descrever para o leitor da tese, o campo, no sentido antropológico, ou seja, busca dar olhos a quem lá não esteve.

2.2.1 Resumo da obra Canaã de Graça Aranha:

A trama de *Canaã* se passa, mormente, em Porto Cachoeiro, no estado do Espírito Santo, mas inicia-se em Minas Gerais, quando Milkau, alemão, vaga em busca de “um meio de vida”, não apenas emprego assalariado, mas a oportunidade de se firmar economicamente, criar laços no local. Minas surge como escolha por representar um monumento histórico desse povo (brasileiro), um local que daria pistas sobre um esboço da identidade dessa nação em construção. Frustrado, em razão da falta de perspectivas de colonização em Minas Gerais, parte para o Espírito Santo.

No segundo estado visitado, encontra não apenas emprego, mas uma estrutura pronta para receber com o mínimo de conforto os imigrantes estrangeiros, sendo os mais frequentes os germânicos, chamados indistintamente de alemães. Na vila em que se instala, encontra Lentz, o qual fará o contraponto de suas ideias ao longo de estendidos debates ao longo da obra.

Enquanto trabalham e exploram o local, os personagens Lentz e Milkau, com olhos de estrangeiros permitem-se a avaliar e julgar os hábitos, lazeres, costumes e modos de produção da população com quem vivem: imigrantes estrangeiros, imigrantes nordestinos, colonos já estabelecidos e brasileiros cuja origem é desconhecida (descendentes de escravos ou índios, portugueses?) Apenas podemos especular, pois, na ótica dos estrangeiros, os brasileiros são esse povo misturado, sem cor definida, sem um caráter nacional reconhecido.

O ambiente do romance é rural, as vilas onde os eventos ocorrem são vilas pequenas, relativamente bucólicas, bem diverso das cidades. O trabalho surge na obra como labuta agrícola e doméstica (no caso das mulheres, como

Maria Perutz) e burocrática, no caso dos advogados, afora o serviço público, no caso do delegado e do juiz.

As cenas da vida cotidiana retratadas desnudam a interação relativamente pacífica entre os germânicos e os brasileiros, assim como as festas e danças com a marca da cultura afro. Durante a obra, os brasileiros são vistos como pessoas preguiçosas, desanimadas para o serviço e alegre para as festas e, sobretudo, como ingênuos, deixando clara a mensagem de uma superioridade por parte do “alemão”.

Em uma das festas, Milkau conhece Maria Perutz, a qual realizava serviços domésticos na casa de uma família abastada na região. O imigrante, logo pergunta sobre a moça, que o encanta pela beleza. Esta, no momento não lhe dedica muita atenção, estando apaixonada pelo filho do patrão, que alimentava suas esperanças, já que os dois mantinham um caso amoroso. Os infortúnios da moça começaram quando esta engravidou do filho do patrão; os pais do moço não lhe permitiam casar com uma moça pobre, pois tinham em mente um casamento que aumentasse o patrimônio da família. Maria foi sofrendo perseguições em casa até ser finalmente expulsa. Grávida e desesperada, pediu abrigo de porta em porta, oferecendo seus serviços de empregada, mas todos negavam, inclusive um pastor protestante. A moça teria atentado contra a decência, ao encontrar-se solteira e esperando uma criança.

No decorrer da peregrinação de Maria, esta reencontra Milkau, que, comovido, consegue emprego (na realidade, abrigo e comida em troca de trabalho) em uma pensão na cidade do interior. Mas essa não seria a solução dos problemas da moça, posto que comia mal e trabalhava muito, sendo maltratada; trabalha até o momento do parto, que ocorre em um chiqueiro. Maria, que dá à luz sozinha, praticamente desmaia de cansaço, e quando volta a si percebe que seu bebê foi devorado por porcos famintos. Pobre e “desvirtuada”, Maria é acusada de infanticídio, sendo repudiada pela comunidade, presa e, novamente, Milkau corre em seu auxílio e intercede em seu favor junto às autoridades locais, o que, no entanto, não surte efeito.

As autoridades aparecem no livro como indiferentes ao sofrimento de pessoas sem influência ou dinheiro como Maria, mesmo achando que a moça é uma coitada e não uma assassina sanguinária. O juiz acha que não vale à pena se indispor contra o clamor popular que pede a condenação de Perutz. Outro juiz surge como desonesto e aproveitador, visitando a casa dos colonos a procura de extorqui-los ou exigir favores sexuais das mulheres bonitas. Se pensarmos que Graça Aranha foi juiz na cidade em que ele ambienta a maior parte da trama, perceberemos uma crítica muito dura à sua categoria profissional.

Em meio à desilusão com relação à alma pura do homem nos trópicos (após ver a falta de compaixão com Maria), Milkau começa a perder sua visão edênica, na qual acreditava poder ser feliz longe dos horrores da civilização europeia. Para ele, condenada e esgotada, a terra virgem de homens acabou por ser revelar um embuste, fruto de uma mente idealista e ansiosa por um recomeço. Ao perder as esperanças, foge com Maria, sem destino, sem planos, entregue à própria sorte, a qual o leitor não conhecerá, pois a obra se encerra nesse momento.

Apresentado esse resumo de *Canaã*, daremos seguimento ao capítulo dois, o qual abordará o campo literário no Brasil até o início do século XX quando *Canaã* foi publicada, em 1902.

3 CAMPO LITERÁRIO E A INSCRIÇÃO DE GRAÇA ARANHA NO MESMO

“Aquele que transforma em beleza todas as emoções, sejam de melancolia, de tristeza, prazer ou dor, vive na perpétua alegria.”

Graça Aranha

A frase acima revela o tom da biografia *Meu próprio romance* e de suas reflexões filosóficas *Estética da Vida*. É um Graça Aranha mergulhando em um exercício de recriação da memória¹⁵, de reencontro com o passado. As dores e os afetos, tudo é descrito em um tom sentimental, saudosista. Em *Canaã*, essa tendência estética de transformar a dor em beleza se converte do final em aberto para Milkau e Maria Perutz. Antes de perscrutar a obra, encontraremos o homem e o intelectual.

Neste capítulo, abordaremos “o lugar de fala” de Graça Aranha. Para melhor captar o que é dito em *Canaã*, é preciso adentrar na figuração social¹⁶ que compõe o campo literário brasileiro do início do século XX; seu modo de funcionamento, sua ordem própria, bem como as idiosincrasias que delimitam o ofício de romancista/homem de letras.

Insiste-se aqui na delimitação do termo homem de letras e sua diferenciação do termo romancista, tentando evidenciar a singularidade do caso brasileiro. Enquanto Flaubert, conforme analisado por Pierre Bourdieu, representava o romancista (aquele que se dedicava somente à arte e que cria

¹⁵ Para Maurice Halbwachs (2003), a memória não reproduz um fato ou acontecimento, é uma lembrança filtrada pelas percepções do agente que recorda, sendo, portanto um trabalho de criação.

¹⁶ Norbert Elias denomina figuração social ou configuração social uma estrutura particular, que pode possuir diferentes dimensões para vários tipos de análise desde um caso particular, micro relações como um jogo de cartas até a análise da sociedade de corte de Luís XIV.

uma “arte pura”), Graça Aranha seria um homem de letras, cuja obra possuía um caráter pragmático, que não tinha na atividade de romancista sua principal ocupação.

Essa contextualização nos fornece chaves de leitura acerca do que não está dito diretamente no texto, apontando suas contradições e tensões. Conforme as orientações metodológicas da análise do discurso qualitativa, considera-se pertinente expor um breve histórico do desenvolvimento da literatura no Brasil para apreender as distinções do caso brasileiro. A expressão “homem de letras” se associava a uma categoria especial socialmente: pessoas altamente instruídas sejam médicos, advogados, burocratas, etc. Entre tais funções, poderia esse intelectual ser também escritor, tal foi o caso de Machado de Assis, Euclides da Cunha e Graça Aranha. Por esse motivo, conheceremos um pouco do campo literário brasileiro.

3.1 O campo literário no Brasil até início do século XX

Pierre Bourdieu (2011) define como mercado dos bens simbólicos as transformações da função do sistema de produção, circulação e consumo desses bens rumo a uma autonomização do que ele chama campo artístico. Essa autonomia significa dizer que as regras de um campo não são aplicáveis a outros; em outras palavras: se determinada pessoa é um bom político não será necessariamente um “bom” artista. O Brasil até o início do século XX não possuía um mercado de bens simbólicos consolidado. Apenas esboçava-se algo similar. Não se encontravam em 1902, quando *Canaã* foi publicado, as características que definiam a formação do mercado de bens simbólicos bourdieusiano:

- a) **Crescimento de um público que foi se diversificando:** poucos eram letrados se totalizarmos a população como um todo. A formação de um público leitor era muito incipiente, apesar da publicação de textos literários em periódicos, e efetivamente se iniciara com o romantismo e sua missão de “vender” uma ideia de brasilidade aos habitantes no pós-independência.
- b) **Crescimento de um corpo especializado que define as regras:** a Academia Brasileira de Letras havia se recém-fundado em 20 de julho de 1897 com um corpo de intelectuais reconhecidos socialmente. Porém, mesmo o seu presidente, Machado de Assis, não vivia apenas para sua arte, diferentemente de Flaubert, exemplificado por Bourdieu como exemplo de “artista puro”¹⁷.

¹⁷ A “arte pura” era aquela que “não possuía preço”, não um valor venal, mas simbólico. A arte, nessa perspectiva, seria uma expressão da alma do artista, distinta do artesanato ou do trabalho mecânico. O artista era visto como um “gênio criador”, possuidor de dons, qualidades especiais.

- c) Multiplicação e diversidade de instâncias de consagração: além da ABL, não sobravam instâncias alternativas, apenas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, mas que se dedicava às ciências em geral.

Os escritores brasileiros no início do século XX e nos períodos precedentes não dispunham da possibilidade de viver exclusivamente da atividade literária; eles comumente ocupavam cargos públicos ou outro ofício que coubesse a um bacharel ou “homem de letras”. Isto se dava em boa parte em virtude da não consolidação no país propriamente de um mercado de bens literários, ao menos não no sentido moderno, com públicos bem estabelecidos, produção massiva etc, o que ocorria também em função do grande analfabetismo na época. A literatura era um qualificador social destinado às pessoas abastadas com acesso ao código de apreciação da obra, nesse caso, a capacidade de ler (CRUZ COSTA, 1991). A grande maioria da população brasileira não fazia parte do público leitor por dois motivos elementares: as restrições materiais (poucos poderiam adquirir os folhetins e os livros) e as restrições simbólicas (mesmo que possuíssem esses itens não partilhavam dos códigos de apreciação das obras).

Antonio Cândido (2000) destacou que a produção letrada no período colonial não se constituiu no que se poderia chamar de literatura brasileira; o que havia eram escritos de relatos de viagem e uma produção de conteúdo religioso relacionado ao trabalho de catequese. O “homem letrado” era, mormente, o religioso. A esses produtos culturais, Candido (2000) denominou manifestações literárias. Entre estas, estão as obras de José de Anchieta (1533-1597) e José Antonio Vieira (1608-1697). Os intelectuais do período colonial escreviam por necessidades práticas: propagar uma religião e/ou por necessidades administrativas. Eram homens formados na Metrópole portuguesa e voltados para esta. Não havia uma literatura brasileira: uma produção que fosse própria do Brasil, que abordasse suas características

físicas e culturais. Tal processo se iniciaria por volta de meados do século XVIII.

No decurso do período colonial, as produções culturais eram, majoritariamente, transmitidas oralmente, especialmente os sermões religiosos, tendo em vista o grau elevado de analfabetismo. A habilidade de realizar a leitura de um texto era privilégio de poucos e tornava-se um modo de distinção social, uma marca de classe. Essa alfabetização ficava a cargo dos religiosos. Durante todo esse período, religião, política e ilustração estavam em esferas muito próximas. Por isso, a expressão dos bens culturais típicos do período colonial é o barroco, disseminado pelos jesuítas com o fim de catequizar e instituir por meio da violência simbólica a aculturação do nativo e imposição de norma moralizante à população em geral.

Em *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, tem-se um entusiasmo pelas maravilhas do “novo mundo”, a euforia do desbravamento de uma terra estranha. Entretanto, esta obra possui um tom marcado pelo etnocentrismo. Nesta, “o Brasil se desdobra como um portento de glórias nos três reinos da natureza, enquadrando a glória do homem que converte o gentio, expulsa o herege e recebe como salário as dádivas vegetais e minerais, a cana e o ouro.” (CANDIDO, 2000, p.87). O relato corresponde às análises realizadas por Sérgio Buarque de Holanda (2000) em *Visões do Paraíso*, obra na qual o autor discute longamente acerca da crença de povos europeus na existência de um paraíso terrestre. Tal crença era especialmente forte entre os ibéricos, grandes navegadores. Além do imaginário popular, a ideia ocupava a mente de filósofos, cartógrafos, navegadores, enfim, de “homens de ciência”. A perspectiva edênica está presente em diversas obras tais como *Casa-grande & Senzala*, *O Sol do Brasil*, além do já citado clássico de Sérgio Buarque.

É possível afirmar que conviviam de forma relativamente flexível as novas filosofias, as novas invenções tecnológicas e as descobertas científicas com o pensamento religioso. O que se deve ao fato de que a ciência tinha que conviver sem interferir decisivamente nos dogmas religiosos, devido ao poder

da Inquisição. As produções literárias foram tornando-se um sistema mais organizado, exposto à apreciação crítica pelos pares: definição de estilo, busca por uma produção com características próprias do local, desvinculação de uma atividade pragmática, atingindo um maior espectro de leitores a partir do romantismo. Mas antes de sobre ele falarmos, é importante ressaltar o período de transição entre o barroco e este (o romantismo). A produção artístico-cultural do período da segunda metade do século XVIII, chamada de arcadismo, recebia forte influência das obras da Grécia clássica e sua mitologia; suas obras revelavam um bucolismo, um elogio da natureza, e uma perspectiva alusiva ao bom selvagem rousseauiano, a qual estaria presente na fase posterior, marcadamente nas obras indigenista alencarianas. Por um lado, tinha-se a ideologia do homem naturalmente bom, do culto (estético) à natureza e a produção de versos confessionais; por outro, havia a crítica à sociedade burguesa e críticas aos excessos do clero por influência do Iluminismo.

No decorrer do Império, a literatura estava relacionada à política, mais especificamente ao desejo de engendrar para o país uma identidade, libertando-se da tutela (além de política) intelectual de Portugal e dos clássicos gregos. Estava em questão agora a identidade nacional. Durante a Regência (1831-1840), alguns escritores buscavam escrever de modo distinto dos autores portugueses: foi o caso do nacionalista Basílio da Gama, o qual escreveu uma obra abordando a literatura portuguesa e outra versando acerca da literatura brasileira, tendo como propósito ressaltar suas diferenças.

Vários foram os intelectuais que tentaram criar um estilo próprio, “autenticamente brasileiro”. Torres Homem, Manuel de Araújo Porto Alegre e João Manuel Pereira da Silva fizeram parte de um movimento de renovação literária. Queriam ser reconhecidos como produtores de uma literatura nacional independente da portuguesa. Tirante os atores sociais comprometidos em criar um novo cânone literário, era preciso ter instituições legitimadoras. Nesse sentido, foi fundamental a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1838. Este acolhia, divulgava e concedia legitimidades a

pesquisas realizadas em diversas áreas, além de conceder reconhecimento a obras literárias. O IHGB era uma instituição poderosa no ambiente intelectual, tendo seus estudos sido base para ações políticas (CANDIDO, 1997). Essa discussão referente à participação do referido órgão no contexto de produção de uma identidade nacional será retomada no capítulo terceiro acompanhada dos conceitos a ela relativos como identidade, estado e nação.

Figura 2 - Poema de Machado de Assis



Fonte: Jornal A Marmota Fluminense (1902).

Como importantes ferramentas no ainda nascente sistema de publicação e divulgação literária eram dignas de notas as revistas, das quais podemos destacar *A Marmota Fluminense* na figura acima, cujo intuito era incentivar novos escritores, publicando-lhes os escritos e a *Minerva Brasiliense*. Ambos os periódicos se propunham a fazer parte da renovação literária brasileira. Seguiram-se vários periódicos de sucesso como a *Revista Popular*, onde foram editados contos e novelas. Todavia, por volta de 1830 começaram a publicação de romances no país. Os pioneiros foram *O Filho do Pescador* de Teixeira e Sousa e *A Moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo, possuindo os quais aspectos folhetinescos que viriam a cair no gosto dos leitores da época.

Para Antonio Candido, José de Alencar teria levado esse ofício de romancista a um desenvolvimento mais pleno; sua obra era ambiciosa e versátil. Escreveu três romances indigenistas: *Iracema*, com um mito fundador; *Ubirajara*, uma apologia às qualidades físicas e morais do índio, e *O Guarani* que mistura elementos históricos com romance açucarado, apresentando o valente e altruísta índio Peri e a típica mocinha do romantismo, Cecília. Escreveu ainda três perfis femininos (Lucíola, Diva e Senhora), onde foram tecidas críticas ao modo de vida burguês; suas heroínas são transgressoras: uma prostituta, uma artista e uma mulher que compra o marido para exercer domínio sobre ele (sobressair na relação). Menos polêmicas são suas obras regionalistas, as quais vão ao encontro da ideologia da integração nacional.

O romantismo cumpriu seu papel político como criador de literatura nacional e foi também utilizado politicamente para propor, afora o ideário de nação, sua integração, por meio da romantização de tipos humanos que caracterizavam diversas regiões brasileiras, tais como *O Sertanejo* e *O Gaúcho*. José de Alencar colaborou para a valorização do ofício de romancista. Em seus trabalhos, o escritor cearense lançava mão de elementos reais e fatos históricos para enriquecer suas tramas. Em *O Sertanejo*, fez uso da pesquisa de Capistrano de Abreu e em suas obras indigenistas apresenta descrições muito ricas referentes à natureza e aos costumes, porém, acrescenta-lhes seu estilo e imaginação. O “excesso de imaginação” seriam os arroubos

sentimentais, assim como a omissão de detalhes cotidianos degradantes (RAMOS, 2012).

Por sua vez, o realismo e o naturalismo seriam uma opção estética mais próxima da realidade. O realismo, cujo destaque maior é Machado de Assis, executa uma crítica aos costumes das classes abastadas, mas com traço erudito na escrita, domínio dos recursos de estilo e da ironia como maior recurso de crítica social. Ao ler qualquer obra machadiana, percebe-se o domínio da gramática, ortografia e estilística. Em resumo, além do conteúdo, Machado se notabilizou por sua maestria no domínio da forma. Ainda a este respeito, Alencar acreditava que a forma, a beleza dos textos era fundamental, sendo um distintivo do ofício. Para ele, escritor de literatura não precisa apenas escrever, mas escrever “bem”, de forma a evidenciar seus atributos de homem erudito (RAMOS, 2012). É na corrente oposta que se situa o naturalismo. Como o nome sugere, há uma valorização do natural, mas de modo diverso ao que ocorria no arcadismo: ao invés de demonstrar “o belo” na natureza, mostrava-se o “feio”. O naturalismo seria representado pelas ações humanas sem a interiorização do código de ética burguês, da moral “civilizadora”, um estado de natureza inverso ao rousseauiano, mais próximo de Hobbes.

Assim chegamos a uma espécie de “limbo” literário chamado pré-modernismo, tendo em vista que o pré-modernismo não é considerada uma escola ou movimento literário, no qual autores que não possuem temas ou modos de escrever semelhantes como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Graça Aranha e Lima Barreto são incluídos. Estes dois últimos se aproximavam literariamente por duas características: a denúncia social, tentando mostrar um Brasil pouco explorado e problemático e o rancor do reconhecimento pela metade. São típicos do pré-modernismo: o regionalismo, a descrição de tipos marginalizados e o caráter documental. Autores foram criticados pela linguagem conservadora, no caso de Monteiro Lobato ou pela falta de esmero na forma, referindo-se especialmente a Lima Barreto. O dito pré-modernismo será discutido com maior detimento mais adiante quando nos voltarmos para os pertencimentos e afastamentos intelectuais de Graça Aranha.

3.2 A profissão de escritor e o mercado de publicação

Muito se publicava em folhetins nos jornais; havia a “literatura para moças”, que deveria passar pelo crivo da igreja, da escola e da moralidade familiar. Diversos autores no início de suas carreiras optavam pelo estilo romântico porque esse era de fácil aceitação; veja-se o caso de Machado de Assis, cujos primeiros romances foram *Ressurreição* e *A Mão e a Luva* para depois inaugurar no Brasil o realismo com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* com estilo absolutamente distinto, repleto de ironias, crítica à cultura bacharelesca e às pequenas hipocrisias cotidianas das classes abastadas. O polêmico Aluísio Azevedo iniciou sua carreira com romances “açucarados” como *Uma Lágrima de Mulher*. Mesmo escritores consagrados e com público leitor garantido possuíam outras posições além da de escritor. Machado dividia seu tempo entre a produção literária e suas funções na burocracia no cargo de oficial da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Aluísio Azevedo foi diplomata a serviço do Estado; Bernardo Guimarães, bacharel em direito, entre outros que poderiam ser elencados.

Acerca do mercado editorial no Brasil em fins do Império e início da primeira república, informa Miceli (2001) que um número significativo de obras de escritores brasileiros eram publicados em Portugal e na França, sendo as primeiras livrarias brasileiras filiais de editoras francesas, como a Garnier no Rio de Janeiro e Garraux e Hildeband em São Paulo. Os editores que se tiveram relevo nesse período foram a Livraria Teixeira em São Paulo, a qual publicou dois sucessos de vendas: *A Carne*, de Júlio Ribeiro e *Poesias* de Olavo Bilac. No Rio, destacaram-se os Laemmerts, Francisco Alves, Jacinto e Quaresma. Francisco Alves, Laemmert e Ferdinand Brigueiet eram imigrantes e provenientes de famílias que realizavam comércio livreiro. A livraria Brigueiet-Garnier publicou os grandes escritores do período: Machado de Assis e Graça Aranha. A Livraria Quaresma buscou a estratégia de vender livros populares e literatura infantil, ao passo que a editora Laemmert & Cia ousou na publicação

de *Os Sertões* de Euclides da Cunha e a editora Francisco Alves lançou em 1911 a obra *A Esfinge*, de Afrânio Peixoto (MICELI, 2011).

Entre as grandes editoras do período, poucos eram os escritores que vendiam bem: Machado de Assis, José de Alencar e Bernardo Guimarães, que ficaram conhecidos como a geração de 1870, os quais abordavam em suas obras questões sociais centrais no debate intelectual e político da época: “mormente, a questão dos escravos e o encaminhamento do processo que culminou com a instauração da república” (MICELE, 2011,p.197).

Neste ambiente, insere-se José Pereira de Graça Aranha, maranhense de São Luís, nascido em 21 de junho de 1868. Herdeiro de família detentora de uma excelente posição social com acesso a um elevado capital cultural. Ainda jovem tinha diante de si uma estrutura favorável; uma família de intelectuais e de pessoas com influência política: o avô foi desembargador e barão, um tio bem sucedido na advocacia que fora deputado e depois presidente de província.

Como era comum entre filhos de pais abastados, seguiu a carreira de bacharel (apesar de o pai jornalista desejar que ele fosse engenheiro). Formou-se em 1886 na faculdade de direito do Recife e logo se mudou para o Rio de Janeiro onde trabalhou como juiz. Foi na então capital federal que Graça casou-se com Maria Genoveva. (SILVA, 2009) Como parte dos intelectuais da época, ávidos por mudanças, Graça Aranha foi um dos entusiastas do movimento republicano, mas teria ficado decepcionado com os rumos da nova república que então se instaurara, tendo para o escritor em questão um caráter pouco democrático.

Durante sua formação acadêmica, teve acesso a teorias como darwinismo social e positivismo, tão em voga no período, porém, declarava-se contrário a esse pensamento. O jovem acadêmico parecia crer em uma espécie de “encontro” entre as raças, uma relação mais de colaboração do que de exploração ou de dominação direta. Esse pensamento se expõe na primeira parte de *Canaã*, quando o imigrante alemão Milkal acredita nessa utopia racial.

Em 1889, seguia a carreira como magistrado e em 1890 foi nomeado juiz municipal em Porto Cachoeiro, no Espírito Santo, local onde o romance *Canaã* é ambientado.

No decorrer de sua atividade na magistratura, conheceu figuras importantes no cenário nacional, como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e José Veríssimo, dentre outras pessoas conhecidas nos círculos literários. Fez parte do relançamento da Revista Literária (em 1897 e 1898 sob o pseudônimo de Amaral) que posteriormente daria origem à Academia Brasileira de Letras (ABL). A ABL foi inaugurada em 28 de janeiro de 1897. O convite para integrar o grupo de “imortais” da literatura fora enviado para Graça Aranha em dezembro, mas o autor e jurista não aceitou o convite inicial. Suas ideias republicanas e influência das doutrinas jurídicas o impediam moralmente de integrar um grupo, para o qual ele considerava que fora escolhido não por mérito, mas por possuir amizades entre os membros do grupo. Afirmou também que era apenas um aspirante a escritor e que não poderia estar no mesmo lado da balança que mestres consagrados. Observamos o conflito entre a relação, na qual, de um lado, há a camaradagem com os intelectuais que o aceitavam como membro de um grupo seletivo e de grande prestígio, e, do outro lado, suas ideias de combate às práticas patriarcais e personalistas. Acabou cedendo e aceitando o convite, segundo seu depoimento, apenas em consideração aos amigos que o indicaram. De todo modo, o provável é que o autor tenha se deixado seduzir pela crença coletiva no jogo, sem o qual, não há disposição para jogar. A crença coletiva no jogo alimenta-se do fetiche, e observamos que Graça estava incutido de um *status* que lhe permitia, sendo um homem do judiciário, transitar pelo universo das letras, uma vez que os detentores do monopólio da legitimidade do que era ou não arte, não exigiam uma especialidade, ou dedicação exclusiva a sua arte, mas uma cultura assegurada por um diploma, frequentemente, o de bacharel em direito.¹⁸ Esse

¹⁸ Em *O mercado dos bens simbólicos*, Bourdieu discorre sobre as condições de autonomização do campo literário na Europa. A arte durante a Idade Média e início do renascimento eram orientadas pela tutela da igreja ou da aristocracia. O autor marca a Florença do século XV como período de afirmação de uma legitimidade artística que passou pela “especialização” do trabalho artístico. Já no Brasil o processo se deu de

dilema entre o que o jurista acha correto e ético (a ética do academicismo jurídico, suas categorias de percepção) e os ganhos e benefícios da cultura da personalidade, do homem cordial, atormentam-no em vários momentos de sua trajetória (SILVA, 2009)

Trabalhou como diplomata na Guanabara em 1900 (por influência de Joaquim Nabuco) o que o deixou em contato com o debate intelectual que se travava na Europa, continente constantemente visitado por Graça Aranha durante o período. Sua “missão” era a difusão cultural. Em 1902, publicou *Canaã*. Por sua posição social privilegiada, o autor e jurista em questão não passou por dificuldades de inserção no mundo literário; porém, seu romance de estreia repercutiu demasiadamente. Contou com o apoio de figuras máximas do círculo literário nacional: Machado de Assis e José Veríssimo.

Antes que Graça Aranha o possa saber, também José Veríssimo entusiasma-se com o romance. Escrevendo a Machado no início de abril, pergunta-lhe se recebeu o *Canaã* ‘do nosso querido Aranha, um livro soberbo (...) um sucessor que lhe chega.’ A resposta de Machado é dúbia, ‘uma estreia de mestre(...) tem ideais, verdade e poesia’; mas assinala que em particular e em viva voz, falarão longamente (AZEVEDO, 2002, p. 64).

Conforme o texto acima indica na correspondência entre Machado de Assis e José Veríssimo, o romance de estreia de Graça Aranha causou surpresa pela ousadia no estilo. Era comum na época haver muita repetição durante a narrativa para ajudar o leitor a fixar a história, rememorar o enredo, o que era padrão na produção de folhetins. Ao negar esse padrão, a escrita graciana de certo modo, rompe com o *pacto de leitura*¹⁹ até então instituído.

forma diversa: artista, mais especificamente o homem de letras era o bacharel que desempenhava funções outras que não a arte, frequentemente, burocráticas. A distinção social do artista era marcada pelo seu pertencimento a um círculo de amigos prestigiado, e posteriormente, sua aceitação na Academia Brasileira de Letras.

¹⁹ Em *As Regras da Arte*, Bourdieu versa acerca do que seria um pacto de leitura. Trata-se de um acordo tácito entre autor e leitor. Onde o autor escreve de um modo a

Bourdieu (2011) define por produção erudita aquela destinada por excelência aos produtores de bens culturais, representado pelos pares e pelas sociedades de apreciação mútua, por possuírem um público restrito e ser destinada a poucos. Por serem “puras” e abstratas, exigem de seus apreciadores uma competência específica, disposição estética, familiaridade com códigos que fornecem diretrizes de apreciação. Esses códigos e diretrizes seriam fornecidos por instituições formadoras de público: escolas, faculdades e museus. No caso brasileiro, no período de início do século XX, apreende-se que, apesar de *Canaã* ter figurado entre os *best-sellers* da época, não era possível comparar com o processo que fora desenvolvido na Europa. As faculdades brasileiras eram provavelmente as maiores formadoras do público consumidor da produção simbólica mais erudita e é sabido que havia circulação interna das obras e apreciação e avaliação dos pares, porém, o público consumidor dessa produção erudita ainda era muito restrito (MICELE, 2011).

Canaã foi criticado também por não apresentar um “apuro” na forma, por estar aparentemente mais preocupado com o conteúdo, aliás, bastante controverso. O escritor maranhense desafia a *doxa* (leitura formal, autorizada, realizada pelos especialistas) ao propor que a forma da escrita fosse simplificada para tornar-se mais acessível, menos erudita. Seu posicionamento era contrário ao da “arte pela arte”; quando membro da ABL defendeu a indicação de escritores não acadêmicos, reivindicando uma maior abertura da ABL. Sua posição como membro da instituição legitimadora por excelência do saber literário, uma posição de poder compartilhado, levou-o a contemporizar seu comportamento combativo e crítico. Trata-se de uma consciência de sua posição dentro do campo literário e intelectual, de bem conhecer o espaço dos possíveis e jogar com as opções (SILVA, 2009).

A unidade da minha vida está no espírito de libertação, que animou o meu ser moral desde a infância até a velhice. Aos

se adequar ao padrão de leitura e competências do leitor. Veja-se o exemplo de Faulkner que “quebra esse pacto” ao fragmentar o espaço e principalmente, o tempo, obrigando o leitor a ler de outra forma, diversa da qual estava acostumado.

doze anos libertei-me de ideia religiosa. Aboli em mim o terror inicial. Desde então a minha vida foi uma aspiração de conhecimento e por este conhecimento tomar posse do universo. Libertei-me do preconceito político e o que é mais difícil, do preconceito estético. (GRAÇA ARANHA, 1968, p. 539).

Em seu livro de reflexões biográficas e filosóficas, intitulado *Estética da Vida*, Graça enuncia que o acesso ao saber acadêmico de cunho iluminista (como vemos na citação acima) concedeu ao autor disposição para rechaçar os preconceitos de origem religiosa, certamente presente na sociedade brasileira, o preconceito político (talvez a desilusão em relação à república, que não desembocou nas mudanças sociais esperadas), e o preconceito estético, referente à ortodoxia presente nos grandes círculos intelectuais brasileiros, em especial a ABL, com a qual rompe por princípios filosóficos. Isso porque Graça Aranha defendia que a literatura brasileira deveria se renovar, abrir-se mais, apresentar uma linguagem mais acessível, menos erudita, valorizar mais o local. O rompimento de Graça Aranha com a ABL e com os modernistas que não o anexaram simbolicamente com o selo de modernista, concederam-lhe a sub-classificação de pré-modernista. Sua excomunhão de cânone foi fundada em seu questionamento da ortodoxia; Graça atribuía legitimidade a ABL, mas pregava reformas que contrariavam o *habitus* do intelectual de letras do período. Enquanto membro da ABL, Graça estava preso por pacto tácito de não agressão às normas da mesma. A ruptura significou sua “libertação do preconceito estético”.

Figura 3: retrato de Graça Aranha



Fonte: Aranha (1931)

3.3 A Escola do Recife e a influência do mestre germanista Tobias Barreto

A Escola do Recife²⁰ foi o ponto de partida da discussão racial no Brasil, conforme creditam diversos autores dentre eles Renato Ortiz (1994), Cruz Costa (1991), Paes (1992). Tobias Barreto foi professor predileto de Graça Aranha e amigo pessoal. Conforme o autor de *Canaã* em sua autobiografia *Meu Próprio Romance*, foi sua maior referência intelectual. Pode-se dizer que *Canaã* expressa de certo modo, os debates que marcaram a juventude do autor durante sua formação na Faculdade de Direito. O modo como a personagem Lentz debate com os diversos personagens que cruzam seu caminho acerca do “futuro do brasileiro”, do tema da evolução ao da raça, assemelha-se com o modo que Graça descreve a arte argumentativa de Tobias Barreto (FREYRE, 1971). Outro aspecto pelo qual destacamos a figura de Tobias Barreto é a de este teria sido o pioneiro na discussão da raça no Brasil.

O pensamento graciano e sua obra literária foram fortemente impregnados pela influência do germanismo, cujo maior expoente no Brasil foi Tobias Barreto, maior nome da Escola do Recife. Em sua biografia *Meu Próprio Romance*, Graça Aranha faz reverência ao seu então professor da Faculdade de Direito do Recife. O autor de *Canaã* foi enviado à referida faculdade quando contava apenas trezes anos de idade. Grande foi sua dificuldade de se adaptar não apenas a uma nova cidade (saíra do Maranhão, onde estava acostumado aos cuidados familiares, e especial zelo da mãe), como também ingressava no ensino superior ainda muito jovem. A respeito de seu ingresso na Faculdade e suas primeiras aulas, o então universitário assim expressou-se:

O que me ensinaram de filosofia do direito, eu não entendia. Era superior ao meu preparo, e professorado sem clareza, sem fluido de comunicação. José Hygino, o pesado, mestre

²⁰ A chamada “Escola do Recife” não foi propriamente uma escola ou instituição. Fora um movimento intelectual que se centrava na figura de Tobias Barreto e seus discípulos. Escola do Recife foi um nome dado posteriormente pelos críticos e que foi adotado até por expoentes antigos como Nina Rodrigues.

spenceriano, nos enjoava e nós não o entendíamos. (ARANHA, 2003, 148).

A formação em exatas de Spencer²¹ exigia um repertório vasto no campo da matemática e da física. O que aparentemente tornava as aulas de seu intérprete José Hygino demasiado complicadas e pouco atrativas. Em sua biografia, Graça Aranha demonstra grande entusiasmo quando se refere a Tobias Barreto, pois este teria “salvo” sua vida acadêmica. Em suas aulas, demonstrava repulsa ao direito natural e às explicações teológicas, sendo portador de “novos valores científicos”. Acrescenta: “Imediatamente Tobias Barreto se tornou o nosso favorito”. “Tobias, mulato desengonçado, entrava sob o delírio das ovações” (ARANHA, 2003, p. 148).

Graça Aranha alude a Tobias Barreto como uma personalidade extremamente carismática, alguém a quem se acreditava (e conseguia que outros o fizessem) imbuído de produzir uma reforma no ensino universitário do direito, pondo abaixo questões sagradas a outros mestres como o prisma teológico e o direito natural. Nesse sentido, sua ação se torna, dentro do ambiente acadêmico, revolucionária. Sobre essa atração exercida sobre os jovens acadêmicos, ávidos por consumirem (ao menos em teoria) um produto novo, uma nova perspectiva, Graça Aranha assinala:

O mulato feio, desengonçado, transformava-se na arguição e nos debates do concurso. Os seus olhos flamejavam, de sua boca escancarada, roxa, móvel saía uma voz maravilhosa [...] O que ele dizia era novo, profundo, sugestivo. Abria uma nova época na inteligência brasileira e nós recolhíamos a semente, sem saber como ele frutificaria em nossos espíritos, mas seguros que por ela nos transformaríamos (GRAÇA ARANHA, 2003, p. 149).

²¹ Mais detalhes, ver apêndice 2- Spencer e sua teoria evolucionista.

Em *O Meu Próprio Romance*, Tobias Barreto causa admiração aos alunos mesmo antes de passar no concurso para professor efetivo. Sua erudição durante a prova oral causou grande impressão aos que o assistiam e fascinou o adolescente Graça Aranha. Este narra seu encontro com o futuro mestre:

Foi então que, tomado de um impulso irreprimível, saltei a grade e por entre as aclamações dos estudantes e [sic] deante do assombro da Congregação, atirei-me aos braços de Tobias Barretto, que me recolheu comovido e generoso. "Já é acadêmico?" perguntou-me, admirado da minha pouca idade. "Sim, calouro." Abraçou-me novamente. "Pois bem, vá á minha casa esta noite." Que deslumbramento! Não voltei aos meus [sic] collegas. [...] Nunca mais me separei intelectualmente de Tobias Barretto (GRAÇA ARANHA, 1931, p. 150).

Alfredo Bosi (2006) identifica em Tobias Barreto um grande admirador dos positivistas franceses e dos monistas²² alemães. Na defesa do concurso para a Faculdade do Recife, episódio referido na citação graciana, Tobias se propugnava um portador dos valores laicizantes da educação superior o que vinha de encontro ao setor escolástico mais conservador.

²² Corrente filosófica metafísica que defende a existência de uma realidade una, sem divisão entre corpo e alma/espírito. Hegel seria um tipo de monista.

Figura 4: retrato de Tobias Barreto



Fonte: Academia Brasileira de Letras (2015)

Assim como Tobias Barreto, seu discípulo Silvio Romero era também portador de uma discussão que se impunha urgente: a questão dos cativos, da intervenção religiosa na filosofia e ciência, bem como a insatisfação com o modo de fazer política e a campanha abolicionista. Seria a república a solução para todos esses problemas? Para Romero: “[...] Sofremos os grandes combatentes do grande decênio: Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance [...]. Tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife” (ROMERO, 1926, p. XXIII - XXIV).

O autor de *Estudos Alemães* foi considerado por José Paulo Paes (1992) um “neokantiano além de darwinico-haeckeliano”. Porém, apesar do cabedal teórico, não era um completo determinista. Acreditava que a liberdade humana, a autonomia, deixava sempre um ingrediente de imprevisibilidade; “um algo mais” que não era passível de ser calculado. Em Barreto, as determinações sociais são mais pungentes que as naturais. É a sociedade

baseada na cultura dos privilégios que oprime o pobre, muito mais do que qualquer fator biológico/ambiental. Esse modo de ver o mundo está também expresso em *Canaã*.

Gilberto Freyre (1971) em *Nós e a Europa Germânica* dedica um capítulo à Escola do Recife (E. R.), no qual cita Graça Aranha e a já conhecida e muito explorada relação com Tobias Barreto; dedica também um capítulo ao autor de *Canaã*, intitulado *Graça Aranha: um germanizado que se desgermanizou*. Freyre (1971) descreve o intelectual típico da (E. R.). Este: “Podia ser republicano, abolicionista, libertário. Mas sem deixar de ser aristocrático: intelectual até certo ponto, socialmente aristocrático” (FREYRE, 1971). Para esse autor, a (E. R.) diferia da educação tradicional e seu “modelo coimbrão”, conservador e religioso; teria sido esse fator que, em primeiro lugar, fascinou Graça Aranha, isto porque este crescera no Maranhão extremamente católico e repleto de interdições e normas rígidas. Qual não foi o choque ao deparar-se com um ambiente mais aberto e autônomo da Faculdade de Direito do Recife e sua crítica ao Direito Natural, seu pensamento positivista que pregava o “vamos em frente” ao passo que o tradicionalismo católico pregava o “olhe para trás, não faça isso, cuidado com aquilo”. Freyre (1971) aponta esse fator como uma explicação lógica pela conversão apaixonada do adolescente Graça Aranha ao Germanismo.

O positivismo e o germanismo, os quais se atrevem a pensar sobre tudo em uma perspectiva universalista da filosofia alemã, era para Graça uma fuga do pensamento religioso, supersticioso que marcou sua infância:

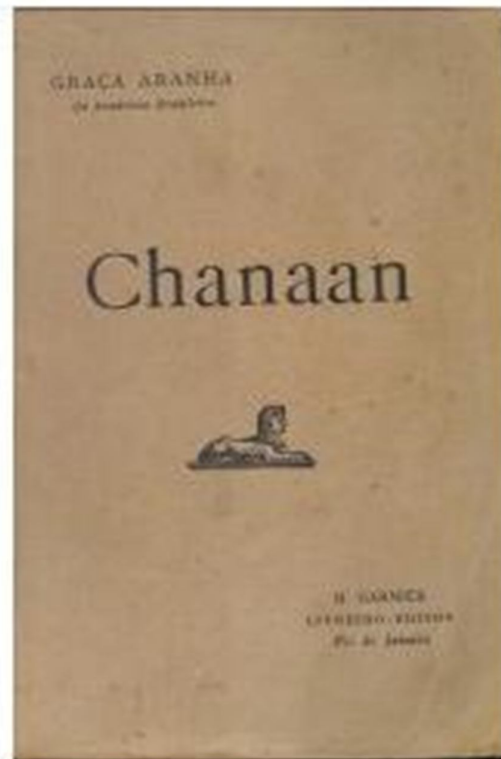
Mas isto depois de ter tido, segundo ele próprio, uma infância perseguida pelo ‘terror’; depois de ter sido um menino sempre com medo de corujas, urubus, de borboletas escuras; depois de, pelo terror e pela angústia, haver se tornado místico. Tanto que todos os seus vagares, pequeno devoto de São Benedito, os passava nas igrejas de São Luís: ‘em missas, novenas, procissões’ (FREYRE, 1971, p. 146).

Em sua autobiografia, Graça Aranha desabafa sobre os sofrimentos psíquicos de uma educação “mais mágica do que lógica” (FREYRE, 1971, p. 146). O cientificismo foi uma primeira libertação de uma vida de temores. A fé na ciência que afirmava que os monstros que povoavam sua mente e roubavam-lhe a tranquilidade do sonho não passavam de superstição e ignorância, salvando-o, talvez, da loucura. A conversão ao germanismo teria sido um pequeno preço a ser pago, substituindo um sentimento passional por outro.

Muito se especula sobre qual seria o alter-ego de Graça Aranha em *Canaã*. Seria Lentz, o germânico belicoso ou Milkau, o germânico romântico idealista? A esse difícil pergunta, Freyre arrisca um palpite. Milkau seria o autor, ao passo que Lentz sugere uma construção baseada em Tobias Barreto, um germanista radical. Mas afinal qual seria a opinião do autor de *Canaã* acerca das raças, tema-mor da (E. R.), e sobre a imigração germânica no contexto de uma definição de Brasil e do brasileiro? Freyre (1971) destaca que Graça teria passado de germanófilo a germanófobo ao longo do século XX. Isso se expressa na passagem da adolescência para a maturidade. Da utopia ao pensamento distópico, o que também ocorre com a personagem Milkau. Este chega maravilhado, sonhador, acreditando no progresso e na colaboração entre as pessoas de raças diferentes e acaba desiludido com a mesquinhez e maldade das pessoas embrutecidas, o que independe de qualquer raça ou caractere físico. Se o germanófilo foi o rapaz, segundo ele, liberto dos preconceitos religiosos, o homem maduro tornou-se germanofóbico devido aos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, na qual definiu os alemães como encarnações da barbárie.

3.4 Ser ou não ser modernista

Figura 5 - Capa da 1ª edição do livro *Canaã*



Fonte: Skidmore, 2012

O Brasil que aparece em *Canaã* é o país do latifúndio e até muito recentemente, escravocrata. Tais características caminhavam na contramão do “progresso”. Contudo, os brasileiros (entenda-se aqui aqueles poucos que possuíam voz para externar seu posicionamento e interesses, ou seja, a elite econômica e intelectual) desejavam conformar-se à modernidade pintada nas cores do positivismo, o que não deixa de ser um paradoxo: modernidade e escravidão. A herança portuguesa era pensada como um dos motivos pelos quais o Brasil continuava preso a valores e tecnologias arcaicas. O movimento

modernista brasileiro buscou conciliar dois elementos distintos: o da valorização do “bom selvagem”, do “primitivo” (atribuindo a esse termo uma positividade) e do saber tecnológico. Não por acaso, uma das bandeiras do Manifesto Antropófago de 1928 foi o grito: “Engenheiros em vez de jurisconsultos”. O próprio Oswald de Andrade teria buscado em Keyserling²³ a ideia de “primitivo tecnizado”, sujeito por excelência da modernidade (PAES, 1992). Entre os modernistas, ressaltamos o trabalho de Mario de Andrade, o qual produziu o anteprojeto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizando viagens Brasil adentro com o folclorista Luís da Câmara Cascudo. Eles dedicaram considerável energia e tempo realizando uma espécie de inventário da “cultura popular brasileira”, esta entendida à época como manifestações folclóricas, referentes ao passado colonial ou resultados de hibridações com as culturas regionais. A mensagem passada era a de valorizar o passado no que ele mantinha de vivo.

O Manifesto Antropófago e o Manifesto de Poesia Pau-Brasil reconheciam como itens genuínos da cultura brasileira:

A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos. [...] Ser regional e puro em sua época. O estado de inocência substituindo o estado de graça que pode ser uma atitude do espírito. O contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica.²⁴(ANDRADE, 1972, p.3)

Sobre os manifestos, é curioso observar a junção de termos e ideologias estrangeiras usadas para se referir à grandeza nacional. O documento chega a

²³ KEYSERLING, H. **Le monde qui Naut**. 5ed. Stock: Paris, 1927. A referência do termo citado “primitivo tecnizado” está contida entre as páginas 45 e 50 da referida obra.

²⁴ Este trecho faz parte do Manifesto Antropófago e Manifesto de Poesia pau-brasil. Foram publicados em coletânea na edição: ANDRADE, Mario de. **Do pau-brasil à antropofagia das utopias**. Vol.6. Obras completas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

bradar pela revolução caraíba²⁵, o que nos remete ao personagem de Lima Barreto, Policarpo Quaresma, que vai à corte exigir que o tupi-guarani seja oficializado como língua oficial brasileira. Diferentemente de Quaresma que não se servia de produtos ou bens importados para prestigiar o que era nacional, Mario de Andrade servia-se à vontade de autores e termos estrangeiros para, no fim, propor uma utopia tropical-brasileira.

O modernismo criticou no Brasil a permanência da cultura bacharelesca e jesuítica, pois estas estariam obsoletas na modernidade. Ficou também marcado esse “movimento” por um certo sectarismo, um não reconhecimento de outras influências notórias. Um dos casos é a (suposta) rejeição à Escola do Recife. Paes (1992) afirma que Sílvia Romero e Araripe Júnior tinham em suas perspectivas analíticas a ideia de que, no Brasil, a cultura portuguesa foi deglutida e transformada em uma outra cultura, diversa da matriz original, e que o clima e o lugar teriam um papel importante nesse, digamos, processo de “digestão” cultural; seria esse o caso quando Mário de Andrade sai em defesa da “mata-virgem” não como sendo, no sentido literal, um ecossistema, mas como uma metáfora para o ambiente inspirador que nosso país representava. Embora não reconheça explicitamente, Mário de Andrade faz uso de bandeiras ligadas à ER. Ademais, os modernistas encarnavam na mesma proposta o elemento técnico e o metafísico, o clamor pelo desenvolvimento aliado à tradição. Concernente a isso, Paes destaca:

O afã modernista de passar o Brasil a limpo, pois, numa empresa a um só tempo de destruição do legado português no que ele tinha de anacrônico, e de conservação do que dele permaneceu vivo na tradição popular ao fim do processo de transmutação ou [sic] devoração de valores (PAES, 1992, p. 78).

²⁵ O termo caraíba se refere não apenas à etnia indígena, mas a um grupo linguístico. Eram conhecidos como antropófagos.

Se pensarmos sociologicamente, constataremos que as palavras de ordem levantadas pelo modernismo não eram, nem mesmo no âmbito da literatura, novidade. Lima Barreto, apesar de não ter escrito nenhum manifesto, colocou em prática boa parte do que foi exposto nos textos de Mário de Andrade. O escritor mulato e proveniente das classes baixas não defendeu por escrito que a língua tal qual falamos nos define, mas adotou o modo de falar simples em seus romances. Sem nomenclatura rebuscada tocou na ferida do latifúndio, do preconceito para com a cultura popular, da imensa disparidade entre “doutores/bacharéis” e analfabetos. Não obstante, Lima Barreto foi completamente ignorado pelos modernistas. Graça Aranha, assim como Lima, foi considerado pré-modernista, no entanto, uma leitura mais atenta da obra *Canaã* observará que há um viés do que convencionou-se chamar posteriormente de modernismo no personagem Milkau. Este, tal qual propugnava o modernismo, defendia o feliz enlace entre a “cultura primitiva” e a modernidade, pensada então como o saber técnico-científico trazido pelo europeu.

Outro tema caro aos modernistas explorado em *Canaã* é o da amorfia nacional ou falta de caráter do brasileiro. Caráter aqui no sentido filosófico, aquilo que define algo, que o torna reconhecível. Euclides da Cunha em *Os Sertões* tinha esse tema como tópico central em suas denúncias realizadas na obra em lide. O jornalista afirmou que o brasileiro estava dividido em sub-raças, como a do nordestino, o qual definhava por estar demasiado afastado da civilização.

A questão da amorfia nacional discutida em 1922 já havia ganho destaque em 1902 no *Canaã* de Graça Aranha.

- Aqui, a raça não se distingue pela persistência de uma virtude conservadora; não há um fundo moral comum. Posso acrescentar mesmo: não há dois brasileiros iguais; sobre cada um de nós seria fútil erguer o quadro de virtudes e defeitos de comunhão. Onde está, mudando de ponto de vista, a nossa virtude social? Nem mesmo a bravura, que é instintiva, nós a

temos com equilíbrio [...] Veja nossas guerras, de quanta cobardia nos enchem a lembrança! (ARANHA, 2003, p. 144).

Os homens de letras, políticos, literatos, cientistas/filósofos, propunham uma debate sobre qual seria o “caráter do brasileiro”, aquilo que o tornava identificável como povo. A dificuldade era que, além do país ser povoado por tipos humanos de cores, comportamentos e condições sociais distintas, havia ainda as peculiaridades oriundas de cada região, cujas particularidades eram atribuídas principalmente ao clima. Pensou-se até a abolição, em um país composto por brancos, negros e índios. Com a abolição, surge mais uma figura: a do imigrante, europeu especialmente. Conforme as teorias raciais em voga, a raça branca do tipo ariana estaria no topo de uma escala de desenvolvimento físico e moral, sendo estes “superiores” aos da população local, marcadamente mestiça; temia-se também que os europeus dominassem culturalmente o brasileiro nativo, fazendo-o desaparecer.

Nesse sentido, na parte final do livro, Milkau pede ao juiz que liberte Maria Perutz, o que lhe é negado, então o magistrado Maciel conversa sobre seu receio quanto ao futuro país, uma vez que este ainda não possui um caráter de raça, algo que remeta a ideia de identidade nacional.

MACIEL “Os urubus aí vem...

- De onde?

- De toda a parte, da Europa, dos Estados Unidos...

É a conquista.

[...] O que se dá no país é uma verdadeira crise do caráter. Não há uma virtude fundamental.

- [...] Um caráter de raça, explicou Milkau.

(ARANHA, 2003, p. 144).

A imigração estrangeira acabaria por fazer do Brasil um caldeirão de culturas, de modo que não se identificaria uma “cultura” própria do brasileiro. Abaixo segue um trecho da conversa entre magistrados que visitam uma colônia alemã para extorquir dos moradores dinheiro ou favores sexuais.

É o debate diário da vida brasileira... Ser ou não ser uma nação!... Momento doloroso em que se joga o destino de um povo... Ai dos fracos!... Que podemos fazer para resistir aos lobos? Com a bondade ingênita da raça, a nativa fraqueza, a descuidada inércia, como nos oporemos a que eles venham?...Tudo vai acabar e se transformar. Pobre Brasil!... Foi uma tentativa falha de nacionalidade (ARANHA, 2003, p. 98).

A preocupação modernista em relação à amorfia nacional dizia respeito, antes de tudo, a uma busca por identidade. Ainda nas lastimadas visitas aos colonos, um dos colegas magistrados de Maciel, Manoel Antonio, personagem xenófobo, discorre sobre a tentativa de se criar um sentimento nacionalista, um passado comum, símbolos e emblemas de uma pátria.

Quando Gonçalves Dias e Alencar deram o grito de alarma pelo Brasil, pelo caboclo, nós estudantes, respondemos ao nosso modo... Eu me chamava Manoel Antônio de Sousa. E só. Sousa cheirava a galego. Acrescentei Itapecuru. Manoel Antônio de Sousa Itapecuru... Foi um movimento geral. Cada um tomou um nome indígena, e daí os Tupinanbás, os Itabaianas, os Gurupis (ARANHA, 2003, p. 99).

A literatura não se descola dos fenômenos sociais, das preocupações históricas, antes as expressa. E os movimentos e escolas como o modernismo foram o cume de um processo de amadurecimento que já sinalizava seus pontos principais de discussão, vinte anos antes da Semana de 22.

No que tange à rejeição de Graça Aranha por parte dos colegas, a explicação segue alguns caminhos: o autor sem apuro na escrita e em cujo romance mais célebre, *Canaã*, foca em diálogos, um romance de discussão de ideias, de debate. Não por acaso, os outros personagens que não Lentz e Milkau são tão pobremente construídos, tendo-se pouco a dizer sobre eles. Por ser mais um difusor de ideias do que um exímio narrador, Gilberto Freyre assim o descreve:

Não se ajusta bem a Graça Aranha o qualificativo de escritor, além de estético, filosófico ou sociológico, que dentro de sua formação superficialmente teuto-brasileira, sob a influência explosiva, no Recife, de Tobias Barreto, ele talvez tenha pretendido ser (FREYRE, 1971, p. 140, destaque nosso).

Freyre (1971), mais preocupado com o Graça sociólogo-filósofo, como ele mesmo define o autor, desdenha os atributos deste enquanto literato. Coloca *Canaã* no mesmo patamar que *Os Sertões* em termos de contribuição para o entendimento do que é o Brasil. Ambos os “pré-modernistas” revelam “outros brasis”, o Brasil que não é Rio de Janeiro e São Paulo, isto a literatura realiza muito antes da sociologia e da história. Essa seria a contribuição de *Canaã*: pensar o caráter nacional. A obra discute o receio de que, após a libertação dos escravos e a adoção da imigração como solução para o braço da lavoura vendo no imigrante europeu um agente civilizador em terras virgens, o efeito colateral fosse maior do que a “cura”. Isso porque os germânicos possuíam uma língua muito diferente do português, religião diversa, mais comumente o protestantismo e um *ethos* nacional belicoso, cujos comportamentos eram considerados como “o oposto da brasilidade” (SEYFERTH, 2002).

3.4.1. A disputa simbólica com os modernistas de 22

Ao explorarmos a relação entre os intelectuais pré-modernistas e seus sucessores, é preciso ter em mente que não se tratava apenas de uma disputa entre colegas de profissão, mas de uma luta simbólica pelo poder da enunciação legítima. O modernismo, ressalte-se, foi um movimento cultural muito centrado em São Paulo. Esse estado passava por um notável aumento da produção do café, que seria cultivado no Oeste Paulista e trazendo consigo a abertura do mercado de trabalho na indústria. O enriquecimento da região foi se desenhando a partir da república, quando passou a apresentar uma feição mais urbana (BERTELLI, 2009).

A prosperidade econômica alterou sensivelmente o mercado das artes brasileiras; Miceli (2003) informa que diversos mestre-pintores que atuavam no Rio de Janeiro transferiram-se para São Paulo em busca do público em formação. São Paulo acabava por se adequar ao ideário do progresso como meta. Oswald de Andrade ao conclamar: “engenheiros ao invés de jurisconsultos” associa o desenvolvimento técnico industrial paulista como oposto ao Brasil “ultrapassado e conservador” dos bacharéis (BERTELLI, 2009). As levas de imigrantes acabavam por se aliar a esse discurso, acalentando o sonho de um país desenvolvido e branco. Isso porque o progresso era associado ao imigrante e não a um imigrante qualquer, mas o europeu.

O “novo” brasileiro era o moderno e civilizado paulista. Em 1921, Oswald de Andrade escreveu no *Correio Paulistano* “Matemos Peri!” quando bradou contra o romantismo. O referido Peri é, na verdade, a ilustre personagem alencariano protagonista de *O Guarani*. A morte simbólica de Peri, lembremos, o índio, generoso, corajoso, um tipo ideal do bom selvagem, foi até então figura central na primeira construção identitária do brasileiro. O romantismo, sobretudo a maneira de José de Alencar, produziu uma figura tipicamente brasileira, criando um “autêntico” símbolo nacional. Porém, trouxe consigo a celebração da vida “bucólica” do campo, do Brasil dos primórdios. Outrora belo, passou a

ser tomado como uma elegia ao “atraso”. No artigo do *Correio Paulistano*, o modernista assim expressou-se: “Nosso absurdo e ingênuo amor ao passado, que mata as aspirações de fórmulas novas na política, na economia, na finança, na ética, na literatura” (ANDRADE apud FABRIS, 1994, p.6).

Cândido Mota Filho, crítico literário autodeclarado modernista, escreveu em 1921 sobre os personagens que considerava ineptos para o novo modelo de nação:

O Brasil do selvagem antropófago, do aimoré todo plumas e dentuças humanas, o Brasil do miserável mestiço, inepto e indiferente de sua pátria; o Brasil do mulato borracho, das mucamas sapecas, que só cuidam da pinga e das folias do tambu (MOTA FILHO apud FABRIS, 1994, p.8).

O extrato acima elenca personagens que facilmente são encontrados nos romances pré-modernistas de Lima Barreto, Graça Aranha e Euclides da Cunha. São tipos humanos sofridos, provenientes das populações pobres e possuem em comum o fato de não serem “brancos”, nem escolarizados. A elite paulista identificada com valores cuja lógica é desenvolvimentista, via nessas populações uma espécie de retardatário da civilização pretendida. Já os pré-modernistas demonstravam mesmo com duras descrições, como no caso de Euclides da Cunha, certa simpatia pelos sujeitos retratados. Annateresa Fabris (1994) destaca o papel político (*lato sensu*) dos modernistas na defesa de São Paulo como polo irradiador de “cultura”, de modernidade no sentido de avanço tecnológico e econômico. Acrescente-se a esses fatores, o surgimento de uma burguesia industrial. Talvez todo o processo que envolveu uma tentativa de ressignificação sobre a identidade nacional e que passou pelas aspirações por um país “moderno”, acalentadas pelo sucesso econômico paulista, possa explicar o porquê dos dispersos pré-modernistas serem assim classificados, com o desprestigiado prefixo atribuídos às coisas do passado.

Com o objetivo de descrever o contexto mais amplo da formação cultural de Graça Aranha, o próximo capítulo informa o leitor sobre as teorias científicas com as quais o “pré-modernista” conviveu e as quais faz referência indireta em Canaã por meio de algumas falas de Milkau e Lentz. O momento a seguir é o de conhecer as interpretações brasileiras do positivismo como estas foram importantes para o ideário republicano e da emergência de símbolos nacionais, os quais servem à produção de um passado comum com vistas ao estabelecimento de uma identidade nacional.

4 ERUDIÇÃO E CULTURA LETRADA NO BRASIL

“Olhe, eu sou um fanático da análise. Quando vejo um indivíduo, estudo-lhe todos os hábitos, não preciso saber das suas ideias, basta uma circunstância, por exemplo, o que esse homem come, e eu concluo sem medo de errar quais os sentimentos psicológicos do meu examinado. Ah! Porque uma vez apanhado, classifico-o. É meu” (Graça Aranha, em *Canaã*)

A epígrafe é um trecho de *Canaã*, no qual os ilustres magistrados conversam entre si. A sentença acima é do juiz Itapecuru e revela um pouco da euforia em relação ao saber “moderno”, sistematizado, analítico! O que resume, mesmo de forma hiperbólica, o que seria o tipo mais comum da *intelligentsia* brasileira, o qual apresentaremos a seguir.

Neste capítulo, bem como no anterior, exploramos uma leitura externa da obra. Se outrora exploramos um pouco do local de fala do autor, agora buscamos compreender as teorias que dialogam com o texto *Canaã*. Para tanto, passaremos pelas teorias, escolas e matrizes epistemológicas que nortearam a interpretação do Brasil, segundo os intelectuais locais. São apresentados aspectos históricos importantes para a compreensão de quem foi Graça Aranha e da sociedade da qual fez parte, elementos que se refletem na obra.

A primeira corrente do pensamento social brasileiro foi o pensamento filosófico cristão, instaurado devido à catequese e a vinda de missionários, beneditinos e, em maior alcance, jesuítas. A cultura, a educação formal com Pe. Vieira passou a ser concedida a fidalgos, mas não ao povo comum, a maior parte da população. Revisitando os primórdios da educação no Brasil, é patente o caráter aristocrático. Antes de tudo, era uma marca de classe.

Quando o adolescente Graça Aranha ingressa na faculdade ainda púbere, percebe-se o vestígio dessa prática do letramento como algo que consolida um posicionamento social, o das classes abastadas, da qual Graça era proveniente. Na metafísica cristã, era possível integrar fé e razão, mas esta não deixou traços significativos no pensamento intelectual durante o Império, sendo superada pelo ecletismo e o positivismo. Muito em virtude de seu caráter muito teórico e pouco prático. A lógica cristã com sua pedagogia do medo, principalmente no tocante à educação infantil, foi um incômodo para Graça Aranha, e grande foi sua satisfação ao superá-las com o pensamento positivista.

Intelectuais brasileiros durante o Império se debruçavam em leituras filosóficas europeias que eram frequentemente muita diversas dos acontecimentos locais. No decurso desse período, os intelectuais brasileiros eram ironicamente chamados de filosofantes, termo adotado para designar os pensadores que “reproduziam” o que era dito Europa afora, sem apresentar teorias que expressassem as condições brasileiras. Ou seja, não trabalhavam em modelos de interpretação “autenticamente” nacionais. A filosofia comumente focava-se em questões universais, porém, os “filosofantes” brasileiros aplicavam-na em busca de solucionar demandas locais, sendo essa sua particularidade (CRUZ COSTA, 1997). O autor de *Canaã* criticou duramente seus contemporâneos por copiarem o que vem de fora quando há tanta riqueza no país.

A influência francesa foi sentida já no final do século XVIII, mas se notabiliza no século XIX por meio do Frei Francisco Mont'alverne (1784-1858), nos Seminários, onde eram estudados dos clássicos gregos até Kant. Para João Cruz Costa (1997), o ecletismo teria sido a matriz intelectual dominante durante o Império, tendo sido mais marcante que o positivismo. “Nada de excesso. Queremos a constituição, não queremos revolução”, seria um lema mais ao gosto da elite brasileira (CRUZ COSTA, 1997, p.327).

O ecletismo acolheria um pouco de ciência e um pouco de religião, sem radicalizar demasiado em ambas. Por ciência entendia-se no período as

ciências da natureza. Um exemplo da visão conciliadora e conservadora do ecletismo era o trabalho de Eduardo Ferreira Franca (1805-1857), o qual elaborou, após sua formação em medicina em Paris, um tratado acerca das faculdades da alma e do futuro da fé. Algumas obras foram escritas sobre história e filosofia; algumas, como a de Pe. Muniz, *Teoria da Afirmação Pura*, foram consideradas “de uma obscuridade impenetrável” (CRUZ COSTA, 1997, p.327).

4.1 Positivismo no Brasil

O positivismo foi no Brasil uma corrente que ficou associada aos construtos simbólicos da república. O avanço que significava sair da monarquia, e para outros intelectuais, deixar para o passado o escravismo e o latifúndio, todos, emblemas do atraso. Antes mesmo da república, após a independência, surge a necessidade de se criar um sentimento de pertença a uma população cada vez mais heterogênea, como veremos a seguir, o positivismo e, à reboque, o evolucionismo, foram abordagens que perpassaram a questão da identidade nacional.

A vida artística e intelectual brasileira ganhou impulso com a vinda da corte portuguesa em 1808 e, após a independência em 1822, as elites precisaram se abrir politicamente aos princípios liberais. Mas foi durante o segundo reinado (1840-1889) que ocorreu uma participação mais ativa e estruturada dos intelectuais, que estavam envolvidos na construção de um projeto de identidade nacional, que se deu com a intensa participação de institutos, museus e academias (VELOSO; MADEIRA, 1999). Tal florescimento das artes e aceitação, ao menos teórica do liberalismo, fez com que entrasse em pauta nacional a questão da abolição da escravatura, uma barbárie incompatível com uma nação que se diz civilizada, label este tão almejado pelas elites brasileiras.

Joaquim Nabuco acreditava que, com a abolição, o país poderia viver uma nova hora, na qual se propiciaria incentivo à pequena propriedade e à vinda de imigrantes europeus pertencentes a uma classe média (para que o governo não precisasse prover tudo). A favor da abolição da escravatura, apresentava os seguintes argumentos: o modelo escravista era inconciliável com a modernidade industrial, pois se precisava de um mercado consumidor; a escravidão seria algo legalmente inaceitável, além de representar do ponto de vista moral algo condenável e injusto; por último, argumenta que o declínio da

metrópole se dá em função de a economia ser baseada no escravismo, na monocultura e no latifúndio (ALONSO, 2009).

No campo intelectual, em meados do século XIX, pôs em pauta questões sociais relevantes como a abolição e o advento da república. José Murilo de Carvalho (2012) defende que a república, no Brasil, não representou apenas um regime político. Ela era um emblema que remetia ao progresso e à modernidade, seus símbolos, casados com o positivismo, como o lema da bandeira nacional; concediam a impressão que a intelligentsia brasileira, “não estava ficando para trás”. A disseminação do positivismo e do evolucionismo, mesmo em leituras um tanto particulares, informa-nos que os intelectuais brasileiros buscavam acompanhar as últimas tendências epistemológicas, foi então que as questões da raça e do determinismo geográfico pesaram nas análises do início do século XIX.

Havia o desejo de ingressar na modernidade e, sobretudo, no que ela representava: ciência como panaceia, evolução como algo teleológico, razão como guia para o ser humano, e reconhecimento da relevância da História como disciplina. Esta passaria a integrar os currículos clássicos com uma função de explicar os estados-nação, formar heróis e efemérides que ajudariam a criar e difundir um passado em comum. A história também guarda o sentido de devir, transformação, o que casava, por sua vez, com as teorias em voga (VELOSO; MADEIRA, 1999). No âmbito da política, o liberalismo, a democracia e o estado-nação eram palavras-chave para os homens de letras, os quais receberam a missão de incutir por meio da ciência, da arte e da Historiografia um sentimento de pertencimento a uma pátria que não passava, até então de um conceito demasiado difuso.

Em 1816, aportou no Brasil a Missão Artística Francesa, onde se destacavam Nicolas-Antonine Taunay e Jean-Baptiste Debret. Tratava-se de trazer artistas para representarem o Brasil, criarem imagens de sua natureza imponente (SCHWARCZ, 2008). Note-se que o amor à pátria estava até então vinculado ao amor à natureza. Esta foi uma tentativa de Dom João VI de, enfim, tornar a colônia mais habitável, precisando assim de uma estrutura

mínima de produção e difusão de bens simbólicos (VELOSO; MADEIRA, 1999). Nesse processo, deve-se ressaltar as seguintes instituições:

- Imprensa Régia, Biblioteca Real, Jardim Botânico/ Real Horto (1808);
- Escola Real de Ciências Artes e ofícios; Escola Médico-cirúrgica de Salvador (1815) e do Rio de Janeiro (1813);
- Academia Real Militar (1811), Escola Naval (1808), Museu Imperial (1818) (VELOSO; MADEIRA, 1999).

Durante o século XX, a influência cultural portuguesa foi perdendo prestígio e o parâmetro em termos de bens simbólicos e capital cultural passou a ser a França. Que passou a ser referência como “guardiã” e disseminadora dos padrões e normas de conduta “civilizacionais”, de etiqueta e refinamento. Após a revolução de 1789, será difundido ocidente adentro o ideário de civilização como sinônimo de cultura²⁶.

No plano econômico, a referência é a Inglaterra e autores clássicos da economia política, de onde provém a permeabilidade do liberalismo político, que assim como o positivismo, no Brasil, sofreu uma interpretação particular: o liberalismo das desigualdades e dos privilégios (VELOSO; MADEIRA, 1999).

As referências que pautaram o projeto de uma nação eram, como foi evidenciado, estrangeiras, seja na educação, na política ou nas artes em geral. Dentro deste caldeirão de orientações, coube ao bacharel ser um elemento de ligação entre as teorias e a análise prática. No caso da literatura, os autores conquistavam o reconhecimento simbólico pelos “serviços prestados à pátria” e não pelo conteúdo literário (CÂNDIDO, 2000).

²⁶ Esse assunto será melhor trabalhado no capítulo seguinte.

Em 1838, ocorreu a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que possuía ligação com a Academia de Ciências de Paris. Essa instituição reuniu intelectuais estrangeiros e brasileiros com o intento de investigar questões tipicamente nacionais; a História e a Geografia foram disciplinas que ajudaram a definir, em termos oficiais, o que era o Brasil. O reconhecimento do IHGB era incontestável; o estado fomentava uma produção de saber legítimo, dado o paradigma positivista da época quando as fontes oficiais não eram questionadas, mas tidas como a verdade factual, percebendo-se uma relação saber/poder em sua configuração clássica. Na qual o estado assume por meio de uma produção de saber, uma relação de poder e sujeição, no caso, da população a ser governada (FOUCAULT, 2008). O trecho abaixo revela um pouco da forma como as ciências contribuíram para o estabelecimento de uma construção de verdade, no caso, “a verdade factual” da história oficial, juntamente com a antropologia e a geografia, também voltadas para o mesmo intento.

No Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, propôs-se a escrever a história da nação e a “descobrir” as origens da nacionalidade. A ideia de nação que projetava se constituía segundo o modelo europeu de civilização. Pretendia-se dotar a nova nacionalidade de conteúdo histórico, o que contribuiria para desenvolver a identidade e a consciência cívica dos brasileiros (CONDURU, 2010, p.285).

A construção de uma nacionalidade, de uma consciência cívica, não foi tarefa fácil em terras brasileiras. Isso porque havia grande confusão entre o que valorizar e o que rejeitar em um país com tamanha diversidade étnica. Tentava-se o engendramento de uma identidade. Nessa perspectiva, para facilitar o governo de uma determinada população, buscou-se uma identidade partilhada ou, ao menos, símbolos, mitos, gestando um passado comum; elementos que gerariam uma identificação, algo que unificasse ao menos em um aspecto uma população de origens tão distintas. Tratou-se, pois, de jogos

de poder onde determinadas identidades emergem ao passo que outras são sufocadas; por vezes, condenadas ao silêncio. Dentro desses espaços de violência e disputa de forças desiguais, surgem também o que Bhabha denominou de entre-lugares:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses entre-lugares fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (BHABHA, 1998, p. 20).

Bhabha (1998) realça que muitas interpretações pensavam os fenômenos sociais na base de binômios: dominante x dominado, explorador x explorado, colonizador como agente que impõem sua cultura e sem mantém a distância da cultura do colonizado. Tais categorizações deixam passar o que está no meio dessas relações. Vejamos a relação de dominação: por exemplo, se um colono é dominado por seu patrão, por outro lado, este homem exerce dominação sobre sua mulher, que a exerce sobre seu filho e nas micro-relações vão correndo inversões, concessões, negociações. No caso da colonização, percebe-se também um hibridismo entre os antagônicos. No Brasil, durante o período colonial, é inegável que houve abusos, violência (que é a escravidão em si), mas não foi apenas isso. As variadas tradições, manifestações culturais, artísticas, modos de falar, riqueza culinária são testemunhos de que o negro, mesmo estando em condição de subalternidade deixou fortes marcas na cultura do colonizador. Creio que tenha sido isto que Gilberto Freyre tenha tentado demonstrar em *Casa Grande & Senzala*, obra tão mal compreendida, muito criticada e pouco lida em nosso meio. Outro conceito importante na teoria de Bhabha (1998) é o de negociação.

Em tal temporalidade discursiva, o evento da teoria torna-se a negociação de instancias contraditórias, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem polaridades negativas entre o saber e seus objetivos e entre a teoria e a razão pratico-política (BHABHA, 1998, p. 51).

A temporalidade a qual o autor se remete, refere-se aos conceitos de espaço simbólicos:

Além: “capacidade de tocar o futuro no presente, trazendo o passado.- Habitar um espaço intermediário” (BHABHA, 1998, p. 24).

Fronteira: “O lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 1998, p. 24);

Ponte: “Reúne enquanto lugar que atravessa” (BHABHA, 1998, p. 24).

Homi Bhabha (1998) defende o fim das categorizações binárias, bem como das segregações conceituais estanques, tais como a divisão entre teoria e política, que o autor faz questão de ressaltar no capítulo *Compromisso com a teoria*. O *in between* (no meio) seria uma espécie de lugar diaspórico, o que é uma ferramenta importante para pensar o fenômeno da imigração. O imigrante é aquele que não está em sua terra de origem; muitas vezes, distanciado de variados elementos culturais de seu lugar de origem, mas pode também não estar completamente incluso no lugar para onde migrou. Trata-se de uma relação onde o sujeito fica geralmente no meio-termo entre as duas coisas. Todorov descreve essa experiência em sua autobiografia intitulada *O homem desenraizado*, onde o autor se descreve como sendo esse produto entre o meio de onde emigra e a cultura dos países que o aceitaram. Todavia, sempre sentiu-se como o *unhomed*, descrito por Bhabha: aquele que repensa o mundo por estar na casa do outro, em uma casa que não é seu lar, que algumas vezes se afirma e outras vezes se invisibiliza. Stuart Hall (2006) traz essa reflexão em *Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior*.

Hall (2006), assim como Bhabha, pensa a identidade não como uma celebração do mito de origem, ou como cristalização de tradições no tempo. O

autor disserta acerca da história do Caribe para exemplificar com um caso concreto sua ideia de que não existem identidades “puras”.

Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles das quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo-dizimados pelo trabalho pesado e doença. A terra não pode ser ‘sagrada’, pois foi violada- não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas (HALL, 2006, p.30).

Hall (2006) afirma que identidade tem mais relação com posicionamento, com a situação das pessoas, com o modo de vida que elas escolheram e se identificaram ou o modo como se adaptaram as circunstâncias. Não se deve, portanto, pensar em identidade como algo eminentemente ligado ao lugar. O fenômeno da globalização e desterritorialização, como a diáspora judaica, por exemplo, revelam que estar fora de seu lugar de origem não significa estar alijado de sua cultura. Destaca também a influência da modernidade, do desenvolvimento tecnológico capitalista em escala global, as “forças de homogeneização cultural”, que seria a tendência de difusão de determinadas práticas em âmbito internacional.

A identidade como identificação também se aplica ao caso dos imigrantes germânicos, os quais, para dispor de direitos à terra, auxílio nos primeiros anos da colheita inicial, autoidentificam-se como teuto-brasileiros ou naturalizam-se como brasileiros.

Ao pensarmos o contexto em que *Canaã* foi escrito e os debates mais intensos no período anterior à obra, mas que a definiram, será preciso ter atenção às palavras-chave: identidade, nação, Estado e modernidade, as quais devem ser interligadas por fazerem sentido juntas. Uma vez que versamos um

pouco acerca da identidade, esclareceremos a seguir os demais conceitos e significados que a eles atribuímos nessa pesquisa.

O conceito de nação relaciona-se ao de governo, pois o primeiro estabelece práticas burocráticas, uma estrutura administrativa da qual os cidadãos fazem parte, além de propiciar um sentimento cívico que busca fomentar lealdade ao Estado e sem o qual o governo não se estabelece. A língua oficial é outro elemento relacionado à ideia de Estado nacional (HOBSEBAWM, 1990).

Até 1945, onde há vestígios, os que falam dialetos germânicos, e cujas elites usavam a língua da cultura alemã; padronizada e escrita, estavam estabelecidas não em suas regiões principais da Europa central, mas também como classes dirigentes e como cidadãos nos trechos de áreas camponesas por toda a Europa do leste e do sudeste [...] todos eles viam a si mesmos como alemães (HOBSEBAWM. 1990 p.64).

O que Hobsbawm (1990) denomina de nacionalismo popular, ou seja, como as pessoas não instruídas e não eruditas (mesmo possuindo capital econômico) classificam a nação, tinha por base dois elementos comuns: língua e etnia. Para a maior parte das pessoas comuns, existe a dificuldade de raciocinar tendo como alicerce conceitos e definições, sendo mais usual a associação de elementos que façam parte de seu cotidiano, logo, o exemplo dos germânicos que se viam como alemães é salutar, o que explica a situação do caso brasileiro, onde suíços e prussianos, até mesmos pessoas de cabelos e olhos claros de fala ríspida eram genericamente tidos por alemães.

Ao conceito de nação defendido por Hobsbawm (1990) em *Nações e Nacionalismo*, relacionamos outro conceito fundante, o de Estado. Para Bourdieu (2014), o Estado foi tradicionalmente pensado de duas formas: como território, espaço físico e como agente administrador. Para o sociólogo francês em obra *Sobre o Estado*, compêndio de aulas dos cursos ministrados no

Collège de France (1989-92), a divisão não é profícua. Pois o Estado seria a soma de tais atribuições e competências.

A preocupação com identidade, também relacionada com o ideário da constituição e caracterização do Estado-Nação, vincula-se ao conceito de modernidade. Por modernidade define-se os modos de vida e organização social que despontaram durante o século XVII na Europa, cuja influência propagou-se em escala mundial (GIDDENS, 1991).

Fenômenos como a globalização não são parte de algo novo e sim de uma continuidade do processo de modernização iniciado no século XVIII. Isso em razão de a modernização ter construído uma nova relação do homem com a natureza. Relação que se expressa de forma vívida se pensarmos (na categoria de) o tempo. O homem pré-moderno orientava seu tempo por meio das estações cheias de rios, fases da Lua, ao passo que o homem moderno passou a vivenciar a artificialização do tempo simbolizado pelo relógio (GIDDENS, 1991). Essa artificailização do tempo, outrossim, remete ao progresso, ao avanço das horas e à atomização do tempo, o que se associa com as teorias típicas do período: positivismo e evolucionismo.

O processo de modernização teria influenciado o que o autor denominou de complexos institucionais da modernidade, os quais seriam: a militarização, a administração, o capitalismo e a industrialização, os quais constituem a base da modernidade (GIDDENS, 1991).

O poder administrativo diz respeito à constituição do Estado-nação, das formas burocráticas de administração, do gerenciamento das populações. O capitalismo e a industrialização se referem aos processos que substituíram as antigas relações feudais, os modos de vida baseados na agricultura. E a militarização alicerçada no avanço da tecnologia permitiu a conquista de impérios e a dominação das sociedades tribais (GIDDENS, 1991).

Um conceito-chave para compreendermos a modernidade é o desencaixe do espaço-tempo. Tal conceito destaca a diferença da relação espaço-temporal nas sociedades pré-modernas. Nestas, as relações sociais estavam mais “encaixadas”; o homem feudal era fixo no espaço, não se

distanciando em demasia de sua aldeia ou tribo; o tempo era sazonal. Para o homem moderno, a percepção do tempo e espaço é diferente (GIDDENS, 1991).

Outros mecanismos de desencaixe são as fichas simbólicas e os sistemas peritos. O exemplo claro de ficha simbólica é o dinheiro e os cartões de crédito. Os sistemas peritos são consequência da elevação da especialização, fruto das revoluções científicas. São, muitas vezes, tidos como universais: é caso dos acadêmicos, médicos, etc. Contudo, os elementos anteriormente citados são perpassados por uma relação de confiança. “A confiança opera em ambientes de risco, nos quais podem ser obtidos níveis variáveis de segurança (proteção contra perigos)” (GIDDENS, 1991, p. 59). Os “homens de letras” do século XIX e início do século XX significavam, para aquele modelo de sociedade, um sistema perito de máxima confiança. Isto porque se a maior parte das pessoas do país não sabia exatamente o que um bacharel fazia, imaginava que estes eram encarregados de pensar e, logo, atribuía-se a estes “pensadores” as questões de maior relevância nacional.

Outra importante característica da modernidade levantada por Giddens (1991) é o caráter reflexivo do conhecimento, que se daria pela primazia da razão em detrimento da tradição. Tal característica orientou os intelectuais brasileiros em sua adesão a teorias como o positivismo, que negava os outros saberes, definidos como caturrice e superstições, aceitando somente o que passasse pelo crivo do saber positivo. Também foi o que impulsionou Graça Aranha a “trocar” o catolicismo pelo germanismo. Uma vez esclarecido os conceitos de identidade, nação, estado e modernidade, voltemos ao positivismo à brasileira.

Segundo Joaquim Nabuco, a proibição internacional do tráfico de escravos em 1850 alargou as possibilidades no país de discussão no que tange a aspectos materiais e intelectuais que até então se concentravam na relação comercial e industrial relativo à compra e venda de escravos. Sílvia Romero descreve o período de 1868 a 1878 como particularmente rico do ponto de vista intelectual, consolidando novas elites econômicas e vertentes intelectuais, a saber, o positivismo e o evolucionismo. Os ecléticos e

metafísicos cristãos acabaram por converter-se ao positivismo ortodoxo ou heterodoxo; destacavam-se também os *spencerianos* e alguns poucos materialistas, inspirados em filósofos alemães. Será exposta a seguir a recepção de tais teorias no pensamento social brasileiro, a iniciar pelo positivismo (CRUZ COSTA, 1997).

Para melhor compreendermos a influência do positivismo no pensamento social brasileiro, é preciso apresentar características gerais da doutrina de Augusto Comte. A obra positivista de Comte se divide em duas partes distintas. No primeiro momento, sua influência marcante era Descartes; pregava uma atenção especial à coleta de fontes, um rigor meticuloso em busca da “verdade científica”, deixando de lado os “preconceitos”, buscando a “imparcialidade”. Nessa parte de sua trajetória intelectual, a razão tinha primazia em relação aos sentimentos, que, aliás, contribuía para que o intelectual não enxergasse claramente; dessa forma, a figura feminina, associada a construtos como paixão, caridade, sensibilidade, constituía um ser inferior ao homem, o qual representava a ação criadora, a transformação sobre o mundo. Ao conhecer Clotilde de Vaux, ocorre uma transformação radical em sua filosofia, que passou de uma teoria científica para uma religião (LEPENIES, 1996).

A segunda fase de sua teoria, A Religião da Humanidade, nada tinha de passiva, tampouco se tratava de um postulado de recomendações metafísicas ou preocupações para com o além, ou vida após a morte. A religião Comteana pregava uma transformação da humanidade pela valorização do homem; o objetivo não era a salvação da alma, mas a melhoria do homem, uma evolução deste. Nesse momento em que se transfigurou uma teoria em um dogma religioso, por isso, inquestionável para os seguidores, Comte inverteu sua perspectiva teórica a respeito da relação razão x sentimento. Com a nova abordagem, os sentimentos passavam a ser o elemento que tornava as pessoas melhores concluindo que as mulheres eram moralmente superiores aos homens, pelos mesmos motivos que outrora foram considerados fatores de inferiorização. A mulher passava então a assumir um papel importante no

postulado positivista; a figura feminina ornava os altares positivistas, a maternidade era considerada algo nobre e sagrado, o papel revolucionário da mulher era educar seus filhos transformando-os em homens melhores, ou seja, positivistas. O feminino, além de representar a perfeição da humanidade, simbolizado na figura de Clotilde de Vaux, foi também incorporado como símbolo da república no Brasil (LEPENIES, 1996).

Figura 6 - A Humanidade representada por Clotilde de Vaux



Fonte: Murilo de Carvalho, 2012.

Acerca da importância do positivismo no decurso do Império e principalmente na consolidação da República, José Murilo de Carvalho (1990) em *A Formação das Almas* aponta considerável relevância à participação dos positivistas. Os próprios símbolos republicanos estariam associados aos construtos positivistas, tais como a bandeira nacional, cujo lema era o mesmo

da bandeira da Igreja positivista brasileira, a criação de heróis nacionais, (Tiradentes é o caso exemplar), a República simbolizada por uma figura feminina.

Para Costa (1997), no entanto, a permeabilidade do positivismo entre a elite intelectual brasileira foi superestimada.

Exagerou-se, a nosso ver, a influência do positivismo no Brasil. Essa influência existiu, sem dúvida, e teve sua importância em um momento da nossa história, mas não foi tão poderosa, extensa e decisiva quanto se acredita. Uma pequena porção de nossa elite intelectual foi positivista ortodoxa, os adeptos do Apostolado Positivista do Brasil, chefiados por Miguel Lemos (1854-1917) e por Raimundo Teixeira Mendes (1855- 1927), mas a grande maioria dos positivistas aderiu apenas ao espírito cientificista da época (CRUZ COSTA, 1997, p. 330).

Murilo de Carvalho (1990) revela que o positivismo ortodoxo, institucionalizado pela Religião da Humanidade, contava com poucos adeptos; eram em sua maioria, profissionais liberais. Em uma circular coletiva, espécie de abaixo-assinado, foram recolhidas vinte e quatro assinaturas, das quais apenas duas eram de operários e nenhuma de aristocratas. Os assinantes eram engenheiros, médicos, advogados, matemáticos, todos profissionais urbanos. Não dispunham do apoio das classes baixas em geral, nem com o topo da pirâmide econômica. Contudo, suas estratégias de manipulação de imaginários, através de símbolos obteve alcance mais amplo.

Euclides da Cunha teria se referido ao comportamento da elite intelectual brasileira como “algazarra das teorias”. Isso porque uma determinada abordagem era adotada até determinado ponto, até onde não afetasse os interesses de classe e não ameaçasse o *status quo*; não havia interesse em realizar mudanças profundas, mas também não seria interessante continuar atrelado a explicações religiosas quando “o mundo civilizado”,

entenda-se Europa, negava-as. O importante era não perder o trem do progresso, simbolizado pelo positivismo (CRUZ COSTA, 1997).

Uma das bandeiras do positivismo era a ilustração, a educação. Nesse contexto, no período imperial, criaram-se duas faculdades de Direito, a de Olinda²⁷ (onde Graça Aranha estudou) e a de São Paulo, de onde saíram graduados inúmeros políticos. O bacharel em direito era o topo da pirâmide da distinção acadêmica, destinado a filhos de famílias nobres. Outros setores da burguesia se educavam mais comumente em escolas práticas, como a Escola Central, a Escola Militar, e a Faculdade de Medicina. Os principais setores que aderiram ao positivismo no Brasil estavam ligados à valorização da ciência e do saber técnico: militares, médicos e engenheiros. As obras de Comte foram lidas nas turmas iniciais dos primeiros cursos em lide, mas não causaram grandes embaraços políticos.

Porém, a obra de Francisco Brandão Júnior *A Escravidão no Brasil*, publicada em 1865 em Bruxelas causou grande estardalhaço, sobretudo, por criticar a escravidão chocando “a boa sociedade” brasileira que enriquecera às custas do trabalho escravo. O positivismo apresentava, nesse sentido, uma teoria subversiva.

Luís Pereira Barreto (1843-1923), médico dedicado ao positivismo, justificava seu interesse por esta teoria devido ao seu caráter político. Sua carreira intelectual iniciou-se no campo da medicina, mas posteriormente dedicaria seus estudos à filosofia propriamente dita, publicando a obra *As Três Filosofias*, na qual propõe o afastamento da tutela religiosa em favor da ciência como novo guia para a condução do espírito. Esta seria a primeira obra brasileira de filosofia positivista; tinha o intuito de causar no país uma transformação política. Para Pereira Barreto, a transformação social de que o

²⁷ A Faculdade de Direito de Recife foi inicialmente instalada em Olinda, no mosteiro de São Bento. Mas como a maior parte dos professores residiam no Recife, havia muita ausência de professores. A Faculdade de Olinda possuía forte influência lusitana e religiosa, além de frequentemente aceitar professores cujos valores de admissão não eram baseados na competência. Os registros históricos consideram que a Faculdade de Direito de Recife começou em Olinda.

Brasil necessitava ocorreria não por meio de intelectuais, mas quando as massas fossem ilustradas, educadas (CRUZ COSTA, 1997).

Outro intelectual brasileiro que abraçou a filosofia positiva foi Miguel Lemos. Este teve acesso ao primeiro volume do *Curso de Filosofia Positiva* de Comte, que representa a fase racionalista do autor para posteriormente dedicar-se ao segundo (e pouco divulgado) momento da filosofia de Augusto Comte, sua filosofia religiosa. Em 1874, eram percebidos pequenos grupos acadêmicos que se intitulavam positivistas. Não obstante, havia dois tipos de grupos que se destacavam no Rio de Janeiro: os que estudavam a primeira fase da obra, mas adotavam apenas uma postura de exercício intelectual e os que defendiam o positivismo como arma combativa, entre estes estavam Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Miguel Lemos (CRUZ COSTA, 1997).

Miguel Lemos ficou à frente do Apostolado positivista do Brasil-Religião da Humanidade. Este unia ciência, política e religião. Para Costa (1997), o positivismo teve sua relevância no cenário intelectual, pois foi a doutrina que substituiu o ecletismo reinante. Contudo, enquanto organização, seus maiores representantes não foram diretamente apoiadores do regime republicano, isso porque a própria doutrina da Religião da Humanidade não era o que se poderia classificar como democrática. Mais frequentes foram os simpatizantes de um positivismo difuso, os quais fizeram inúmeras interpretações do *Curso de Filosofia Positiva* que tinham em comum apenas o apego ao rigor científico.

Houve também no decorrer do período de Dom Pedro II, o estudo de autores alemães, corrente que ficou conhecida por germanismo, do qual se destacou Tobias Barreto, na Faculdade de Direito do Recife. Tobias Barreto teve uma trajetória peculiar: era pobre e boêmio, tendo sido expulso do Seminário Militar por entoar suas modinhas no referido ambiente. Este intelectual iniciou seus estudos no ecletismo, passou pelo positivismo até que ficou obcecado pela filosofia alemã, sendo o fundador da dita escola teuto-sergipana. Foi perdendo sua credibilidade devido ao entusiasmo desmedido

pela cultura alemã, chegando ao ponto de publicar um jornal em alemão em um país onde poucos (na totalidade da população) mal sabiam ler em seu idioma oficial, o português. Tobias Barreto foi o patrono intelectual de Graça Aranha, o qual também teve contato estreito com a cultura alemã. Com alguma influência dessa escola e do amigo pessoal Tobias Barreto, Sílvio Romero foi um dos primeiros intelectuais a produzir uma interpretação do Brasil, ainda que repleta de falhas e preconceitos, admitindo que buscou na filosofia alemã a interpretação no que tange ao conceito de raça (CRUZ COSTA, 1997).

Além das teorias citadas anteriormente, havia os materialistas dentre eles os evolucionistas e os germanistas. Em comum tinham a crença de que tudo poderia ser explicado pela observação de fenômenos naturais. No caso do evolucionismo, tratava-se de interpretações rasas e apropriações indevidas da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin (CRUZ COSTA, 1997).

Era prática comum transpor métodos e teorias do campo das ciências da natureza (que era um saber legitimado) para o então nascente campo das ciências humanas. Nesse contexto, foi desenvolvida a abordagem poligenista, a qual pregava que “as raças humanas” eram originadas de diferentes espécies. A adoção das teorias científicas de origem europeia no Brasil é motivo de grande especulação e polêmica. Muitas ideias atribuídas a Spencer, por exemplo, não lhe são próprias, mas interpretações de outros autores sobre sua obra como, por exemplo, Dewey, que o chamava de grande evolucionista.

O positivismo e o evolucionismo (ver Apêndice 2- Spencer e sua teoria evolucionista) são teorias que participaram da formação de Graça Aranha. O positivismo como superação do catolicismo, e o evolucionismo ganhou uma leitura particular: a de que a humanidade evoluiria junta, no intercâmbio entre culturas.

No capítulo seguinte, discutir-se-á os conceitos de cultura em sua gênese, quando estava entrelaçado ao conceito de civilização. Tais conceitos serão explorados à medida que fizerem ponte com a obra *Canaã*, portanto, não serão discutidas as abordagens mais recentes desses conceitos.

5 CONCEITO DE CULTURA: REVISÃO DOS CONCEITOS ATÉ A PUBLICAÇÃO DE CANAÃ

“Aos domingos a família se reunia na varanda; o velho a um canto, boné enterrado até os olhos, cachimbo na boca quilotava repousadamente as longas barbas amarelas e as rugas da cara; as raparigas e os dois rapazes, como legítimos magiares, ornavam-se com as belas roupas do seu país e vinham faustosos e garridos entregar-se ao prazer de sua raça, à dança.”

(Graça Aranha em *Canaã*, p. 123).

Em *Canaã*, a palavra raça apresenta múltiplos sentidos, algumas vezes como sinônimo de cultura. É esse o caso da epígrafe acima, quando Milkau descreve uma atividade de uma família da etnia magiares e seus costumes. Considerando que o termo cultura só veio a substituir o de raça por volta da década de trinta do século XX, faz sentido que Graça Aranha faça da palavra raça algo mais eclético, sem compromissos com a justeza dos conceitos, pois se trata de uma obra literária na época em que a própria sociologia como disciplina era difusa, sem rigor, presente de forma breve nos cursos de bacharelado.

Esse capítulo propõe uma reflexão do que foi o processo de substituição do termo raça pelo de cultura. Tem por foco apresentar o estado da arte do conceito de cultura até a época de publicação da obra *Canaã*. Veremos que até 1902, ainda não existia uma abordagem mais clássica e amplamente aceita do referido conceito. Muitos intelectuais de diversas áreas contribuíram para pensar o que seria cultura; na França significava algo, na Alemanha, o sentido era diverso. Dada a variedade de interpretações, é compreensível que Graça

Aranha tenha utilizado diversos usos para o termo que, para o romancista, não era ainda evidente. Durante o capítulo, apresentaremos os conceitos e, posteriormente, os usos que Graça Aranha fizera em *Canaã*.

Para Denys Cuche (1999), a “evolução semântica” da palavra cultura e, por conseguinte, do conceito, deu-se a partir da língua francesa se difundindo para Inglaterra e Alemanha. O autor aponta o século XVIII como período de produção do conceito moderno. Outrora, a palavra cultura possuía diversos significados: no século XVI, designava parcela de terra a ser cultivada, ainda no início deste século passou a se referir à ação de cultivar a terra; já transcorrido meio século, passou a significar também o cultivo de uma determinada faculdade, porém esse sentido só se tornou popular a partir do século XVII. O termo figurado de cultura se estabeleceu no século XVIII, estando relacionado ao acúmulo de saberes, aproximação das artes e da ciência, sendo tais noções fundamentais para os iluministas. Nesse contexto, a França começou a usar o termo cultura como similar ao de civilização que se desenvolveu associado à ideia de história e progresso.

Os conceitos de civilização e cultura eram entendidos diferentemente em lugares diversos. Elias (2011) analisa a psicogênese e a sociogênese dos conceitos Cultura e Civilização no que tange aos franceses e alemães. Para os alemães, a palavra *zivilization* significava algo útil, ou seja, possuía um caráter prático, portanto, esse termo gozava de menos *status* entre as classes abastadas. A palavra que representava sua essência era *Kultur*. Para os franceses, no entanto, a palavra civilização legava o sentido de representação do orgulho francês, representava o saber científico, os costumes, o desenvolvimento, logo, são os signos que os diferenciava dos povos considerados “primitivos”, “inferiores”, não civilizados. Pela influência francesa ter sido mais notória entre a elite brasileira (que eram os preocupados em teorizar sobre o tema), a concepção francesa foi a mais utilizada no Brasil, embora, no caldeirão interpretativo que aqui se praticava, surge um elemento que não preocupava diretamente a essas duas matrizes: a questão da raça.

Todavia, embora o termo alemão *Kultur* fosse similar ao termo civilização dos franceses e ingleses, *Kultur* não tinha qualquer conotação relacionada à política, diferentemente do que ocorria no conceito francês de civilização. *Kultur* é um conceito que se referia aos produtos puros do intelecto, mais ligado às artes, como a música e a literatura. Outra diferença fundamental entre os dois conceitos é que civilização é um processo, algo inacabado, e *Kultur* é entendido como algo sem propósito especial; por isso pode ser imutável. Nesse sentido, o termo *Kultur* se aproxima da ideia de raça, algo que vem de dentro do homem, com o qual nasce e que lhe é inescapável. Também é importante observar que o conceito de civilização permite a proximidade entre as pessoas, e *Kultur* não. Este se aproxima de uma marca de classe, de distinção social. Tanto que remete à identidade de um povo, de seus fatores diferenciadores em relação aos demais. Um bom exemplo da diferença entre *Kultur* alemão do sentido dado ao termo civilização em francês está no trecho abaixo, retirado do romance austríaco *O Homem sem Qualidades*: “O homem de ciência é limitado exatamente no seu sentimento, o homem prático, mais ainda. Isto é tão necessário como a firmeza das pernas quando queremos pegar um peso com os braços” (MUSIL, 2006, p.1096). No romance de Robert Musil, percebe-se vestígios de uma perspectiva aristocrática, para a qual *Kultur* estava relacionada às coisas não práticas, produtos “puros do espírito”.

O romance *Canaã* procura apresentar esses aspectos referentes à cultura germânica, a um “espírito alemão” no excerto abaixo quando Milkau está na fazenda onde trabalha e mora com seus patrícios:

Milkau lia naquele ajuntamento de alemães o caráter camponês e militar que fundou a obediência e a tenacidade de sua raça e reduziu tudo o que ela podia ter de beleza, de elevação moral, à monotonia de um precipitado único. Onde estava a Alemanha sagrada pátria do individualismo, o recanto suave do gênio livre? (ARANHA, 2003, p. 16).

O individualismo aqui não se refere ao sentido político liberal do cada um por si, mas de uma ‘essência’ atribuída ao povo alemão, uma espécie de sensibilidade artística e sentimental, um predomínio do “eu” introspectivo, da subjetividade. Não por acaso a Alemanha se voltava para a poesia (Goethe, como expressão maior) e para a música clássica, afastando-se das manifestações mais papáveis, voltadas ao mundo material e ao vulgo (LEPENIES, 1996).

Elias (2011) destaca a formação de um grupo alemão conhecido como a *intelligentsia*, formado por funcionários públicos, burgueses, servidores de príncipes, etc. Este grupo se contrapunha à nobreza cortesã, que falava o idioma francês e adotava o modelo de civilização francês. A *intelligentsia* era um grupo distante de preocupações políticas e se aproximava bastante dos ideais relacionados ao termo *Kultur*, como a diferenciação para com os demais povos, o amor às artes e o desapego aos aspectos práticos.²⁸ Não por acaso, a maior forma de expressão da Alemanha no período retratado se encontra na literatura. A *intelligentsia* era um grupo fechado para as outras classes, diferente do que ocorria na França. O que Norbert Elias explica pelo desenvolvimento histórico de ambas.

A Revolução Francesa é um marco que transforma a dinâmica social alemã. Com a vitória da Revolução, o conceito de civilização sai vencedor em relação ao conceito de *Kultur*, posto que a burguesia alemã emerge da posição de segunda categoria à protagonista neste contexto histórico.

Acerca da sociogênese do conceito de civilização na França, em linhas gerais, podemos dizer que as revoluções como a norte-americana, foram elementos históricos que auxiliaram na percepção de novas ideias. As barreiras comerciais já não eram mais toleradas e uma atmosfera nova se constituía, na qual a França sentia-se na posição de se contrapor à “barbárie”. O desejo de

²⁸ Novamente, o livro *O Homem sem Qualidades* traz momentos ilustrativos do que afirma Norbert Elias. Há um movimento intelectual denominado Ação Paralela, seu objetivo é “salvar a Europa, quiçá, o mundo” da instrumentalização excessiva da ciência que teria deixado em segundo plano os produtos da alma, a arte, e literatura e a filosofia. Os membros da Ação Paralela eram semelhantes à *intelligentsia*: desprezavam o vulgo, as questões cotidianas e práticas e temiam serem confundidos com um movimento político.

constituir uma sociedade “melhor” foi alimentado por comportamentos sociais diferenciadores baseados na crença de que haviam atingido um nível superior de civilização e esse processo foi sendo disseminado desde então.

A esse respeito, Cuche (1999) ressalta que o termo alemão Kultur, originalmente surge no século XVIII com o mesmo sentido adotado na França como marca de distinção proveniente do iluminismo. Na metade o século vai tomando o sentido mais específico ao qual Norbert Elias (2011) se refere. O quadro abaixo resume de forma didática as diferenças entre os termos cultura e civilização na Alemanha.

Quadro 2- Comparações entre os conceitos cultura e civilização

Cultura	Civilização
Intelectuais	Corte principesca
Produto autêntico	Cópia da corte francesa
Enriquecimento intelectual	Superficialidade
Intelligentsia burguesa alemã	Nobreza de corte

Fonte: A autora

A palavra Kultur buscava um sentido de particularidade, algo que caracterizasse a população de uma “Alemanha não unificada politicamente”. O termo civilização, mais utilizado na França iluminista, possuía uma carga universalizante, ao passo que o termo *kultur* se propunha a ter uma resposta contra o “universalismo uniformizante do iluminismo” (CUCHE, 1999, p. 27). E tencionava definir o “caráter alemão”, no sentido de uma identidade, de um patrimônio nacional. Ao longo do século XX, os autores românticos o utilizavam na construção simbólica “alma de um povo”. O termo civilização na Alemanha estava ligado ao ideário de progresso material.

A expressão cultura na França do século XIX, por sua vez, sofreu influência dos autores alemães; assim, a noção de cultura ao invés de ser pensada como algo individual, passou a ser compreendida também como algo próprio de uma dada comunidade.

Segundo Cuche (1999), Edward Burnett Tylor (1832-1917) teria sido responsável pela primeira definição etnológica de cultura, uma concepção universalista. O antropólogo britânico escolhe o termo cultura em detrimento do de civilização por entender que o primeiro se aplica mais amplamente do que o segundo, estendendo-se inclusive às sociedades até então denominadas como “primitivas”, a quem o conceito de “civilização” não representaria bem por ser, à época, associado à ideia de progresso técnico. É também considerado por Cuche (1999) o primeiro estudo sistemático, utilizando uma metodologia específica, o “método de estudo das culturas” pelo exame das “sobrevivências culturais” (CUCHE, 1999, p. 37). Tratava-se de um método comparativo, que estabelecia uma escala de estágios evolutivos da cultura, almejando visualizar o “movimento do progresso cultural”. Identifica-se em Tylor um desejo de inclusão dos ditos povos primitivos como produtores de cultura, porém, sua lente analítica é pautada pelo viés eurocentrista que não concebe outros modos de civilização que não os espelhados em sua sociedade de origem, a ocidental. Seguindo a abordagem que se gestava, o evolucionismo é parte do seu critério de avaliação perante as culturas abordadas.

Um autor central para pensar o conceito de cultura é Lévi-Strauss²⁹ (2013) no clássico ensaio *Raça e História*, publicado originalmente em 1952 pela UNESCO. Na referida obra, o autor ressalta que as diferenças comportamentais e de modo de vida entre os povos estaria relacionada ao desenvolvimento histórico de cada um aliado às condições geográficas e sociológicas e não a qualquer aspecto fisiológico. Arremata declarando que existem mais culturas humanas do que raças humanas.

Sua argumentação se sustenta no princípio da diversidade das culturas, que seria imensa, pois as sociedades humanas relacionam-se, parafraseando Simmel, (umas com as outras e, umas contra as outras). Os códigos de conduta são parte de uma dialética entre aproximação e afastamento. Ou seja,

²⁹ Lévi-Strauss é influenciado por Franz Boas. Cronologicamente Boas antecede Lévi-Strauss. Franz Boas aparece no texto, mais ao final, apenas porque seu impacto social foi mais interessante para nossa discussão final acerca do termo cultura e sobre as questões raciais.

as sociedades se definem nas relações entre si. “É assim, ao lado de outras diferenças, decorrentes do isolamento, existem aquelas decorrentes da proximidade: o desejo de se opor, de se distinguir, de ser o que se é” (LÉVI-STRAUSS, 2013, p. 362).

Quando os homens não enxergam as culturas como algo construído constantemente na relação entre diferentes sociedades direta ou indiretamente, pode-se desencadear um processo de estigmatização de culturas que lhe são dessemelhantes, dando azo a práticas etnocêntricas. Lévi-Strauss (2013) denomina falso evolucionismo a perspectiva de que a humanidade possuiria uma cultura única, e que as sociedades que não tivessem alcançado determinado estágio de desenvolvimento, teriam-no em seu devido tempo. Tal interpretação dispõe a diversidade como um acidente de percurso a ser corrigido.

Lévi-Strauss (2013) diferencia o evolucionismo científico darwiniano ao falso evolucionismo que foi adotado nas ciências humanas. Isso porque as “provas” e evidências científicas encontradas por Darwin não se aplicam quando o objeto é a cultura; uma vez que os fósseis examinados, suas espécies sofreram mudanças de longa duração, milhares de anos, ao passo que a cultura está em permanente movimento. Assinala ainda que o ideário das diferenças entre os seres humanos é muito anterior ao evolucionismo biológico, visualizando-se já na obra de Pascal (que versa acerca de uma infância, juventude e maturidade da humanidade). Ressalta ainda que Spencer teria elaborado sua influente teoria sobre o progresso antes de ter lido *A origem das espécies*.

Fundamental para a decadência do uso do conceito de raça e sua substituição pelo conceito de cultura fora a grande influência de Franz Boas. Celso Castro (2004) em sua apresentação à coletânea intitulada *Antropologia Cultural*, a qual reúne obras fundamentais de Boas (2004), contextualiza o autor dando relevo às suas contribuições para a desconstrução de teorias até então aceitas como científicas: evolucionismo, difusionismo e o racismo. Sua célebre palestra, realizada em 1896 na American Association for the

Advancement of Science (AAAS), na qual leu *As limitações do método comparativo da Antropologia*, cujo efeito foi salutar para que a antropologia se afastasse das teorias anteriormente citadas, sugere um método histórico em oposição ao método comparativo.

Em 1931, Franz Boas (2004), assumindo a presidência da AAAS, tenciona discutir em termos científicos o problema racial. Em tom didático, concedia explicações acerca do temor a respeito do produto das relações raciais: seriam sujeitos fisicamente ou moralmente inferiores aos indivíduos provindos do “cruzamento” entre raças puras? As categorias usadas por Boas ainda são procedentes do cabedal teórico de seu tempo histórico: a variabilidade genética, o estudo das populações, a observação do clima e do ambiente físico sobre o ser humano; contudo, ele parte desse aporte tradicional para uma conclusão até então ousada:

- Em todas as populações, os indivíduos apresentam grande variabilidade entre si;
- Nem todas as características físicas são comum à determinada região;
- A mistura entre tipos humanos é algo muito antigo e mais comum na modernidade devido à circulação de bens e mercadorias;
- Da mistura racial se constituem “novas raças”, perfeitamente saudáveis;
- A hereditariedade e fatores ambientais podem causar mudanças nas formas corporais, mas o aspecto corporal, tão visado no que se refere às raças, não determina o comportamento humano;
- Aspectos biológicos fundamentais como batimento cardíaco e outras funções orgânicas não variam conforme a raça;
- A reprodução sexual entre diferentes raças revela que a antipatia racial não é algo biológico, mas social.

Com as premissas acima, Boas nos diz que se desejamos compreender o homem, não acharemos apoiados no conceito de raça algo que nos ajude, mas sim amparados no conceito de cultura. A ideia de raça que atrelava traços físicos a características mentais foi demonstrada como absurda e passou-se a

buscar as razões das diferenciações humanas no âmbito da cultura, esta entendida como a forma pela qual os homens compreendem e transformam o mundo.

Denys Cuche (1999) revela que, na França³⁰ do século XIX e início do século XX, o conceito de cultura não fora bem aceito. Apesar do contato com textos alemães que adotavam a palavra *Kultur*, a tradução para o francês utilizava o termo civilização. Isso porque na França o vocábulo cultura designava algo individual, ao passo que a palavra civilização seria mais própria ao sentido de algo coletivo. Cuche (1999) considera que, afora das disputas de conceitos civilização/França e cultura/Alemanha, havia também a diferença de uso do conceito entre França e Estados Unidos. A antropologia cultural herdeira de Franz Boas encontrou terreno fértil nos EUA em virtude de a imigração ter sido colocada como uma pauta nacional, tornando-se a principal preocupação das ciências sociais durante seu alvorecer nesse país. O problema da diferença é algo que marcou a Escola de Chicago, responsável pelo estudo de campo sobre temas como álcool, doenças, pobreza e marginalidade, tendo os guetos se configurado como um “laboratório” dos sociólogos. Destarte, os Estados Unidos se notabilizaram pela diferenciação entre os grupos sociais, pela convivência de numerosas etnias; já a França, à época, não tão afetada pela imigração, enxergava a si mesma como um país mais uno. A isso também Cuche atribui a dificuldade no uso do conceito de cultura.

Os estudos de Durkheim (As formas elementares da vida religiosa) avançam no sentido de produzir uma sociologia mais próxima da etnologia, pois o sociólogo não apresenta diferenças entre os ditos grupos “primitivos” e os “civilizados”, afirmando ainda uma pluralidade de civilizações; ou seja, o termo civilização, na França, passaria a se referir a outros tipos de sociedade que não a moderna/industrial. Um artigo de Durkheim e Mauss publicado em

³⁰ Não significa que tenha existido adoção do conceito na França, mas que não era o mais aceito, diferentemente do que ocorreu na Alemanha.

1902, intitulado *Algumas formas primitivas de classificação*, já recorre ao conceito de cultura empregado no sentido de civilização.

Assim como Durkheim e Mauss (1999), outro autor que trouxe uma contribuição relevante para a discussão sobre cultura foi Lévy-Bruhl. Em *Mentalidade Primitiva*, o autor se contrapõe à teoria que os chamados povos primitivos são “crianças grandes”. A palavra *mentalidade* aparece no sentido de cultura. Sua tese central era a de que a humanidade não marcha rumo a um progresso, uma evolução linear para qual todas as sociedades são “naturalmente” orientadas. Para o autor, cada mentalidade possui uma lógica própria de funcionamento.

Os termos “civilização, raça e cultura” possuem uma relação que em finais do oitocentos e início do novecentos não era óbvia. Em muitos momentos, quando se falou em “raça”, falava-se em um modelo específico de civilização ou mesmo em cultura. Se atualmente quando mencionamos a palavra cultura nos referimos ao conceito antropológico (de que todas as sociedades e todas as pessoas são possuidoras), outrora, tal termo se dirigia à erudição, ou a características que remontassem à autenticidade de um povo. A palavra “raça”, após a década de trinta do século XX, caiu em desuso, concedendo o lugar ao termo cultura. A mudança não foi apenas de nomenclatura, mas de postura. O termo anterior era discriminatório e o pensamento racial sempre possuía um referente de superioridade e inferioridade, ao passo que cultura não teria tal conotação. Essa mudança de atitude em relação ao objeto de estudo da antropologia, seguido por outras áreas, deu-se em caráter processual. A tríade “civilização, raça e cultura” foi estudada e teorizada de forma confusa, geralmente torcida e retorcida para atender a um interesse específico. Para melhor compreender a análise sociológica da obra *Canaã*, expomos, além do lugar social do autor, as teorias com as quais este conviveu e nas quais transitou; a seguir exploramos os temas civilização, cultura e raça agora na perspectiva identificada na obra.

A ideia de civilização já estava em questão desde os clássicos Rousseau e Hobbes, embora fosse pensada de forma muito diversa entre

estes. Para Jean Jacques (2005), o homem nascia bom, possuindo a latência de tornar-se “perfeito”. O “bom selvagem” seria esse homem puro, generoso, inocente, que não havia ainda sido corrompido pela sociedade. No estado de natureza (abstração filosófica, pois não contém uma historicidade, não se sabe quando começou ou quando acabou), não havia propriedade privada e, portanto, não havia desigualdade social. Para o filósofo francês (2005), quando o primeiro homem colocou uma estaca na terra e disse: essa é minha! ter-se-ia originado a desigualdade entre os homens. Sob esse prisma, a civilização teria um aspecto negativo, o da corrupção da alma humana (ROUSSEAU, 2005).

Essa perspectiva se reflete em parte³¹ em *Canaã* por meio da personagem Milkau. Este crê que “o novo mundo” é um paraíso terrestre, uma natureza indômita com um tipo humano inocente, infantilizado, afastado das cobiças e rancores das sociedades capitalistas pra onde os imigrantes fogem, buscando um recomeço. O lugar e o habitante dessa terra desconhecida e “selvagem” seriam uma tábula rasa, a ser preenchida aos moldes do homem “civilizado”, europeu.

Não tinha ele fugido à maldade humana, abandonado a velha sociedade odiosa e recomeçado a existência na virgindade de um mundo imaculado, onde a paz deveria ser inalterável? Por que então o espectro do sofrimento o perseguia ainda ali? (ARANHA, 2003, 115.)

O trecho acima revela um divisor de águas na obra analisada. Mostra a expectativa frustrada, o fim da fantasia de um éden terrestre, rumo a uma distopia graciana. Frederik Schulze (2014) na tese *Imigração e discursos coloniais fracassados: a “germanidade” no sul do Brasil* defende que o processo que culminou com a vinda de imigrantes germânicos foi impulsionado

³¹ Por um lado, Milkau, tal como o filósofo iluminista, acreditava em um “bom selvagem”, porém, Milkau não pensava na civilização como algo indubitavelmente corruptor da alma humana, possuía uma visão mais conciliadora, na qual o progresso poderia incluir positivamente os “nativos”.

além das dificuldades econômicas em suas terras de origem, pela propaganda. Esta prometia fortuna garantida, com facilidades na sua conquista. Porém, a realidade encontrada era distinta da anunciada. Certamente, eram concedidos privilégios dos quais não dispunham os brasileiros nativos, especialmente os ex-escravos; entretanto, tinha-se que trabalhar arduamente, e alguns até ficavam no regime de escravidão por dívidas. Graça Aranha denuncia tanto as condições adversas dos brasileiros, quanto as dificuldades e decepções dos imigrantes.

Figura 7: imigração germânica para o Brasil no início do século XX.



Fonte: Universitário (2013)

A obra *Canaã* distingue a narrativa em dois momentos: a utopia da fartura de terras e prosperidade com um “nativo dócil” e naturalmente generoso, o bom selvagem rousseauiano, e a distopia, a quebra das ilusões,

que coaduna-se mais com o pensamento de Hobbes. Este pensava a civilização sob uma perspectiva distinta de Rousseau.

Em *O Leviatã* (2003), o autor desenvolve o conceito de estado de natureza sob um prisma que descreve como a “lei da selva”. Isso por que os homens nasceriam iguais entre si; sendo todos iguais, se não há ninguém mais forte é possível tomar do outro o que se deseja, pois há relativa igualdade de chances entre o desafiante e o desafiado. Isso instauraria um medo constante de se ter tomada sua terra, família ou alimento. A presença do soberano significaria um pacto entre os homens em busca de paz; simbolizaria a ordem, a autoridade, um contrato social. No estado de natureza, o homem poderia tentar matar quem quisesse, roubar, estuprar, enfim, conseguir o que deseja pela força; não era preciso dominar seus desejos (controlar suas pulsões). Todavia, a figura do soberano denotava uma “lei” pela qual os homens teriam orientadas suas condutas sociais; era preciso ter o controle dos impulsos, conformando-se às normas estabelecidas como justas ou adequadas. Nesse sentido, civilização está imbricada com a noção de Estado (HOBBS, 2003). Freud (1974), em *Mal-estar na Civilização*, compreendia esta como um processo de controle das pulsões, dos desejos individuais em prol de um bem coletivo. Logo, o sujeito “civilizado” não pode simplesmente matar alguém só porque não gosta da pessoa, ou tomar pela força um parceiro sexual só por esta ser sua vontade. Civilizar-se seria sujeitar-se a um autocontrole, limitar suas ações conforme as normas coletivamente estabelecidas, tornando possível o convívio com os demais. Esse controle sobre si (seus desejos e impulsos) e sobre os outros seria para Freud (1974) uma fonte de angústia, pois rompe com a onipotência infantil³². Na obra que estamos analisando, a miséria oriunda do capitalismo selvagem que começa a predominar na Europa, despejando famílias camponesas dá suporte a uma perspectiva ingênua do *paraíso terrestre* e do *bom selvagem*. Vejamos nos extratos a seguir cenas onde Milkau e Lentz passeiam por Santa Tereza, e se admiram com a simplicidade das pessoas que encontram:

³² Esses preceitos são não apenas incorporados como amplamente discutidos por Norbert Elias.

“Havia uma felicidade naquele conjunto de vida primitiva, naquele rápido retrocesso aos começos do mundo” (ARANHA, 2003, p. 38).

“ - Mas quem pode negar que o homem, servo da máquina, se vai afundando num embrutecimento pior que o do selvagem? Replicou Lentz” (ARANHA, 2003, p. 38).

“Pois eu, repetia Lentz inabalável, enquanto passava do lado de Milkau, tenho como sagrada toda essa gente; merecem mais o meu amor que essa infinidade de proletários, cheios de ambições, famintos e pavorosos, procurando governar o mundo. Ao menos *estes aqui, puros de todo o pecado do orgulho, são bons e ingênuos* e suportam o seu jugo com um sorriso” (Grifo nosso, ARANHA, 2003, p. 38).

No trecho abaixo, são descritos os personagens Joca e Felicíssimo, dois sertanejos: “Na convivência com esses dois sertanejos Milkau apaziguava as ânsias em que se vinha batendo seu espírito. A espontaneidade de raça, a coragem e a bondade deles eram novos arrimos para a ilusão...”(ARANHA, 2003, p. 124). Os sertanejos aparecem como gentis, voluntariosos para o que lhes comove, mas pouco disciplinados para o trabalho. Joca, o mulato: “A sua alma nativa esquecia por um momento essa dolorosa expatriação de sua própria terra, entre gente de outros mundos” (ARANHA, 2003, p. 84).

São abundantes no texto as referências às filosofias de Hobbes e Rousseau. Se para Rousseau, o homem é bom por natureza e a sociedade é que o corrompe, em *O Leviatã*, o homem não é mal por natureza, embora uma leitura apressada da obra possa aparentar em um primeiro momento; ele é “excessivamente livre”. Livre inclusive para dominar o mais fraco e destruir o que estiver em seu caminho. O estado seria o ente que dominaria esse ímpeto. Civilizar-se em Hobbes é sujeitar-se a esse poder conciliador. Nesse sentido, a civilização é algo bom e desejável. Em Rousseau, em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, a sociedade seria esse

maculador da inocência inata do ser humano, possuindo assim uma conotação negativa.

Conversa entre Milkau e o juiz Maciel quando este é procurado para que interceda por Maria:

Essa Europa, para onde se voltam os vossos longos olhos de sonhares, e moribundas, as vossas cansadas almas, cobiçosas de felicidade, de cultura, de arte, de vida, essa Europa também sofre do mal que desagrega e mata. Não vos deixeis deslumbrar pela exausta pompa da sua civilização, pela força inútil de seus exércitos, pelo lustre perigoso do seu gênio (ARANHA, 2003, p. 147).

Não a temais nem a invejeis. Como vós, ela está no desespero, consumida de ódio, devorada de separações. Ainda ali se combate a velha e tremenda batalha entre senhores e escravos... Não há calma para a consciência, não há tranquilidade no gozo, quando ao vosso lado sempre alguém morre de fome... É uma sociedade que nos acaba, não é o sonhado mundo que se renova todos os dias, sempre jovem, sempre belo (ARANHA, 2003, p. 147).

O novo mundo é visto como uma tábula rasa, vicejando a esperança que o novo seja próspero. Há no texto do Manoel Bomfim uma passagem que fala da vilania e do parasitismo dos civilizados europeus em contrapartida com a pureza moral do nativo; algo próximo do que foi expresso no texto graciano.

Há, outrossim, a civilização no sentido eliasiano³³, de distinção de um grupo social por meio de uma disciplina do corpo, arbitrada notoriamente pela

³³ Norbert Elias (1997, 2011) inicia sua obra desconstruindo a ideia de que a civilização é algo natural do homem europeu. Vai mostrando como ocorreu esse longo processo que foi moldando o homem ocidental, tornando-o cada vez mais distante da natureza e do infante (como Freud pensou). Quanto mais bem-sucedido é o processo civilizador, mais o homem se torna distinto da criança, que é espontânea, pois ainda não

etiqueta. O item abaixo aponta para uma pretensa bestialidade do brasileiro, o que se revelaria pela “ausência de maneiras” ao servir-se à mesa. O extrato expressa uma observação de Milkau durante o horário de alimentação na fazenda onde trabalha:

À mesa muita gente sentada comia avidamente. Em pé, alguns com pratos na mão tomavam caldos, e outros agarrando linguças, fatias de pão, mastigavam com uma fome voraz e com olhos injetados fixos, num espasmo de satisfação bestial. (ARANHA, 2003, p. 78).

Em *Canaã*, os imigrantes se distinguem dos nativos brasileiros por um cerimonial: o modo como comem, como dominam as ferramentas de trabalho; como adestraram o corpo ao trabalho prolongado e, de certo modo, produtivista. As habitações em que vivem são mais “organizadas” dentro de um padrão mais linear. O olhar das personagens consiste no que os imigrantes europeus trarão aos brasileiros, o refinamento de espírito, a sensibilidade para as artes e a disciplina para o trabalho. A divergência de opinião está entre os que creem que “todas as raças podem se elevar ao patamar de desenvolvimento dos brancos” e os que acham que os negros, índios e mestiços são incivilizáveis.

Os intelectuais brasileiros do século XIX e início do século XX adotavam a perspectiva francesa do termo cultura, o que na prática significava um conjunto de normas, de modos de agir que eram considerados como os únicos adequados, ou os mais adequados. Quando se afirmava que o Brasil deveria

conhece, ou não interiorizou as sanções impostas pela vergonha, ou pelo desprezo grupal. No *Processo Civilizador*, é possível perceber a influência do pensamento freudiano na obra de Elias, influência esta recorrente em outras obras do autor. Vê-se também a influência durkheimiana quando o autor pensa o controle social por meio da sanção externa e coletiva, porém, diferentemente do autor d’*As Regras do Método Sociológico*, atribui um peso maior ao autocontrole, que ocorre quando os sujeitos incorporam determinados comportamentos, normas e posturas através da vergonha e do constrangimento. Para Elias, o processo civilizador foi se construindo, não é algo inato a nenhum povo.

rumar para o progresso e para a civilização, estava-se endossando o desejo de pertença a um grupo cuja marca social era detentora de prestígio, um qualificador social. Figurar entre as potências europeias significava aceitar os termos do jogo, tornar-se semelhante a elas ou ao menos imitá-las.

Em *Canaã*, o termo civilização surge recorrentemente. Especialmente nas falas do personagem Lentz, como segue abaixo:

O ipê é uma glória da luz; é como uma umbela dourada no meio da nave verde da floresta; o sol queima-lhe as folhas e ele é o espelho do sol. Para chegar àquele esplendor de cor, de luz, de expansão carnal, quanto não matou o belo ipê... A beleza é assassina e por isso os homens a adoram mais... O processo é o mesmo por toda parte; e o caminho da civilização é também pelo sangue e pelo crime. Para viver a vida é preciso ir até ao último grau de energia, é preciso não contrariar. Aqueles que cruzam as armas são os mortos. Os grandes seres absorvem os pequenos. É a lei do mundo, a lei monárquica; o mais forte atrai o mais fraco; o senhor arrasta o escravo, o homem a mulher. Tudo é subordinação e governo (ARANHA, 2003, p. 36).

O excerto acima surge no contexto em que Milkau e Lentz, rumo ao trabalho, iniciam a conversação, que segue pelos mais diversos temas. Para Milkau, tanto na sociedade quanto na natureza são necessárias colaborações entre os fortes e fracos, algo próximo de um modelo de divisão social do trabalho. Mas, ao invés da coerção, a amálgama social seria o amor.

Continuação do diálogo anterior:

Os seres são desiguais, mas para chegarmos à unidade, cada um tem que contribuir com uma porção de amor. O mal está na força, é necessário renunciar a toda a autoridade, a todo governo, a toda posse, a toda violência. É preciso não perturbar a harmonia dos movimentos e da espontaneidade de todos os seres. Diante da obra da civilização o papel da cada

um é igual ao do outro: a ação dos grandes e dos pequenos confundem-se no resultado. A história testemunha que a cultura não é somente obra do crime e do sangue; ao lado da coação moral concorrem as alavancas da simpatia. [...] Não amaldiçoemos a civilização que nos veio no sangue antigo, mas façamos com que seja cada dia mais amoroso e menos carniceiro (ARANHA, 2003, p. 36).

Em dado momento na citação, a personagem defende um ponto de vista anarquista: “é necessário renunciar a toda a autoridade, a todo governo, a toda posse, a toda violência”. Contudo, se o anarquismo defende como legítimo o uso da força como modo de resistir à violência do estado, a personagem Milkau acreditava em uma utopia na qual ocorreria um processo civilizador, mas que este poderia ser “gentil” para com os mais frágeis, não repetindo as guerras, a dominação pelas armas. No entanto, não indica como isso poderia acontecer. Este pensamento teleológico (acreditava que por um caminho natural, a evolução conduziria a uma maior sensibilidade e menor brutalidade) perdurou durante boa parte do livro; há, todavia, um segundo momento em que a construção utópica começa a desabar.

Paes (1992) estabelece uma homologia entre personagens fictícios da obra *Canaã* e posicionamentos ideológicos encarnados em pensadores ilustres. É que segue no quadro abaixo:

Quadro 3- Comparações entre Milkau e Lentz

Milkau	Lentz
Teoria da fusão criadora ³⁴	Teoria da tábula rasa, no sentido de “aculturar” o fraco.
Tolstói e a utopia comunitária	Nietzsche e a vontade de potência
Gilberto Freyre (a sociedade brasileira é híbrida e multirracial).	Silvio Romero (mestiçagem: o remédio amargo).
Utopia solar fraterna (intercessão entre culturas diferentes).	Dominação pela força

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima expressa o antagonismo de posicionamento entre Milkau e Lentz. O conjunto de referências que compõe a personalidade de Milkau aproxima-se de Liev Tolstói que acreditava na bondade humana, no amor e na cooperação entre os indivíduos. Tolstói (1961) pensava em uma utopia comunitária; religioso católico, não conseguia compreender a desigualdade social entre homens, filhos todos do mesmo Deus. Milkau se expressa em termos de uma comunhão de raças diversas, e Tolstói pensa-o em termos de classe. Vejamos logo abaixo:

Somos todos irmãos: mas, no entanto, cada manhã, este irmão ou esta irmã vai despejar meu vaso noturno. Somos todos irmãos, e, no entanto, cada dia eu preciso de um charuto, de açúcar, de um sorvete e de outros objetos para cuja fabricação meus irmãos e irmãs, que são iguais a mim, sacrificam a sua saúde; sirvo-me desses objetos e chego mesmo a exigí-los (TOLSTÓI, 1961, p. 81).

³⁴ Teoria de Milkau, segundo a qual o ser humano evolui à medida que consegue aprender e colaborar com os outros; raças e civilizações diferentes devem aprender com as outras para produzir um novo conhecimento que seria uma síntese de ambos.

A personagem Milkau defende uma *fusão criadora* das raças. Uma assimilação tanto biológica das variadas raças como cultural. Isso significa que o mulato, que já seria produto da fusão do negro, índio e branco, misturar-se-ia ao europeu, não mais do latino (que seria um “branco de segunda categoria”), mas do ariano germânico.

Lentz – e o pensamento análogo a Nietzsche³⁵:

- Não, não! A vida é a luta, é o crime. Todo gozo humano tem o sabor do sangue, tudo representava a vitória e a expansão do guerreiro. Tu eras grande quando a tua sombra sinistra e solitária passeava pelos Alpes e amedrontava os ursos. Mas quando o amor penetrou em ti, começaste a minuar; a tua figura de homem vai se apagando, e eu verei o teu semblante um dia sem luz, sem força, mirrado pasto de tristeza (ARANHA, 2003, p.35).

Lentz representa em determinados momentos o super-homem nietscheneano, como também as escolas de interpretações racistas como a poligenia. Paes³⁶ (1992) associa Milkau a Tolstói pela ideia da utopia fraterna, um certo anarquismo. Trata-se de filosofias divergentes acerca do que seria um bom modelo de civilização. O quadro 3 aponta em *Canaã* um prenúncio do que

³⁵ Friedrich Nietzsche (1844- 1900) foi um crítico da filosofia, da religião e da moral. Em *Assim falou Zaratustra*, criou uma abstração filosófica denominada super-homem ou para além do homem. Este seria um indivíduo superior à maioria, transcendendo o homem normal, que se contentava em fazer parte do rebanho, de viver sob valores religiosos e morais que favorecem os medíocres e desprestigiariam o “homem livre”, dono de sua vontade, o que ousa e desafia. O super-homem seria um modelo para o aperfeiçoamento do ser humano, contudo, algo a ser atingido por poucos. O “projeto de aperfeiçoamento” estaria ao alcance do indivíduo, não da coletividade.

Em sua autobiografia *Ecce Homo* (Eis o homem), é perceptível seu rancor para com seus contemporâneos quando o autor conta que nem entre os vivos nem entre os mortos (referindo-se a autores, filósofos), encontrou jamais alguém que o compreendesse. Sua proposta individualista faz sentido, uma vez que Nietzsche sentia-se desajustado na sociedade de seu tempo.

É importante esclarecer que o super-homem se elevaria por meio da educação, não seria superior por questões biológicas. Inclusive, ele mesmo sofria com uma saúde frágil e dores de cabeça lancinantes, que denominava o “parto de suas ideias”, considerando a si mesmo como um homem sábio; concebia que a força maior estava na vontade e no intelecto.

³⁶ Paes (1992) sustenta uma similaridade do discurso, mas não afirma categoricamente que Graça Aranha tenha lido Nietzsche ou Tolstói.

seria futuramente melhor sistematizado por Gilberto Freyre: o caráter multirracial da sociedade brasileira, a convivência relativamente pacífica entre as diferentes raças/culturas, opondo-se ao pessimismo de Romero. Milkau aparece no extremo de Lentz com suas filosofias de uma fusão criadora ao invés da sangrenta dominação pela força.

Pensar o conceito de cultura até o início do século XX significava refletir acerca do conceito de civilização. Civilizar-se em Freud e Norbert Elias era, antes de tudo, exercer o controle das pulsões, pois somente por meio deste recurso a vida em sociedade seria possível. Controlar as pulsões é refrear seus desejos, conter a violência, abdicar muitas vezes do pessoal em detrimento do social. A título de exemplo, se um homem deseja uma propriedade ou uma parceira sexual, sem esse controle, ele tentaria tomar pela força. O contrato social é o que impede esse “estado de natureza”, a guerra de todos contra todos, como anuncia Hobbes em seu *Leviatã*. O conceito de cultura foi elaborado e reelaborado, no início do século, ao sabor do conhecimento válido à época: positivismo e evolucionismo. Por isso, parte sempre da perspectiva ocidental, europeia. Os trechos de *Canaã* analisados revelam a crença em um progresso humano que seguia em linha reta, para o qual todas as “raças” humanas deveriam se direcionar ou evanescer-se no caminho. Isto posto, avançaremos no tema “raça” no capítulo a seguir.

6 O ENÍGMA DO FUTURO EM CANAÃ: A “RAÇA”

“A espontaneidade de raça, a coragem e a bondade deles eram novos arrimos para a ilusão...” (Graça Aranha, Canaã, p. 124).

A referência acima diz respeito à descrição dos sertanejos Joca e Felicíssimo sob o ponto de vista de Milkau. A raça aqui diz respeito a uma predisposição de comportamento proveniente de informações genéticas, do biológico, ou seja, guarda o sentido mais comum no auge das teorias racistas. A opinião de Milkau forma-se após ter acompanhando os cearenses, percebe o quão alegres podem ser criaturas emigradas do “Ceará trágico” da fome e da seca, dispostos a enterrar um cadáver encontrado no mato e protegê-lo dos cães. A “raça” sertaneja em Canaã é de homens pouco racionais e desorganizados, porém voluntariosos, corajosos e de bom coração. A seguir, serão discutidas as teorias raciais e de que modo foram apropriadas no caso brasileiro. Para melhor acompanhar a obra Canaã é interessante estar a par das teorias raciais no Brasil.

Schwarcz (1993) afirma que o termo raça teria surgido em escritos científicos/acadêmicos com Georges Curvier no início do século XIX. Tal conceito designava diferenças entre os seres humanos por meio de uma herança físico/genética, pondo abaixo o ideário iluminista de igualdade entre os homens; bem como questionaria o alcance da força de vontade e da dedicação dos homens, pois os obstáculos biológicos seriam intransponíveis. Convenientemente, as teorias raciais foram elaboradas pelos conquistadores e justificavam a dominação para com os oprimidos, como se a estes estivessem concedendo um favor, intitulavam-se “agentes da civilização em terras selvagens”. A craniometria foi instrumento comum na produção de ‘evidências’ que comprovassem a diferença entre os homens. Schwarcz (1993) ressalta a

singularidade dos dois termos: diferença e desigualdade. As desigualdades são sociais e por isso, passíveis de mudança, ao passo que as diferenças se referem ao aspecto biológico e imutável (SCHWARCZ, 1993).

Arthur de Gobineau (1816- 1882) escreveu *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas*. Neste escrito, abominou a sociedade plurirracial brasileira, a qual declarou ter tido o desprazer de conhecer quando de uma missão diplomática. Não conseguia esconder o desprezo pelos brasileiros do qual excluía apenas Dom Pedro, seu amigo. Temia particularmente as doenças tropicais como a febre amarela, nada incomum nas costas brasileiras (SCHWARCZ, 1993). A temporada de permanência reforçou suas teses racistas, sobre as quais escreveu:

Nem um brasileiro tem sangue puro. Porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas classes superiores (GOUBINEAU apud READERS, 1934, p.73).

Em Gobineau, o problema do brasileiro seria biológico: a mestiçagem. Mesmo que o clima e a natureza fossem problemas contornáveis, a raça não o seria. Entre os numerosos viajantes que aportaram nas costas brasileiras, poucos escreveram um relato tão popular e influente como Louis Agassiz, que em 1865 veio em expedição científica e publicou *Journey in Brazil* (Viagem ao Brasil). Neste, defendeu que a amálgama das raças trazia prejuízos ao tipo híbrido que daí resultava. Isso porque esse mestiço herdaria as piores qualidades dos dois tipos genéticos dos quais seria produto. Agassiz concedia a esse tipo brasileiro algumas qualidades, como uma generosidade natural, “sensibilidade aos altos impulsos e emoções” (SKIDMORE, 1976). Em resumo, o brasileiro fazia parte de um imaginário relacionado à figura do bom selvagem: naturalmente bom, porém passional, refém dos sentimentos e impulsos, pois

faltava-lhe a “castração³⁷” ou o controle das pulsões, concedida por uma civilização do tipo europeu. Esse tipo de comportamento atribuía-se à raça.

As grandes matrizes internacionais do pensamento científico racista foram:

- a) **Escola etnológico-biológica:** originou-se e desenvolveu-se nos Estados Unidos de 1840 a 1850. As raças seriam provenientes de diferentes espécies, o que ficou conhecido como teoria da poligenia. Os negros e indígenas teriam sido originados de espécies diferentes da branca. Louis Agassiz, zoólogo de Harvard era adepto e representante dessa escola; apoiava seus estudos em medições cranianas, ficando conhecido também na Europa e no Brasil, conforme comentamos anteriormente.
- b) **Escola histórica:** sua interpretação do processo histórico passava pela raça. Definiam diferenças entre as raças humanas e utilizavam a história como “prova” da superioridade ou inferioridade das mesmas. Membro ilustre, Gobineau.
- c) **Darwinismo Social:** trata-se de interpretações feitas a partir da teoria darwiniana da origem das espécies. Sobre Darwin, o que se tem de concreto é que postulou que todos os homens se originaram de um tronco comum, o que colocava por terra a teoria poligenética. Porém, o darwinismo social, o qual foi para além dos escritos de Darwin, interpretou que, tal como algumas espécies desapareceram por meio da seleção natural, as “raças humanas” passariam por uma competição semelhante.

O conceito de raça foi amplamente utilizado na discussão sobre civilização e progresso no país. A seguir, apresentamos alguns dos mais

³⁷ Castração no sentido freudiano em *Mal-estar na Civilização*. Esse mal-estar seria proveniente de um “não” social, da imposição de limites ao impulso e aos desejos.

célebres intérpretes das teorias raciais no Brasil: Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Manoel Bomfim. Cada um utilizou o conceito de raça de forma peculiar.

Euclides da Cunha era militar da reserva, assim como todos os seus colegas correspondentes na expedição de Canudos. Segundo Nísia Trindade Lima (2009), a obra de Euclides está associada ao método, um positivismo à brasileira e à questão da construção de um ideário de nação. O autor estaria familiarizado com as teses de viés racial da Escola de Recife e a essas somou o apreço aos detalhes e ao apuro descritivo patente em *Os Sertões*.

O lugar de fala do Euclides da Cunha é o de um até então republicano fervoroso, ativo na militância e convencido de que a república encarna os ideais positivistas de ordem, o que agradava seu aspecto militar, e progresso, sonho do engenheiro, um dos grupos mais partidários do positivismo brasileiro (Trindade Lima, 2009). Intelectual competente, sua aparência física (franzino e de baixa estatura) tê-lo-ia desviado do “caminho natural” ao seu tipo intelectual, a embaixada internacional. Para Skidmore (1976), Euclides, diferentemente de Graça Aranha, alto, robusto, não servia aos fins de propaganda exterior. Propaganda, cujo objetivo era o de atrair um tipo de colonização para o Brasil. Dom Pedro II buscou, por meio de viagens internacionais e apresentações de catálogos artístico/publicitários, trazer ao Brasil franceses e ingleses, referências no campo da arte e economia política. Todavia, a tentativa malogrou, pois tais figuras se detinham apenas no decorrer de excursões, pesquisas sobre o “novo e exótico mundo”, mas não desejavam, em sua maioria, permanecer. O olhar estrangeiro teve papel destacado para a definição nacional durante o período colonial e imperial, mas a república nascente estava comprometida em formar um olhar interno. Era o momento de o brasileiro conhecer o Brasil. Euclides e *Os Sertões* fazem parte desse momento.

Fernando Henrique Cardoso (2013) em *Pensadores que inventaram o Brasil* informa que Canudos foi utilizado para propaganda política, a mostrar

para o país o atraso, o fanatismo religioso e a barbárie associados ao Império, afinal, Antonio Conselheiro não escondia sua simpatia pela monarquia.

Na imprensa de 1897, foram veiculados boatos fantasiosos, como o da existência de um braço internacional em Canudos, e que os jagunços seriam treinados por um capitão italiano. Tudo para conceder ao movimento messiânico um tom de revolução política que este não possuía (GALVÃO, 1974).

Em *No calor da Hora*, Walnice Galvão relata o modo como a campanha de Canudos foi vinculada pelos jornais, cuja abordagem era manipuladora e se adequava aos interesses republicanos. Nesse contexto, percebemos que o militar republicano Euclides da Cunha foi enviado aos confins da civilização brasileira, armado de conceitos científicos do período em que viveu- racismo e determinismo geográfico e biológico, além dos valores tradicionais comuns a um militar que vai cobrir um relato para um governo de quem fora, até então, partidário convicto.

A metodologia que Euclides da Cunha adotou ao documentar e analisar a expedição de Canudos foi inspirada no esquema de Hyppotlite Taine que seguia a trilogia raça, meio e circunstância/contingência. Outro fator explicativo seria o isolamento do sertanejo, o qual, não sem certo exagero, teria sido fossilizado, seria um resíduo original de uma cultura pouco tocada pelos avanços da modernidade. Nesse aspecto, “atacava-se fundo a rocha viva da nossa raça” quando a república massacrava os sertanejos do arraial de Belo Monte (TRINDADE LIMA, 2009).

Ao ler *Os Sertões*, logo nas primeiras páginas, o leitor irá se deparar com uma descrição do sertanejo como uma raça (sub-raça) residual e inferior. Todavia, ao entrar em contato prolongado com a situação do sertanejo, Euclides vai conceder a si mesmo a chance de conhecer de coração aberto esse “espécime exótico”. Ao, digamos, abrir-se para um exercício de alteridade, enxergará também qualidades admiráveis nesse tipo humano, que sujeito a todas as intempéries, entregue à própria sorte em um terreno hostil, carente de

alimentação farta e variada, castigado pelo sol inclemente, mantém-se de pé até o limite de suas forças. Dessarte, eis que surge a frase: “O sertanejo é antes de tudo, um forte”.

Cardoso (2013) discorre que a grande contribuição euclidiana foi a de fazer emergir nos intelectuais brasileiros um sentimento de culpa pelo “outro” Brasil. O país da fome, da inanição, do analfabetismo, do fanatismo religioso. O retrato de Canudos foi uma visão incômoda, um lembrete do quanto o Brasil das elites econômicas, do fervor progressista ignorou solenemente sua parte mais vulnerável e desamparada.

Silvio Romero desenvolveu a teoria racial na crítica literária; foi figura importante no início do século XX. Crítico literário, estava engajado no que considerava a missão de fazer brotar das páginas do seu mais importante livro *História da Literatura Brasileira* um *ethos* nacional. Ligado à Escola de Recife na geração de 1870, da qual faziam parte também José Veríssimo e Capistrano de Abreu, assumiu o papel de intelectual denunciador das “grandes questões nacionais”. Compunha o cabedal da Escola de Recife a proposta da substituição da racionalidade religiosa pela perspectiva laica, bem como o uso dos conceitos de raça e clima, convergindo para uma visão determinista de ciência. Discípulo de Tobias Barreto, tinha nos autores alemães um grande referencial teórico.

Para mim a expressão da literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo- política, economia, arte, criações populares... e não, como era costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas artes, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia (ROMERO, 1960 p. 60).

Em Romero (1960), a literatura englobava também a ciência e as artes. Considerava a si como o primeiro historiador da literatura brasileira. Esta que para ser legítima deveria ser pintada com as cores da factibilidade, referindo-se

a objetos críveis e identificáveis e, sobretudo, fazer menção ao drama histórico, aos aspectos sociais da criação na literatura. Assim como Zola e os naturalistas franceses, Romero na qualidade de crítico literário valorizava a literatura como instrumento de transformação social, para além do entretenimento. Para Ortiz (1994) e Cândido (1978,1991), Romero é um dos pioneiros em criar uma interpretação do Brasil e identificá-lo como mestiço, pois, para criar uma história da literatura brasileira, era preciso antes saber quem era o brasileiro. Foi quando em busca de definir um caráter para o brasileiro acabou por eleger a mestiçagem como grande categoria de análise e mote de sua interpretação.

A história do Brasil (...) é antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não em sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira (ROMERO, 1960 p. 54).

Romero foi profundamente influenciado pelos debates raciais do século XIX, quando era forte na Europa a perspectiva de que as raças arianas eram superiores às demais; esse discurso justificava as desigualdades sociais por meios das desigualdades físicas, naturais³⁸.

Manda a verdade, porém, afirmar que essa almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se dêem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição destes, e se dêem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos de raça branca. E, mais

³⁸ Em várias obras germânicas, mesmos as mais contemporâneas como *A Montanha Mágica* de Thomas Mann e *O Homem sem Qualidades*, de Musil, ambas anteriores à Segunda Guerra, há discussões filosóficas girando em torno desse tema: a superioridade física e principalmente moral/intelectual desses povos, que deveriam, pois, expandir seus limites, tomar os mais fracos.

ainda, manda a verdade afirmar ser o mestiçamento uma das causas de certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade da formação de um ideal nacional comum (ROMERO, 2001, p. 305).

A mestiçagem era o cerne do projeto de inculcação de um sentimento de nacionalidade. A teoria da inferioridade racial defendida por Romero (2001) baseava-se no estudo de Arthur de Gobineau, o qual realizou medições de crânios humanos para, a partir de então, estabelecer uma relação entre o tamanho dos mesmos e o nível de civilização. Sob essa lógica, o homem branco seria mais civilizado ao passo que o negro e o amarelo, menos civilizados e civilizáveis. Outro teórico que inspirou seus escritos foi Le Play, para o qual todas as sociedades seguiriam leis universais, desconsiderando a historicidade. As sociedades eram comparadas a organismos vivos para quem a vida familiar correspondia às células da formação deste corpo. As características que uma sociedade apresentava seria uma herança dessa célula primeira, ou seja, o grupo familiar. Doravante a análise desse núcleo, seria possível saber as origens dos problemas sociais. Percebe-se a adoção de um modelo genético para a explicação dos problemas sociais. Esse modelo foi amplamente utilizado no Brasil (SCHWARCZ, 1993).

Graça Aranha foi contemporâneo de Romero e discípulo de Tobias Barreto. Esse debate travado pelos expoentes da Escola do Recife se fez presente em *Canaã*, como vemos abaixo, quando o juiz Maciel, encarregado do caso de Maria Perutz conversa com Milkau sobre o futuro de um país misturado, mestiço:

Maciel: O aspecto da sociedade brasileira é uma singular fisionomia de decrepitude e de infantilidade. A decadência aqui é um misto doloroso de selvageria dos povos que despontaram para o mundo, e do esgotamento das raças acabadas (ARANHA, 2003, p. 145).

Sílvio Romero era pessimista em relação ao futuro do país mestiço. Acreditava, apoiado em Gobineau e outros, que “os povos dolicocefalos louros do norte da Europa eram superiores a outros agrupamentos humanos” (SKIDMORE, 1976). E era defensor da imigração de alemães para que o país fosse embranquecendo em um processo que seria de longa duração. Romero foi controverso em relação a sua opinião acerca do mulato; em 1904, defendia-o como capaz contra as duras críticas do político português Teófilo Braga; em 1906, afirma que o mulato sofrera uma degenerescência, “produzindo apenas bastardos infecundos” da terceira e segunda gerações (SKIDMORE, 1976).

O trecho abaixo da obra *Canaã* expõe essa ideologia da superioridade germânica e da degeneração do mestiço. A cena acontece quando Milkau sai de Minas Gerais rumo ao Espírito Santo. Encontra um guia infante que o acompanha até as fazendas de Porto Cachoeiro, onde a maior parte da narrativa se passa.

Milkau nesses momentos atentava no menino e se compungia diante da trêfega e ossuda criança que era essa, rebento fanado de uma raça que ia *extinguindo na dor surda e inconsciente das espécies que nunca chegam a uma florescência superior*, a uma plena expansão da individualidade. Milkau fitava com bondade o pequeno guia; este sorria agradecido, abrindo os lábios descorados, mostrando os dentes verdes e pontiagudos, como afiada serra; mas o rosto malicento se enclarecia com a grande doçura de uma longa resignação de raça. O imigrante compadecido testemunhava aqueles nove anos de desgraça, a assombrosa precocidade dos filhos dos miseráveis. O pequeno, animado pela conversa, alinhava-se garboso no velho cavalo, empunha as rédeas com força, fincava as pernas de esqueleto e punha o animal num trote esperto (ARANHA, 2003, p.8, grifo nosso).

Milkau, o imigrante alemão, que reúne todas as qualidades atribuídas à sua “raça”, tais como sensibilidade, inteligência, disciplina, afora força e beleza, vê assustado o menino pobre que trabalha na fazenda, mestiço, fisicamente desgracioso, mas quando motivado superava a “fraqueza da raça” e tornava-se

garboso ao montar a cavalo. Os fragmentos acima se relacionam também com uma abordagem euclidiana, mas, ao invés do sertanejo, o Hércules Quasímodo é o miserável mestiço do sudeste (a cena se passa em Minas Gerais). As personagens gracianas em vários momentos do romance interpretam as mais conhecidas teorias raciais, entre as quais se destacou o pensamento de Romero. Este foi um típico homem de letras dos finais do século XIX. Possuía um saber mais específico, o saber literário, mas aventurava-se a propor teorias sociais. Esse tipo de comportamento marcava os intelectuais do período. Não havia a especialização que marca a atualidade. Outrora, um médico escrevia (e era respeitado por isso) sobre história, sociologia, pedagogia etc, bem como um crítico literário ou um jornalista escreviam obras diversas tentando decifrar os problemas nacionais.

A esse respeito, Antonio Dimas (2009) ressalta o caráter intempestivo do crítico literário e homem de letras, o qual durante a posse de Euclides da Cunha, aclamado pelo sucesso de *Os Sertões*, recebeu de Romero um comentário não muito sutil:

Quero falar da singularíssima teima dos nossos intelectuais de toda a casta, de dizerem mal das gentes do centro, sertanejos ou não, sem se lembrarem que, há quatrocentos anos, elas é que trabalham e produzem, elas é que se batem, isto é, sem se lembrarem que elas é que têm sustentado o Brasil como povo que vive e como nação que se defende (DISCURSOS ACADÊMICOS, 1965, p. 251).

Em se tratando do tipo ideal do intelectual do século XIX e início do século XX, não devemos cobrar uma conduta coerente; são inúmeras as contradições dentro da obra dos intelectuais brasileiros do período. Machado de Assis era mestiço, neto de escravos, mas gozava de um prestígio social que o tornou “branco” para muitos de seus colegas. Por tal concessão simbólica, a de estar entre a elite intelectual e econômica, sem ser um deles, ou seja, com uma origem social desprestigiosa, Machado realizava críticas à escravidão de

modo discreto, excetuando os contos mais explícitos *O caso da vara* e *Pai contra mãe*. Nina Rodrigues, de quem falaremos mais adiante, considerava-se um simpatizante do negro brasileiro, mas o considerava inferior; Graça Aranha era um entusiasta dos germanistas brasileiros, mas abandonou suas principais teses. Enfim, é preciso não ser anacrônico e olhar o *modus operandi* do homem de letras dentro de sua configuração histórica. O intelectual brasileiro antes do modernismo (Miceli marca Mario de Andrade como um protótipo do intelectual moderno, o tipo especializado em sua função) era, antes de tudo, o bacharel descrito por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*: um cidadão de possuía um posicionamento social que o distinguia dos demais, e considerando a quantidade de analfabetos no país, as atribuições do bacharel eram expandidas para diversos domínios. Dito isto, passemos à exposição das ideias centrais de Silvio Romero em *História da Literatura Brasileira*, na forma dos dez mandamentos:

1. O povo brasileiro não corresponde a uma raça determinada e única;
2. É um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado;
3. Pouco adianta por enquanto discutir se isto é um bem ou mal; é um fato e basta;
4. A palavra mestiçagem aqui não exprime somente os produtos diretos do branco e do negro e do índio; expressa em um sentido lato todas as fusões das raças humanas e em todos os graus no Brasil, compreendendo também as dos diversos ramos da raça branca em si;
5. Esta característica é verdadeira no presente e no futuro, quer predomine sempre a atual mescla índio-áfrico-portuguesa, quer venham a predominar, mais ou menos remotamente, os elementos italiano e germânico, trazidos por uma colonização até hoje mal dirigida e pior localizada;
6. O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio,

com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração europeia que promete continuar;

7. Comparando-se o Norte e o Sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo consequências econômicas e políticas: ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no Sul, introduzindo os novos elementos, fatos que vai cavando entre as duas regiões do país um valo profundo, já de si preparando pela diferença dos climas;

8. O meio de trazer o equilíbrio seria distribuir a colonização regularmente e cuidadosamente por todas as zonas do país, facilitando às nossas populações a assimilação desses novos elementos;

9. Se não o fizerem, as três províncias do extremo sul terão, em futuro não muito remoto, um grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável;

10. Como quer que seja, e em todo caso, a população será sempre o resultado da fusão de diversas camadas étnicas (ROMERO, 1980, p. 120 -121).

Os dez itens que sistematizam a contribuição de Sílvia Romero em sua obra magna *História da Literatura Brasileira (HLB)* chamam atenção por diversos motivos. Para começar, constatamos que, em nenhum momento, os itens se referem à literatura propriamente dita. Isso nos diz muito sobre o ofício difuso que era ser um homem de letras. Se o título nos promete algo como *História Concisa da Literatura Brasileira* de Alfredo Bosi, na realidade se propôs ao mesmo objetivo que *Os Sertões*: falar sobre o país e seus problemas, seu empecilhos da marcha do progresso. Por qual motivo o Brasil, de tamanho vasto, de riquezas naturais, não se torna uma grande potência? É sobre essa questão que HLB se debruça. Como resposta chegou à conclusão que a nação não conhece ou não reconhece seu tipo humano: o mestiço! Os itens um a quatro se destinam a afirmar categoricamente essa assertiva.

Em nossa análise, é preciso realizar o exercício antropológico de nos colocarmos no lugar do outro. Com os olhos de hoje, dir-se-ia que Romero

desperdiçou energia considerável para declarar o óbvio: que o brasileiro era mestiço. Porém, essa realidade detectável pelas ricas matizes de tonalidades que os brasileiros apresentam, esbarrava numa miopia social que enxergava conforme a conveniência. A origem social, ser proveniente da raça dos brancos, dos conquistadores era algo atrelado a um prestígio inerente à cor. E a cor no Brasil era definida pelo sucesso; se bem posicionado socialmente, logo era branco. Dizer que senhores donos de terras possuíam sangue afro ou indígena era uma declaração corajosa.

Do item cinco ao nove, vem à tona a imigração, que é simultaneamente um problema e uma solução. Vejamos que a imigração citada é a italiana e mais enfaticamente a germânica. Em Romero, o elemento branco é dominante em relação ao negro e ao índio. E, entre os brancos, há uma hierarquia, na qual o branco português gera na mistura de raças um branco menos puro que o branco germânico. Como a imigração germânica se concentra na parte sul do país, isso só reforçaria as diferenças entre norte e sul do Brasil, onde o primeiro é pobre e “atrasado”, vide o sertanejo de Euclides, “um retardatário da civilização” e o segundo é mais “evoluído”. O norte/nordeste seria duplamente prejudicado nesse processo; o clima hostil, seco e quente já tornaria o nordestino “naturalmente” mais desafortunado, e, além disso, estaria afastado do vetor civilizacional, que seria, em sua abordagem, o homem branco europeu.

Ainda no que concerne à imigração, Romero se refere a um processo de assimilação que favoreceria aos habitantes da região Sul. Ao ter contato com um grande contingente germânico, tal população estaria ameaçada de perder as referências nacionais, especialmente quando ainda se estava trabalhando em um projeto de identidade nacional. Isso ensejaria, ulteriormente, no desejo separatista da região, que, de fato, ocorreria com a Revolução Farroupilha.

No que tange às raças, é curioso o desaparecimento do indígena. A crítica sobre José Alencar e seu romantismo se dá porque toda uma imagem, uma tentativa de criar um símbolo nacional é baseada na imagem do índio, que, para Romero, desvaneceu engolido pelas raças superiores. Mais adiante na obra HLB, o autor brada: “A raça selvagem está morta; nós não temos nada mais a temer ou esperar dela” (ROMERO, 1989, p.921). Nesse sentido, chamo atenção do leitor de que na obra *Canaã* o índio praticamente não existe; fala-se de sua figura no pretérito. Talvez isso se justifique pelo fato de que era muito comum no início do século XX, onde, no afã pelo desenvolvimento, as seduições da modernidade tenham visto no indígena um retorno ao passado não desejado.

Mais um exemplo do ecletismo e da salada de referências pouco cuidadosas é o uso dos termos raça e etnias no mesmo período. Isso porque o termo etnia veio a substituir o de raça, porque raça tornou-se pejorativo e entrou em desuso bem como suas teorias de sustentação.

Em outra área de atuação, medicina, destacou-se Nina Rodrigues. No que tange ao âmbito da norma médica, a situação não foi muito diversa do que ocorrera na literatura.

Jurandir Freire Costa (2009) relata que a família colonial tinha no escravo “uma extensão de seu corpo”; todos os trabalhos braçais, mecânicos, cansativos ou desgastantes eram realizados pela força escrava, isso se aplicando inclusive ao cuidado da criança. No Brasil colonial, a senhora não cuidava diretamente da criança, a ama de leite encarregava-se dessa função. Porém, as teorias raciais que pregavam que o negro era vetor de degeneração física e moral contribuiu para a mulher branca dedicar-se à criança; tratou-se de uma sensível mudança no cotidiano familiar brasileiro. Raimundo Nina Rodrigues foi uma figura importante nesse processo. Maranhense, iniciou o curso de medicina em 1882 na Faculdade de Medicina da Bahia e posteriormente transferiu-se para o Rio de Janeiro onde concluiu o curso. Publicou em 1890 nos jornais *Brasil Médico* e *Gazeta* estudos que ficariam conhecidos por uma “anthropologia patológica” (CORREIA, 2006) Participou da

comissão da Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina onde veiculou vários trabalhos. A revista foi editada em 1902, ano da publicação de *Canaã*. Entrementes, podemos ver que os debates raciais se refletiram na preocupação de Graça Aranha.

Nina Rodrigues afirmava que os negros não eram passíveis de perfectibilidade, e isto, para este autor, estava fora de qualquer dúvida, que a ciência assim o “provara”; complementava declarando que as “raças inferiores” não poderiam jamais chegar ao nível de desenvolvimento das “raças superiores”. O médico foi o primeiro a realizar um estudo mais sistemático sobre a influência africana no Brasil. Estudou tradições populares, buscou catalogar as origens dos negros trazidos para o país e seu processo de assimilação, colecionou objetos e fotografias; sua riqueza de dados e materiais coletados lhe concedeu grande respeitabilidade à época. Após toda a dedicação ao tema, acabou por concluir uma inferioridade do negro e sua descendência. Graça Aranha não apenas teve contato com essa teoria como também aborda tal posicionamento através de seu personagem Milkau, o qual buscou refutar este pensamento tão radical e negativo em relação ao africano e ao mestiço, o que se observa na citação destacada.

No trecho a seguir, os dois alemães caminham se afastando de Porto Cachoeiro, floresta adentro, perto de Santa Tereza. Graça Aranha não informa ao leitor se há um motivo especial para tão longa caminhada. Aparentemente, trata-se apenas de um passeio para conhecer a região.

LENTZ- Até agora não vejo probabilidade da raça negra atingir a civilização dos brancos. A África jamais...

MILKAU- -O tempo da África chegará. As raças civilizam-se pela fusão; é no encontro das raças adiantadas com as raças virgens, selvagens, que está o repouso conservador, o milagre do rejuvenescimento da civilização. [...] Foi assim que a Gália se tornou França e a Germânia, Alemanha (ARANHA, 2003, p. 27).

Lentz- Não acredito que da fusão com espécies radicalmente incapazes resulte uma raça sobre que se possa desenvolver civilização. Será sempre uma cultura inferior, civilização de mulatos, eternos escravos em revoltas e quedas. Enquanto não se eliminar a raça que é o produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício, todos os minutos rotos pelo sensualismo, pela bestialidade e pelo servilismo inato do negro. O problema social para o progresso de uma região como o Brasil está na substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos, por europeus. [...]

Milkau- A substituição de uma raça não é remédio ao mal de qualquer civilização (ARANHA, 2003, p. 28).

Lentz- Quanto a mim, penso que devemos voltar atrás, apagar até os últimos traços as manchas desta civilização de humildes, de sofredores, de doentes, purificar-nos do seu veneno, que nos mata depois de nos entristecer (ARANHA, 2003, p. 29).

O diálogo³⁹ entre Milkau e Lentz reflete duas posições distintas no que concerne à questão racial. Para o primeiro, as raças se aprimoram em um processo de fusão, no qual ambas vão englobando elementos uma das outras; para o segundo, só o europeu poderia aos poucos substituir a raça enganada de mestiços. O médico maranhense Nina Rodrigues, apesar de atribuir os “problemas de civilização” e de conduta do brasileiro à mistura com o negro, não acreditava que, através da mistura com brancos, este fosse dizimado a ponto de surgir um país inteiramente ariano.

Nina Rodrigues atuou intensamente no campo da saúde pública. A população, devido às más condições de moradia, de higiene e alimentação, sofria constantemente de problemas de saúde. Esses infortúnios foram “diagnosticados” como fraqueza racial. O médico maranhense promoveu diversos estudos que estabeleciam “o papel da raça na patologia da

³⁹ Os diálogos em *Canaã* compõem a maior parte do romance. É difícil contextualizar o cenário das falas, pois há capítulos que se iniciam com um diálogo sem muito informar sobre o contexto. O contexto de fala mais comum é estarem Milkau e Lentz, responsáveis por aproximadamente 70% dos diálogos, estarem passeando no mato quando iniciam conversas sobre os mais diversos temas.

população”. Ao negro, fora atribuída a responsabilidade pelos males do corpo e da alma do brasileiro. Em 1894, publicou seu primeiro livro: *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. A obra revelava seu dois interesses de estudo: a saúde e a criminalidade. Para ambos, a raça trazia uma explicação “científica”: a identificação de criminosos e delinquentes por meio da medição do crânio (CORRÊA, 2006).

Para compreendermos melhor quem foi Nina Rodrigues, devemos nos inteirar de que sua posição política era conservadora. Para o professor da Escola de Medicina da Bahia, a república cometia um erro ao impor aos negros “uma ilusão de igualdade”. Isso porque a república que, ao menos na simbologia, amparava-se no ideal da igualdade entre os homens, fazia com que o negro tivesse que responder às mesmas demandas que a população branca, quando não dispunha de condições para tal. Se pensarmos nas condições sociais, veremos que a população outrora escravizada, dispunha das piores condições de moradia, alimentação e recursos financeiros para melhor cuidar do corpo e do intelecto, o que os levava ao adoecimento, ao alcoolismo pela falta de perspectivas, entre outros infortúnios. O erro-mor de Nina Rodrigues foi o de naturalizar as diferenças sociais, atribuindo às populações negras não uma dificuldade decorrente das desigualdades sociais, mas uma inferioridade biológica.

Entre as leituras baseadas em critério racial, Nina difere de Romero no que consente à mestiçagem. Como vimos anteriormente, Romero acreditava que, com a imigração europeia, o Brasil possuiria potencial para tornar-se branco. O médico e acadêmico era descrente quanto ao futuro e ao progresso devido ao mestiço, que, em sua avaliação, seria um degenerado. Pior que negro puro, só o mestiço. Aos índios e negros puros restantes, Nina Rodrigues propunha que a cobrança fosse atenuada, uma vez que eles eram biologicamente incapazes de se responsabilizar totalmente por seus atos. O mestiço, por sua vez, era a tragédia personificada, tendo em vista que conjurava em um indivíduo os caracteres de raças inferiores. Contudo, existiu uma classificação hierárquica entre os mestiços, conforme preceitua o bom

cartesianismo positivista da época: dividir para decifrar. Os mestiços brasileiros seriam: a) superiores; b) evidentemente degenerados; c) comuns. Para enquadrar os mestiços, partindo de uma antropologia criminal da época, e conduzindo observações de campo, não exige muito esforço imaginar que os superiores são os que atingiram ascensão social, pessoas de bom comportamento; os evidentemente degenerados ficaram por conta dos alcoólatras, parricidas, delinquentes em geral; e os comuns seriam aqueles que não chamaram atenção nem por bom ou mau comportamento, resumindo, os sujeitos socialmente discretos.

Nina Rodrigues apresenta duas nuances: o médico e criminologista que escreveu acerca da inferioridade dos negros e mestiços em obras como *Negros criminosos* de 1895 e *Mestiçagem, degenerescência e crime* de 1899, e outro lado menos destrutivo em relação ao negro: trata-se da obra *Africanos no Brasil*, da qual se ocupou de 1890 a 1905. Tal obra traz um apanhado sobre as origens, hábitos dos negros africanos que aqui desembarcaram, bem como os costumes que deles incorporamos em nossa cultura. Esse é o aspecto menos nocivo da obra, porém, o autor continua criticando a igualdade jurídica do negro brasileiro e a percebê-lo como um tipo humano inferior ao branco. Seu grande adversário intelectual foi Manoel Bomfim, o qual realizou uma leitura militante a partir do positivismo e do evolucionismo no Brasil.

Robert Darnton (2010) alude a uma *leitura das leituras* feita de textos clássicos como sendo um campo aberto e profícuo a investigações. É esse aspecto que iremos explorar. Para esse historiador, tão importante quanto o texto de Karl Marx é a leitura que Mao Tsé Tung fez de Marx e suas consequências. O que faremos agora é explorar a leitura que Manoel Bomfim realizou de Comte, Durkheim e principalmente Spencer e Darwin.

Canaã veio a público em 1902 e *A América Latina: males de origem*, em 1905. Para quem leu as duas obras, fica evidente que tratam da mesma matéria com instrumentos diferentes. Bomfim (2005) defende que o Brasil amargava um subdesenvolvimento devido à herança do português e da má vontade das nações europeias que o enxergava sob o prisma de teorias

colonialistas. Assim, ironicamente, o autor se dirige ao que considera a opinião da Europa em relação à América do Sul:

[...] a América do Sul mantém a reputação de ser o continente mais rico do globo, onde correm todos os Pactolos- a Eldorado, terras que tem em si, acumuladas, todas as riquezas, esperando, apenas, que homens dignos, laboriosos e sábios venham ocupá-las para fazer valer tudo isso (BOMFIM, 2005, p. 42).

Conforme Bonfim, além da ignorância intelectual sobre nosso processo histórico-político, a Europa teria um fundamental motivo para ser cega em relação à América Latina: A questão econômica. Esta guiaria o olhar com o interesse de interpretar os nativos como incapazes, inferiores, posto que assim seria legitimada a intervenção de outrem em seu “benefício”, do mesmo modo que um louco é internado para ser cuidado por aqueles que possuem razão, capacidade. Bomfim denuncia os próprios intelectuais brasileiros (sem citar nomes) afirmando que os mesmos possuem uma visão pessimista de si e percebem o brasileiro como “ingovernáveis e quase imprestáveis” (BOMFIM, 2005, p.48). Em suma: a “malevolência europeia” na interpretação dos brasileiros seria um instrumento para a manutenção da dominação colonialista. O discurso de infantilização e da selvageria deslegitimava as ações do oprimido, pois o definia como incapaz. O autor expõe uma fala política, denunciadora e militante, mas não se desvencilha de termos caros à época: *civilização atrasada ou adiantada, nosso progresso*.

No capítulo *Organismos biológicos e organismos sociais*, observa-se que, para Bomfim, não há problema em entrever na sociedade uma similitude ao organismo biológico. Entretanto, deve-se ser hábil em observar que ela (a sociedade) é isso, mas não tão somente. Aceita que a sociedade é um organismo regido por leis, assim como a matemática, e essas leis garantiriam à Sociologia sua qualidade de ciência.

Como organismos vivos, as sociedades dependem não só do meio, não só das condições de lugar, mas também das condições de tempo. [...] Uma nacionalidade é o *produto* de uma *evolução*; o seu estado presente é forçosamente a *resultante de ação* do meio (BOMFIM, 2005, p.58, grifo nosso).

O excerto acima provém da educação de um “homem de letras”, alguém com conhecimento holístico, que era médico de formação, mas escrevera também sobre psicologia, pedagogia, zoologia, história e sociologia, além de livros para o curso médio. O saber, em sua ótica, estava integrado. Sua leitura do Brasil trazia elementos da Biologia, da Psicologia e da Física. Observa-se no discurso acima termos da física (produto, resultante), assim como um termo muito em voga: evolução. Durante o livro, torna-se mais visível a influência de Spencer e Darwin, como no trecho abaixo:

Isso mesmo sucede com os organismos biológicos: se, num espaço, num meio muitas vezes restrito, único e igual, encontramos organismos de uma diversidade infinita, é porque eles não dependem só do meio atual, mas também das - que condições e formas anteriores, que a hereditariedade conserva - representa uma herança adaptada. É por isso, ainda, que uns se mostram mais perfeitos que outros; é nestes - nos mais perfeitos - que a adaptação é mais completa; neles, o passado não pesa tão fortemente que embarace as adaptações indispensáveis (BOMFIM, 2005, p.58).

A adaptação se daria por dois fatores: **filogenético** (herança do comportamento proveniente da evolução da espécie) sendo de origem biológica, e **ontogenético**, o qual se refere ao comportamento oriundo da cultura, tempo, espaço, contexto. Para Bomfim (2005), o passado explicaria os

vícios atuais, estes originários de herança⁴⁰ e educação recebida. A emancipação emergiria pela ciência e pelo progresso, no domínio do homem sobre a natureza. Isto é defendido especificamente no capítulo Parasitismo e degeneração em seu *Males de Origem*.

Bomfim (2005) equivale o organismo social ao biológico, e explica que a causa da “degeneração” do Brasil se deve ao colonizador que estabelece para com a colônia uma relação parasitária, comparando os portugueses aos vermes, os quais se locupletam do trabalho alheio (escravo). A especialização das funções do trabalho seria fundamental para a evolução seja de um corpo animal, seja de um corpo social. Os portugueses ao não trabalharem, apenas ao expropriarem o produto da força de trabalho de outrem, acabariam por involuir e degenerar (na lógica spenceriana), tais como vermes e outros parasitas a quem os compara no livro.

Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos biológicos e nos sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entravar esse progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. Demais, o simples exame do fato em si é bastante para mostrar que um grupo, um organismo social, vivendo parasitariamente sobre o outro, há de fatalmente degenerar, decair, degradar-se, involuir, em suma (BOMFIM, 2005, p. 66, grifo nosso).

Ao aplicar na observação dos fenômenos sociais a mesma lógica dos fenômenos naturais, o autor estabelece relações de causa e efeito. O “atraso” do Brasil se devia a uma herança política de nossa elite de viver sem produzir, apropriando-se da riqueza produzida por outrem. Vê na escravidão uma indignidade, uma prova da maldade e até mesmo de inferioridade do homem branco, pois este teria acesso ao conhecimento e com ele fora mais cruel do que o negro por ele escravizado e do que o índio desprezado e agredido. Bomfim (2005) rejeita as interpretações raciais que inferiorizam o negro, o índio

Herança surge aqui como algo semelhante ao capital cultural de Bourdieu.

e os habitantes mestiços. Nega a ideia de que estes eram preguiçosos, posto que mais preguiçoso era o branco que vivia da escravidão. Refuta também a selvageria atribuída ao negro e índio, já que mais “selvagem” e brutal era o branco que matava, guerreava por lucro, contrariamente aos demais que seriam “bons, mas ignorantes”, e brigavam por questões passionais. O negro e o índio eram, em sua perspectiva, livres de máculas morais, diferente do branco. Dado que em sua análise o progresso não se fundamentava em algo apenas de cunho científico, ou tecnológico, mas também sentimental.

Em que consiste, em última análise, o progresso social? No desenvolvimento da inteligência, pelo esforço contínuo para aproveitar do melhor modo possível os recursos havidos da natureza, da qual tiramos a subsistência, e no apuro dos sentimentos, que tornavam a vida mais suave, permitindo uma cordialidade maior entre os homens, uma solidariedade mais perfeita, um interesse maior pela felicidade comum, horror crescente pelas injustiças e iniquidades... (BOMFIM, 2005, p.66).

Para o autor, uma solidariedade evoluída não colheria frutos do suor alheio; a sociedade brasileira não teria evoluído, pois adotava o parasitismo, a ausência de justiça e bondade, o que seria explicado pela ignorância. Assim como Platão, o autor acreditava que só fazia o mal o homem que desconhecia o bem. A divisão social do trabalho representaria (nos moldes durkheimianos) um modo de vida superior, tendo em vista que seria colaborativo ao invés de parasitário. Década antes de Sérgio Buarque, Bomfim falava sobre o caráter do português, avesso ao trabalho pesado.

Semelhante ao pensamento de Manoel Bomfim é o discurso de Milkau:

*Contexto da fala:*⁴¹ *Milkau e Lentz estão passeando, quando começam a filosofar.*

Um dos erros dos intérpretes da História está no preconceito aristocrático com que concebem a ideia de raça. Ninguém, porém, até hoje soube definir a raça e ainda menos como se distinguem uma das outras; fazem-se sobre isto jogos de palavras, mas que são como esses desenhos de nuvens que ali vemos no alto, aparições fantásticas do nada... E, depois, qual é a raça privilegiada para que só ela seja teatro e o agente da civilização? Houve um tempo na História em que o semita brilhava em Babilônia e no Egito, o hindu nas margens sagradas do Ganges, eles eram a civilização toda; o resto do mundo era nebuloso e não se cogitava. E, no entanto, é junto ao Sena e ao Tâmbisa que a cultura se esgota hoje numa volúpia farta e alquebrada. O que vejo neste vasto panorama da História, para que me volto ansioso e interrogante, é a civilização deslocando-se sem interrupção, indo de grupo a grupo, através de todas as raças, numa fatal apresentação gradual de trechos da terra, à sua luz e calor... Uns vão se iluminando, enquanto outros descem às trevas... (ARANHA, 2003, p. 27).

Para Milkau, o novo mundo seria uma espécie de cheque em branco para o europeu. O Brasil estaria em uma infância da civilização e, com a “ajuda” dos brancos, “elevar-se-ia” neste plano. Para o europeu, também significava uma purificação dos males atribuídos à civilização egoísta e corrompida à qual Rousseau se referia. Essa civilidade corrompida seria, para Bomfim, a própria do europeu. A positividade⁴² do branco enxergada por Milkau inexistiria para Bomfim.

Ao discorrer a respeito das teorias raciais e deterministas, apresentamos Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Manoel Bomfim; este último partia do

⁴¹ Parte do capítulo II de *Canaã*, todo ele composto por um diálogo entre Milkau e Lentz.

⁴² Para Milkau, o europeu não seria necessariamente bom, diferentemente do “selvagem” que necessariamente o era. O homem branco por sua vez teria a seu favor o maior desenvolvimento material e cultural (no sentido do desenvolvimento das artes), a personagem acreditava que a fusão das raças traria benefícios mútuos.

evolucionismo spenceriano para fugir das teorias que definiam o negro e o indígena como inferiores. Porém, não menos importante foi a figura de Euclides da Cunha. Em 1902, mesmo ano de *Canaã*, foi publicado *Os Sertões* e junto com aquele foi um dos romances mais lidos do início do século XX no Brasil. Diferentemente de Graça Aranha, Euclides passou por muitos obstáculos para publicar sua principal obra, sendo o principal deles a descrença no potencial de venda. Os jornais *O Estado de São Paulo* e *O jornal do Comércio* temiam que um exemplar com tão numerosas páginas não seria um bom negócio. A publicação só foi possível mediante o auxílio de um amigo que conseguiu um contrato com a editora Laemmert, sob a condição de o próprio autor custeasse a primeira edição. Mesmo a editora que aceitara a publicação era descrente na possibilidade de uma segunda edição (SKIDMORE, 1976). Mas Euclides confiava em seu trabalho, estando obcecado por ele a ponto de tentar corrigir manualmente os mais de oitenta erros de edição que encontrou em dois mil exemplares. Estava motivado a expor sua pesquisa, mas acreditava que seria execrado pela crítica e por isso partiu para o interior de São Paulo a fim de esconder-se da reação possivelmente violenta a seus escritos. Diferente do que pensou, o livro foi um grande sucesso.

Os Sertões é um relato jornalístico da campanha contra Canudos. Divide-se em três partes: *A terra*, *O homem* e *A luta*. O texto usa um vocabulário técnico/científico da época; na primeira parte, volta-se para a geografia, na segunda, para a antropologia do período e, na última, denuncia a violência do estado para com os sertanejos, bem como mostra as estratégias de defesa e combate destes.

Euclides da Cunha tinha como preocupação o tipo de sociedade que estaria se formando no país. As teorias raciais e deterministas eram o corolário de suas explicações, pois pensava que a miscigenação poderia ser bem-sucedida com o índio, mas não com o negro (SKIDMORE, 1976). O negro seria a raça inferior mais selvagem e o mulato escuro seria degenerado por receber as qualidades negativas proveniente de tal raça. Acreditava que no Brasil existiam três raças: branca, negra e indígena e que, se puras, ou seja, sem

misturas com outras raças, cada uma poderia se estabilizar como sociedade, embora em diferentes níveis de civilização. Mas condenava a mistura racial, a qual levava ao comportamento instável da raça mestiça, como seria para ele o caso do sertanejo.

A teoria de que o clima e a região em que se vivia alterava o tipo de civilização que se tinha estava presente também em *Canaã*. O excerto a seguir compõe uma cena na qual Milkau sai da fazenda onde trabalha para visitar Maria Perutz, presa acusada de infanticídio. No caminho, faz a observação de que o clima é inclemente e estéril; outrora, Milkau só enxergava a exuberância da natureza e a bondade das pessoas.

O sol infernal castigava sem piedade as habitações e sobre as rochas abrasadas, colossais, viam-se estampadas a esterilidade e aridez (ARANHA, 2003, p. 137).

Declaração de Lentz ao encontra-se ao ar livre enquanto conversa com Milkau:

“Oh! Este sol implacável!... Aqui não há descanso para uma suave matização da cor. Sempre este amarelo a nos perseguir” (ARANHA, 2003, p. 22).

Em *O Sol do Brasil*, Lilia Moritz relata que uma das críticas que a “missão cultural” francesa mais fazia dizia respeito ao sol forte do Brasil. Este tornava inviável pintar paisagens brasileiras com as cores que se utilizava na Europa, pois o sol causava um “amarelidão” na paisagem. Havia a ideia de que o clima quente prejudicava até mesmo o desenvolvimento das artes, castigava as habitações, as plantas e embrutecia o ser humano.

Descrição do narrador observador:

Eram pequenos sobrados, verdadeiros aleijões nus [...] E aí, na embrionária e abortada cidade, a gente grosseira e rude mostrava ar embrutecido, torturado pela ávida cobiça... Tudo o que era natureza tinha o aspecto sinistro, trágico, desolador, e o que era humano, mesquinho e ridículo (ARANHA, 2003, p. 137).

Acima, temos a visão distópica de Milkau. Outrora, o sol e a natureza bruta o encantavam, e a gente ignorante o comovia. Porém, depois do “incidente” de Maria, o mesmo cenário passou a repugná-lo. A convivência prolongada com a população de colonos e brasileiros despertou sua atenção para o embrutecimento pelo qual passavam as populações mais pobres. Os mulatos e cafuzos, ou seja, os mestiços mais escuros, são retratados de forma doentia, indolente:

Ainda descrições do narrador observador, sobre a “paisagem humana”, enquanto Milkau passeia para conhecer o lugar e procurar emprego. É o início do romance:

À porta do rancho um velho cafuzo com os olhos nevoados fitava vagamente o espaço, encostado ao mourão: apenas trajava uma usada calça, o tronco nu, e sob a pele ressequida desenhava-se a envergadura de um esqueleto de atleta (ARANHA, 2003, p. 11).

No batente da porta sentava-se uma mulata moça. Toda ela era a própria indolência. Os cabelos não penteados faziam pontas como chifres, a camisa suja caía à toa no colo descarnado, e os peitos de muxiba pendiam moles sobre o ventre; em pé, ao seu lado, um negrinho vestido apenas de um cordão ao pescoço, donde penduravam uma figa de pau e um

signo de Salomão, mirava embasbacado os cavaleiros que se achegavam ao tijupá (ARANHA, 2003, p. 11).

Velho cafuzo: [...] abriu os lábios numa rude expressão de riso, mostrando as gengivas roxas e desdentadas [...] A cafuza não mexeu, apenas, mudando vagarosamente o olhar, descansou - o, cheio de preguiça e desalento, no rosto do viajante. A criança acolheu-se a ela, boquiaberta, com a baba a escorrer dos beijos túmidos (ARANHA, 2003, p. 11).

As descrições dos mestiços cafuzos são pouco lisonjeiras: preguiçosos e mal cuidados, desdentados, despenteados. Diferentemente das mulatas do naturalista Aluísio Azevedo, muito bonitas e vigorosas e do mulato, título de seu romance, que chamava atenção pela beleza e pelo porte principesco, os cafuzos graciosos são feios e apáticos.

*Contexto: o mesmo do item anterior*⁴³.

Cafuzo velho:

[...] incapaz, como todos os humildes e primitivos, de tomar a iniciativa dos assuntos [...] Contou a velha casa cheia de escravos, as festas simples, os trabalhos e os castigos (ARANHA, 2003, p. 12).

“Adeus, até à vista, meu velho. O preto abanou-lhe a mão. Os outros da família ficaram quietos, apatetados (ARANHA, 2003, p. 12).

Milkau observou que essas casas eram moradas de gente preta, da raça dos antigos escravos, e adivinhou-os abatidos pela invasão dos brancos, mas ainda assim procurando os derradeiros e longínquos raios de calor humano, e deitando-se

⁴³ Descrições do narrador observador, sobre a “paisagem humana” enquanto Milkau passeia para conhecer o lugar e procurar emprego, é o início do romance.

à soleira das cidades, para eles estrangeiras e proibidas (ARANHA, 2003, p.12).

Esse aspecto, Skidmore (1976) explorou quando fala da imigração como forma de civilizar e branquear o país. Na propaganda internacional, falava-se que no Brasil não existia racismo nem preconceito de cor. A intenção era atrair os europeus afirmando ser aqui um local tranquilo onde as raças “sabem seu lugar”, e como o lugar do negro era a negação, acreditava-se que com o passar de algumas décadas ou séculos (dependia dos intérpretes) o Brasil erradicaria a “raça africana” do seu território. O trecho acima ilustra essa percepção do brasileiro mestiço mulato escuro sentir-se estrangeiro no próprio lugar, substituído como uma ferramenta velha.

Os mestiços recebiam recorrentemente um tratamento inferior ao imigrante europeu pelos motivos citados. Contudo, entre os mestiços brasileiros havia uma hierarquia de cor que se associava à posição social. Ora, se o país era incontestavelmente multirracial, e considerava-se que entre as raças que habitavam o território nacional a negra era a mais inferior, seguida pela indígena, e teria na branca a mais evoluída, a lógica era que a ascensão social fosse maior entre os mulatos claros que poderiam assumir-se frequentemente enquanto brancos (SKIDMORE, 1976). O lugar que se destacou por conceder certa respeitabilidade aos negros ainda durante a escravidão foi o Exército brasileiro. Durante o segundo reinado, as guerras da Cisplatina e sobretudo a do Paraguai, o Exército recebeu muitos escravos, concedendo-lhes carta de alforria em caso de retorno da guerra. Alguns negros libertos compunham os quadros da referida instituição, destacando-se em suas fileiras. O Exército foi um dos primeiros apoiadores da abolição (SKIDMORE, 1976). Em *Canaã*, esse mulato bem sucedido é Capitão Pantoja. A citação em destaque logo abaixo é uma conversa entre o juiz Maciel, Capitão Pantoja, Itapecuru e Brederodes, os “representantes da lei e da ordem” que realizavam uma visita de inspeção aos colonos da família Kraus, onde Maria trabalhava até engravidar.

Os senhores podem querer entregar pátria ao estrangeiro, podem vendê-la, mas enquanto houver um mulato que ame este Brasil, que é seu, as coisas não vão tão simples, meus doutores. E o pardo cerrou os punhos, rangeu os dentes, estampando-se lhe na cara um sorriso tenebroso (ARANHA, 2003, p. 95-96).

Em finais do século XIX e início do século XX, uma figura despontou de forma central na discussão referente à nacionalidade brasileira: o mestiço. Este, também denominado genericamente de mulato ou pardo, foi em determinadas formas discursivas (na política e na ciência) carregado de negatividade reforçado pelas teorias e relatos dos viajantes estrangeiros. Posteriormente, foi sendo positivado por intérpretes brasileiros. Muitas foram as polêmicas que cercavam o tema até os anos 1930 com Franz Boas (2004) (que no discurso sobre o progresso desconstrói as teorias racistas) e seu discípulo brasileiro Gilberto Freyre (1999), cuja obra causou grande impacto no Brasil. *Casa Grande & Senzala*, considerado por Ortiz (1994) como forjador de uma carteira de identidade nacional, definiu a sociedade brasileira como híbrida e mestiça, assim como considerou a junção de diversas culturas na formação do brasileiro algo apreciável. Foi também obra pioneira na representação do negro como agente importante e ativo na formação cultural e econômica do Brasil.

Freyre (1999), apesar do trabalho inovador no uso de fontes não convencionais como também em esboçar uma história social da família, foi um homem fruto de seu tempo. Não fora um homem de letras do tipo clássico como Euclides, Nina Rodrigues ou Graça Aranha, aquele que agregava diversas funções; fazia parte de outro tipo de intelectual, o pesquisador, mergulhado em arquivos, mais especializado em uma área. Sua obra magna, além da notória influência de Boas, possui muito de Manoel Bomfim (2005), porém sem as incursões spencerianas, afastando-se do paradigma das ciências da natureza. Freyre (1999) escreve em um período particularmente fértil para a sociologização da história (P. Ariès, Escola dos Annales, F. Braudel), a historicização da sociologia (Halbwachs escreveu *A Memória*

Coletiva dando historicidade ao conceito de memória, Norbert Elias escreveu *Sociedade de Corte* nos anos 1930, embora apenas tenha podido publicá-lo em 1969, e Franz Boas, com sua abordagem culturalista, afastou a antropologia da craniometria e do cientificismo).

De Sílvio Romero, o primeiro a trabalhar seriamente (embora equivocadamente) o conceito de raça, até a positividade mestiça de Freyre houve uma extensa caminhada, um processo de construção/desconstrução ideológica. Após a Independência, ficou patente a necessidade de se criar um ideário de nação, algo que unificasse como povo habitantes de tão vasto território e composto por culturas (à época entendidas como raças) diferentes. Esse papel de engendrar uma identidade nacional foi atribuído por excelência aos “homens de letras”, bacharéis, médicos, diplomatas, literatos. Ciência e literatura dialogavam com frequência no período. O pensamento cientificista da época se apresentou como tal invocando o rótulo do positivismo e adaptando-o ao sabor dos interesses locais (CRUZ COSTA, 1991). Se o positivismo no país não foi exatamente fiel às orientações originais, foi bem-sucedido na tarefa de produzir símbolos nacionais (MURILO DE CARVALHO, 2012). Símbolos que permeariam um imaginário comum: a bandeira, o mártir Tiradentes, a imagem da república como vetor para o progresso. A literatura contribuiu substancialmente na incorporação de um símbolo: o do índio como autêntico herói nacional.

Eram comuns os ataques de viajantes e cientistas estrangeiros à miscigenação. Autores como Buffon e De Pauw atribuíram um caráter inato inferior ao nativo americano e punham dúvidas acerca do futuro do continente americano. O primeiro defendia uma infantilidade do continente; o segundo, mais radical, falava em termos de degeneração do continente americano. O naturalista francês G. L.L. Buffon (1707-88) buscou na natureza elementos que indicassem uma debilidade biológico/ecológica do continente: o porte pequeno dos animais, a população pouco numerosa e até mesmo a pouca quantidade de pelos serviam de indícios que “confirmariam” sua tese. Cornelius de Pauw era jurista e partia da composição orgânica para explicar a “degenerescência

das espécies inferiores”. Os americanos, para este autor, diferentemente do que pensava Buffon, não seriam “crianças a se desenvolverem”; eram naturalmente imperfeitos, impossível de serem aprimorados como espécie (SCHWARCZ, 1993). Em *Canaã*, a personagem Lentz reproduz o discurso evolucionista:

- Mas o que se tem feito é quase nada, e ainda assim é o esforço do europeu. O homem brasileiro não é um fator do progresso: é um híbrido. E a civilização não se fará jamais nas raças inferiores. Vê, a história... (ARANHA, 2003, p. 27)⁴⁴.

Mais adiante no romance, a personagem Maciel, juiz, tenta explicar o porquê de o país em que vive não ser, em sua opinião, uma nação. Para isso, segue o caminho do evolucionismo acreditando que as “raças” humanas são diferenciadas naturalmente.

“Vê, meu amigo. É fatal, disse Maciel negligentemente; não há salvação possível para o nosso caso, é uma incapacidade para a civilização...” (ARANHA, 2003, p.147).

A passagem citada apresenta o pessimismo sobre um país, cujas elites desejam ingressar “numa parábola ascendente do que consideravam os rumos do progresso”, imitando seu modelo e objeto de desejo: a civilização francesa. Mas se deparavam com o problema de que o modelo de sociedade que intencionavam copiar não era compatível com um país que ainda não se identificava como nação.

⁴⁴ Parte do capítulo II de *Canaã*, todo ele composto por um diálogo entre Milkau e Lentz.

Cena em que Paulo Maciel, juiz, é procurando por Milkau, que intercede por Maria Perutz.

- Maciel: O povo brasileiro foi por longos anos apenas uma expressão nominal de um conjunto de raças e castas separadas. E isso se manteria assim por muitos séculos, se a forte e imperiosa sensualidade dos conquistadores não se encarregasse de demolir os muros da separação, e não formassem essa raça intermediária de mestiços e mulatos, que é o laço, a liga nacional, e que, aumentando a cada dia, foi ganhando os pontos de defesa dos seus opressores... E quando o exército deixou de ser uma casta de brancos e passou a ser dominado por mestiços, a revolta não foi mais do que a desforra dos oprimidos, [...] Era preciso esse choque do inconsciente para se fazer o que se buscava desde séculos por outros meios: a nacionalidade (ARANHA, 2003, p. 146).

A questão da nacionalidade era um enigma, cuja resolução passou pela aceitação do mulato e da “boa mestiçagem”; esta seria a mistura das raças, onde os brancos arianos ajudariam a diminuir a porcentagem de sangue negro no brasileiro e, ao longo de algumas gerações, o país seria mulato claro, quiçá branco (SCHWARCZ, 1993).

Continuação da cena anterior⁴⁵:

A crise da cultura aqui é motivada pela divergência dos estados de civilização das várias classes do povo. [...] Não há raças capazes ou incapazes de civilização, toda a trama da História é um processo de fusão: só as raças estacionadas, isto é, as que não se fundem com outras, sejam brancas ou negras, se mantêm no estado selvagem. Se não tivesse havido a fatal mistura dos povos mais adiantados com populações atrasadas,

⁴⁵ Cena em que Paulo Maciel, juiz, é procurado por Milkau, que intercede por Maria Perutz.

a civilização não teria caminhado no mundo. E no Brasil, fique certo, a cultura se fará regularmente sobre esse mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora. Nada mais pode embaraçar o seu vôo, nem a cor da pele, nem a aspereza do cabelo. *E no futuro remoto, a época dos mulatos passará, para voltar a idade dos novos brancos vindos da recente invasão aceitando com reconhecimento o patrimônio dos seus predecessores mestiços, que terão edificado alguma coisa, porque nada passa inutilmente na terra...* (ARANHA, 2003, p.147, grifo nosso).

Se era verdade que estrangeiros condenavam a miscigenação, esta foi para os interpretes brasileiros a amálgama nacional. Nos trabalhos de Romero embasados no naturalismo evolucionista inspirado em Haeckel, Spencer e Darwin, adaptou-se estes ao conceito de raça, no qual focava o que ele denominava ‘critério etnográfico’. O referido autor foi contraditório em sua postura com relação ao mestiço: por um lado, entendia-o como o cruzamento com raças inferiores, mas considerava-o “a solução possível”. Para Romero, o mestiço seria a chave da sobrevivência das espécies em luta, mais adaptado ao ambiente dos trópicos, sendo essa sua leitura darwinista. Acreditava no recurso da hibridação racial seguindo a lógica do quanto maior a mistura, o contato com as “raças superiores”, melhor. Polêmico, adotava duas teorias inconciliáveis: a poligenia e o darwinismo. Poligenista quando defendia a existência de raças diferentes e darwinista aceitando a seleção natural; tal incoerência levou sua teoria a ser escarnecida como arianismo de conveniência, o que se assemelha ao excerto abaixo:

Cenário da fala: Idem.

JUIZ MACIEL: Era preciso formar-se do conflito de nossas espécies humanas um tipo de mestiço, que se conformando melhor com a natureza, com o ambiente físico, e sendo expressão das qualidades médias de todos, fosse o vencedor e eliminasse os extremos geradores (ARANHA, 2003, p. 146).

A personagem juiz Maciel mostra a confusão teórica que se tinha a respeito do conceito de raça e de como se aglomeravam em uma mesma sentença a poligenia (*nossas espécies humanas*) e darwinismo (*conformando melhor com a natureza, com o ambiente físico, e sendo expressão das qualidades médias de todos, fosse o vencedor e eliminasse os extremos geradores*) que faz referência à luta das espécies, melhor adaptação ao meio e à seleção natural.

Uma vez que a pluralidade racial era inegável, buscou-se a “boa mestiçagem”, pois esta se adaptava melhor aos interesses das elites sobre as quais pesava a sombra da dúvida concernente à origem racial, mesmo entre as famílias mais abastadas. Schwarcz (1993) nos concede um exemplo do que seria essa mestiçagem redentora: “Mas a sciencia que proclama que a natureza fez os homens diferentes, deve ella mesma atenua-la pela cooperação dos fracos pelos fortes. Eis aí uma boa evolução” (RAFDR, 1918,p. 116 apud SCHWARCZ,1993,p.170.). É nesse contexto que a mestiçagem vai ganhando aos poucos uma caracterização positiva. Na obra literária que analisamos, temos no Juiz Maciel o confuso portador dessa ideologia:

Cenário da fala: ibidem:

Todos os nacionais que ali dominavam saíam fatalmente do núcleo da fusão das raças, enquanto aquele jovem de uma inteligência mais fina, de uma sensibilidade maior e mais distinta, era aniquilado, vencido pelos outros. Tinha razão? Faltava-lhe a gota de sangue negro para que tudo nele se equilibrasse? [...] Os que tendem a nos governar, e que nos governam com melhor aceitação e êxito, são desse mesmo tipo de mulatos. O Brasil é enfim, deles [...] Não há dúvida... se eu tivesse algumas gotas de sangue africano, com certeza não estaria aqui a me lamentar... O equilíbrio com o país seria então definitivo. [...] Por que não nasci mulato? (ARANHA, 2003, p. 146).

O texto acima lembra a célebre frase de Sílvio Romero: “Este país será um dia, verdadeiro país mulato. O primeiro imperador foi deposto porque não nato, o segundo há de sê-lo porque não é mulato” (ROMERO, 1895,p. XXXIX).

Dado que a questão racial foi sendo amplamente discutida na sociedade brasileira do oitocentos, veio à baila o tema da imigração, sendo esta apontada como “solução” para dois “males”: a questão da mão de obra que se perderia com o fim da escravidão e a questão do “melhoramento” da raça. O país incentivou a vinda de estrangeiros para o Brasil, sobretudo europeus, (o que veremos mais detalhadamente no capítulo cinco). Nesse estudo, foca-se na imigração alemã que é do que trata *Canaã*. No referido romance, os imigrantes alemães Milkal e Lentz vão para a cidade de Porto Cachoeiro, no estado do Espírito Santo, em busca de uma nova oportunidade de vida: terra para plantar, fazer fortuna. Cada um dos personagens defende uma postura diversa. Para Milkal, uma raça não é superiora as demais e crê na convivência pacífica e produtiva entre elas; Lentz defende que os nativos brasileiros estão em um estágio inferior de civilização, o que lhes seria inerente à debilidade da raça. Para ele, apesar da abundância de terra, água e clima favoráveis, os brasileiros vivem em miséria porque são preguiçosos e indisciplinados (qualidades inatas), e que os negros seriam incapazes de “cuidar de si mesmos”, precisando que o homem branco os domine e civilize para seu próprio bem.

Os protagonistas Milkal e Lentz são personagens que poderiam ser encontrados na estrutura social da época em que Graça escreveu *Canaã*. Representam ambos posicionamentos sociais.

Milkau- Quando a humanidade partiu do silencio da floresta para o tumulto das cidades, veio decrescendo uma longa parábola da escravidão à maior liberdade. Todo o alvo humano é o aumento da solidariedade, é a ligação do homem ao homem, diminuídas as causas da separação. No princípio, era a força, no fim será o amor.

Lentz- Não, Milkau, a força é eterna e não desaparecerá; cada dia ela subjugará o escravo. Essa civilização, que é sonho da

democracia, da fraternidade, é uma triste negação de toda arte, de toda liberdade e da própria vida. O homem deve ser forte e querer viver, aquele que um dia atinge a consciência de sua personalidade, que se entrega a uma livre expansão de seus desejos, aquele que na opulência de uma poesia mágica cria para si um mundo e o goza, aquele que faz tremer o solo, [...] para conduzir como chefe, como pastor, o rebanho. Que importa a solidariedade e o amor? Viver a vida na igualdade é apodrecer num charco...(ARANHA, 2003,p.28).⁴⁶

O diálogo acima é revelador de um debate que foi travado por diferentes vozes que certamente representavam segmentos, ou posicionamentos sociais. O pensamento de Milkau em alguns momentos assemelha-se ao durkheimiano; a ordem viria pela cooperação entre os diversos setores sociais, cada qual desempenhando sua função para o bem maior da sociedade. Lentz expressa, em alguns momentos, o ideário do super-homem nietzschiano, que acredita que a força é expressão da vontade do forte, do mais preparado. A personagem faz referência a termos adotados em *Para Além do Bem e do Mal*: como a moral do escravo que tenta através da caridade e da solidariedade subjugar o forte, espírito de rebanho, a força como vontade de potência.

Aliado às interpretações que depreciavam a miscigenação e a participação do negro na sociedade brasileira, havia o mito da superioridade da “raça” ariana. Alguns pensadores combinaram esse pensamento com o ideário do super-homem de Nietzsche. Para esse filósofo alemão, a moral é o escudo dos fracos que, por meio desta, limitam as ações dos fortes. O pensador alemão percebia no homem europeu esse ser mais preparado para guiar a humanidade, pois seria mais forte, mais inteligente, “mais evoluído”. O “bem” seria o fruto da vontade de potência, o ato do forte; o “mal” seria advindo da fraqueza, das limitações. “A moral é hoje na Europa uma moral de animal de rebanho” (NIETZSCHE, 2002, p. 116). O espírito de rebanho não seria livre; era preciso ser livre e forte para subverter essa moral repressiva dos fracos e

⁴⁶ O contexto da fala é o passeio de Milkau e Lentz. Parte do capítulo II de *Canaã*, o qual é inteiramente um diálogo entre os dois imigrantes.

assim criar uma nova norma de vida, e aquele que pensa por si mesmo chegaria a uma moral superior. Tal filosofia consta em *Para Além do Bem e do Mal*, publicado em 1886. Essa filosofia parece motivar o personagem graciano Lentz, que adota uma perspectiva evolucionista.

A filosofia da moral de Nietzsche, embora tenha criticado a sociedade de seu tempo e negado seu modo de vida, muito tinha do código de conduta da época do Kaiser. Na Alemanha do início de século XIX, o estrato social mais favorecido era a elite guerreira, composta não apenas por militares, mas também por civis, os quais, por sua origem social e por sua força física, tinham o privilégio de resolver seus problemas por meio do uso da força. Este estilo de vida era regulado pelo *satisfaktionsfähigkeit* (o código de conduta guerreiro). A burguesia, por sua vez, possuía primazia nas artes e *Kultur*, mas não participava do poder politicamente. Posteriormente, ao longo do século, o código de conduta burguês, que era mais diplomático e pacifista foi se opondo ao código guerreiro. O código de conduta burguês é, em outras palavras, a moral dos fracos para Nietzsche: um conjunto de normas que visa proteger o mais fraco fisicamente. A moral dos fortes, a vontade de potência e o super-homem do filósofo alemão levam às últimas consequências o velho *satisfaktionsfähigkeit*. Norbert Elias (1997) alerta que o código guerreiro apresenta uma não identificação com o outro, entendendo-se por extratos sociais inferiores os menos formalizados, “os fracos”.

Com a análise que Elias (1997) realiza de Nietzsche poderíamos refletir igualmente acerca da estigmatização⁴⁷ dos nordestinos, ainda considerados para muitos, especialmente do sudeste, como uma sub-raça, como incapazes de governarem a si mesmos. Sobre esse narcisismo concentrado, voltado contra as pequenas diferenças, das quais falava Freud e que Norbert Elias de

⁴⁷ Para esse autor GOFFMAN, “um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988, p.13). Um estigma diferencia o sujeito de forma negativa, o estigmatizado assim é identificado na medida em que se afasta do padrão socialmente desejável. “Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande” (GOFFMAN, 1988, p.12).

certa forma trouxe para seu estudo, em co-autoria com Scotson, *Estabelecidos e Outsiders*, talvez apontem um caminho. Nesta obra, pessoas com a mesma situação financeira, a habitar na mesma região, discriminavam pesadamente outros indivíduos tendo como parâmetro uma variável, a antiguidade; pessoas com residência recente eram reputadas de forma inferior, ao passo que outros que moravam há mais tempo, gozavam de *status* favorável. Ou seja, em tempos de homogeneização, a diferença, o desejo de considerar diferente no sentido de superior, pode criar abismos entre as pessoas.

Na configuração *estabelecidos e outsiders*, entendida aqui como modelo teórico-analítico, ocorreu uma inversão no caso brasileiro: os mais antigos a residirem no país, os nativos, a população negra pós-escravidão é que foi estigmatizada em detrimento da população mais recente (imigrante europeia). De modo que o estigma social se deu em virtude de uma associação do negro ao papel de escravo e, posteriormente, de pobre. A isso se somou o racismo científico, pois o pobre branco possuía vantagens as quais não dispunha o pobre negro.

Uma questão que *Canaã* traz é: quem é o brasileiro? Essa pergunta é central em *Canaã*. Livro de 1902, expressa as agruras do fim do século XIX e que perdurariam até os anos trinta quando Gilberto Freyre, de certo modo, forjou uma “carteira de identidade” nacional, com sua obra magna *Casa Grande & Senzala*, ao afirmar que a sociedade brasileira é híbrida. Seu grande feito não residem apenas na substituição do termo raça pelo de cultura; foi também por conceder ao negro um lugar de destaque como força econômica e cultural da sociedade brasileira. *Casa-Grande & Senzala* tornou-se um clássico, conhecido internacionalmente, estudado por destacados intelectuais como o historiador Peter Burke e Stuart Hall. É uma obra que deve ser lida com a historicidade que lhe é inerente; Gilberto Freyre, aristocrático, nascido e criado na Casa-Grande, sensibilizou com a senzala, atribuindo-lhe importância que ela jamais possuiu antes da obra citada.

Freyre não avançou a ponto de pensar a questão étnica de forma emancipadora, mas tenhamos em vista que a obra foi escrita por alguém que

integrava uma sociedade, cuja naturalização das diferenças sociais era um traço inequívoco de sua constituição. Se, em alguns relatos estrangeiros, correspondentes se chocavam com a barbárie da escravidão, e Freyre parece menos indignado ao relatar a escravidão como única forma possível de se instaurar o regime capitalista, de produção em larga escala, porque a população livre era muito pequena para a dimensão física do país, percebe-se que se trata de avaliação de um brasileiro de família tradicional, para quem a situação foi de certa forma amenizada pelo costume.

O próprio Freyre, a princípio, percebeu os mestiços como “caricaturas de homens” (FREYRE apud BENZAQUEN, 1994, p. 27). Sua perspectiva mudou a partir do contato com as teorias de Franz Boas, passando a revelar que “o negro e o mulato no seu justo valor - separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural” (FREYRE apud BENZAQUEN, 1994, p. 27). Neste capítulo, observamos que o negro foi a grande esfinge no início do século. Muito se discutiu na ciência e na literatura graciana se ele seria a redenção ou a perdição da nação. Em *Canaã*, o autor apresenta diversos personagens, estando cada um defendendo um ponto de vista: para o juiz Maciel, o futuro seria do mulato; para Lentz, o homem branco e capaz dominaria o brasileiro remanescente das “raças selvagens”; para Milkau, o resultado deveria ser uma fusão de raças, do ponto de vista biológico e cultural.

Percebemos que para melhor compreender os discursos presentes em *Canaã* é preciso não apenas produzir uma leitura de elementos internos, mas buscar também o contexto histórico e as ideologias em disputa que foram materializadas por meio do romance, o qual não se pretende como uma obra de arte pura. A seguir, adentraremos na questão da imigração estrangeira para o país, mais especificamente dos germânicos.

7 AS ESPERANÇAS DE MILKAU E LENTZ: A IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O BRASIL

7.1 Fatores históricos para a imigração no Brasil

“Para mim é indiferente que o país fosse entregue aos estrangeiros que soubessem apreciá-lo mais do que nós. Não pensa assim, Dr. Itapecuru?”

(Graça Aranha, *Canaã*, p. 95).

O trecho acima é parte da conversa entre magistrados, os quais têm dúvidas sobre como ficará o Brasil após passar por um processo de intensos fluxos de imigração. Segue uma explanação concernente ao referido fenômeno, e de que forma *Canaã*, de Graça Aranha, representa-o.

A historiadora Emília Viotti da Costa (1998) nos conta que o brado em defesa da emancipação dos escravos trazia consigo o questionamento acerca de como iriam (as classes senhoriais) suprir a demanda de braços para a lavoura, uma vez que esses eram até então, dependentes do trabalho escravo. A resposta para esse problema esteve historicamente relacionada à imigração estrangeira.

A história da imigração estrangeira data do período de D. João VI, que trouxe suíços, açorianos e alemães, tendo em vista o aumento da população da colônia. Manuel Diegues Júnior (1964) sustenta que as primeiras correntes imigratórias para o Brasil se iniciaram no ano de 1808 quando da abertura dos portos no dia 28 de janeiro do referido ano. Não que inexistisse até essa data

estrangeiros no país, mas sua chegada era irregular, insipiente, não chegavam a constituir um projeto de colonização (DIEGUES JÚNIOR, 1964). O experimento não foi bem sucedido, pois os referidos imigrantes acabaram por gerar mais prejuízos do que lucros; isso porque cobravam recursos para as fazendas ao invés de estarem “comprometidos” com a política de povoamento (VIOTTI DA COSTA, 1998).

Posteriormente, em 1827, o Império propôs o sistema de parcerias com os colonos, o qual encontrou forte resistência dos fazendeiros. Foi o caso de Nicolau de Campos Vergueiro, senador e por mais de uma vez, ministro. O político e dono de terras havia sido o primeiro a implantar, a título de experiência, o sistema de parceria em São Paulo, empreendimento do qual se arrependeu profundamente. O motivo do desaconselhamento de implementação do sistema por parte do governo foi o temor pela disputa com os estrangeiros pelas terras férteis e bem localizadas. “Aos colonos restavam apenas lugares distantes no sertão ou terras esgotadas e estéreis” (VIOTTI DA COSTA, 1998, p.110). Ou seja, espaços que não interessavam aos fazendeiros. Ademais, a colonização estrangeira parecia-lhe um projeto demasiado dispendioso para o governo, pois este ficava comprometido em gerar condições de trabalho e vida adequados aos colonos, construindo estradas, habitações e até mesmo de prover-lhes sustento até que os mesmos pudessem arcar com tais custos por meio do trabalho.

O núcleo político opositor à imigração era composto por donos de terras que temiam a concorrência do estrangeiro colono, ou seja, dono de terra. O europeu enquanto trabalhador, elemento “civilizador” e branqueador da população eram desejáveis. Viotti (1998) indica que apesar da oposição, a política imperial chegou a estimular a criação de colônias, possibilitando aos estrangeiros europeus acesso à terra. As primeiras colônias foram no Espírito Santo (local onde *Canaã* é ambientado), Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quanto à situação dos primeiros colonos no império, temos o seguinte relato:

Encaminhados para zonas de difícil acesso, solos maus, ou cobertos de florestas, longe dos mercados consumidores, os colonos acabaram, na sua maioria, por debandar, abandonando seus lotes depois de terem, inutilmente, tentado enfrentar as numerosas dificuldades que se lhe deparavam. Outros deixaram-se fixar abandonando-se a um ritmo de vida comparável aos das populações nativas (VIOTTI DA COSTA, 1998,p.111).

O relato historiográfico aproxima-se da descrição graciana de *Canaã*. Milkau vai primeiro a Minas Gerais, percebendo que não encontrará abrigo e trabalho se encaminha para o interior do Espírito Santo, área até então menos cobiçada. O trecho “abandonando-se a um ritmo de vida comparável aos das populações nativas” encontra uma expressão literária um tanto fidedigna na cena em que Milkau se compadece de um patrício seu que passados anos de sofrimento na lida sob um sol forte e condições de pobreza, acaba sendo comparado aos nativos mestiços, cujo desânimo moral e decadência física em “nada lembram sua raça de origem”.

No tocante à imigração estrangeira, é preciso prestar os seguintes esclarecimentos: quando nos referimos aos imigrantes estrangeiros estamos tratando dos europeus, uma vez que estes eram os “alvos” do planejamento governamental. Apesar dos esforços mobilizados pelo imperador, a imigração espontânea raramente ocorria no Brasil. Além do clima, muito diferente do encontrado em boa parte da Europa, corriam os rumores acerca dos maus-tratos infligidos por fazendeiros. Os fazendeiros, por sua vez, queixavam-se da “má qualidade dos colonos” que aportavam por essas terras. Acostumados com o trato com os escravos, achavam frequentemente os colonos “cheios de vontade e direitos” e, comparados com os escravos, eram classificados como “pouco afeitos ao trabalho”. A esse respeito, o deputado Casimiro de Macedo proferiu à Assembleia Legislativa Provincial o seguinte discurso:

[...] a lavoura do país, em vez de adquirir braços apropriados para os serviços agrícolas, tem feito aquisição do ‘rebotelho das populações’ da Suíça e da Alemanha. Réus da polícia, homens de maus costumes, homens que ainda há pouco

tempo habitavam as galés daqueles países tem sido importados para o nosso a título de colonos, e que nós os temos visto abandonarem os proprietários para irem estabelecer-se com pequenas tabernas ao longo das estradas. Não é desta colonização que o país precisa (VIOTTI DA COSTA, 1998, p. 132).

Emília Viotti (1998), lançando mão de numerosas fontes primárias e vasta documentação histórica, revela o “outro lado” do trabalhador imigrante europeu. Ficou no imaginário social brasileiro a ideia de que o europeu seria “naturalmente” afeito ao trabalho, operário capaz, camponês de notável disciplina e destreza; tudo isso em comparação ao mestiço e ao negro trabalhador livre, os ditos preguiçosos e desorganizados. Porém, a ampla documentação analisada por Viotti (1998), expõe um outro quadro: o de que a maioria dos fazendeiros estava insatisfeita com os trabalhadores estrangeiros, inclusive os germânicos. A esses homens foram atribuídos os mesmos qualificadores utilizados posteriormente para denegrir e ofender o negro, o índio e o mestiço. Em 1859, o delegado de polícia Matias Antonio da Fonseca, em relatório, escreveu que os colonos no período eram “gente viciada e pouco dada ao trabalho”.

Para o senhor dono de terras, acostumado ao trato hostil com o escravo, a quem não se reservava direitos básicos, a relação com os imigrantes era tensa, pois esses não aceitavam serem tratados da mesma forma que cativos; isso os movia a denegrir os trabalhadores europeus. Os elogios abundavam quando o assunto dizia respeito ao cultivo de suas próprias terras (VIOTTI DA COSTA, 1998).

Diegues Júnior (1964) estabelece grandes períodos para a imigração no país: em 1808 a 1850, não muito bem realizada, pouco frequente e sofria com a concorrência do escravo; no período de 1850 a 1888, avançou-se, tendo em vista o declínio da escravidão e a abolição propriamente dita. Todavia, as correntes migratórias só se intensificaram após a abolição da escravatura, uma vez que uma era o antípoda das outras.

Além da abertura dos portos, que possibilitou as relações comerciais com estrangeiros, e com isso o intercâmbio cultural, outro fator foi vital para o fomento da imigração: trata-se do Decreto de 25 de novembro de 1808, que concede ao estrangeiro o direito de possuir terras no Brasil. Outrora, tal prerrogativa era permitida apenas ao brasileiro e ao português. O decreto dispõe:

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta nesse Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedam aos meus vassalos, sem embargo de quaisquer leis ou disposições ao contrário (DECRETO REAL apud DIEGUES JÚNIOR, 1964, p. 28-29).

O documento acima estimulou a chegada de agricultores movidos pelo desejo de cultivar em uma terra que seria sua e, colaborando para tal intento, durante o reinado de Dom João VI, a considerável disponibilidade de terras, diferentemente do contingente populacional. Além de terras, o governo imperial subsidiou muitos imigrantes prestando-lhes auxílio financeiro em seus primeiros anos, situação que perdurou até 1830. Com a falta desse incentivo, as levadas migratórias declinaram, o que se passou também devido aos conflitos internos como a Guerra dos Farrapos que afetou a área mais visada pela imigração (DIEGUES JÚNIOR, 1964).

Em um primeiro instante, a imigração estrangeira tinha por objetivo atrair um contingente populacional para a nova colônia portuguesa de dimensões continentais. No decurso do período imperial, o desiderato era o de branquear e “civilizar” o país. Sívio Romero argumentava que somente os estrangeiros de raça branca poderiam exercer o papel salvador da nação, e que a imigração desses tipos humanos seria o remédio contra o atraso. Assinala a preocupação com o fato de a região Sul ser privilegiada em termos de fluxo de imigração germânica ao passo que a região norte (entenda-se com isso Norte e

Nordeste), a mais necessitada de tais agentes, quase não os tinha, ficando assim cada vez mais retrógrada e que isso acabaria por criar “dois brasis”. O que talvez Romero não soubesse é que não foi por ausência de tentativa do governo que os europeus não se fixaram no norte/nordeste:

A essa época, fracassaram tentativas de imigração e colonização em Pernambuco e Bahia, ambas com alemães, ali em Catucá, e aqui em Ilhéus. Também na Bahia se experimentou a introdução de irlandeses. Estabeleceram-se 222 elementos dessa naturalidade na colônia de Januária. Esses irlandeses haviam prestado serviços militares no Brasil e, apesar dos fartos auxílios oficiais, em ferramentas, rações diárias e grandes despesas invertidas, o resultado foi nulo. Posteriormente, nova tentativa de colonização alemã ainda na Bahia não deu resultado, salvando-se apenas algumas iniciativas de caráter individual (DIEGUES JÚNIOR, 1964, p.31).

Aparentemente, a linha de pensamento de Sílvio Romero era compartilhada, algo comum. Observe-se que o texto acima faz menção a duas tentativas só na Bahia de se fazer permanecer no estado imigrantes europeus, brancos. Pernambuco um polo importante de produção agrícola, foi igualmente rejeitado pelos europeus, mesmo com auxílios financeiros e maior assistência por parte do governo. A preferência se dava em função do clima (DIEGUES JÚNIOR, 1964).

Um elemento fundamental no fomento da fixação do estrangeiro no país foram as leis de naturalização. A primeira, de caráter mais geral foi a de 23 de outubro de 1832, a qual concedia cidadania brasileira nas seguintes condições: A maioridade de 21 anos; possuir direitos civis, salvo em caso de tê-los perdido por motivos de perseguição política; declarar na Câmara sua intenção de residir no Brasil, bem como informar qual sua religião. Após a referida declaração, era necessário ter residido no país por tempo superior a quatro anos; ser possuidor de algum bem ou comprovar ser capaz de viver à custa de “trabalho honesto”. A mesma lei estabelece possibilidade de naturalização do

descendente do europeu que tenha sido devidamente naturalizado. A lei de terras de 18 de setembro de 1850 tornou mais simples o processo de naturalização, bastando ao estrangeiro comprovar ser capaz de se sustentar ou exercer trabalho nas indústrias (DIEGUES JÚNIOR, 1964).

O segundo período próspero foi o de 1850 a 1888. No início, ganhou o impulso da proibição do tráfico negreiro, o que, por sua vez, encareceu o valor econômico do escravo e estimulou a contratação de trabalhadores livres, especialmente, brancos. Aliado a isso, emergiu a Lei n 514 de 28 de outubro de 1848, a qual destina uma despesa para concessão de terras devolutas para a colonização, podendo cada colono dispor de seis léguas, e ainda fazia-se a exigência de que não houvesse escravos trabalhando em tais terras. Observemos que o europeu recebeu nos dois primeiros grandes períodos de colonização boa vontade, terras, dinheiro, ao passo que, ao negro liberto, não coube qualquer vantagem ou compensação, deixando-o à própria sorte, o que explica muito sobre o fato de a desigualdade no Brasil está expressa nas cores da pele (DIEGUES JÚNIOR, 1964).

O início do governo de Marechal Deodoro da Fonseca é apontado como incentivador da imigração, destacando-se o Decreto n 528 de 28 de junho 1890⁴⁸, o primeiro da república e se voltar para o tema. Trata-se de um programa de fomento à imigração estrangeira, voltado para a cooptação de mão de obra (são aceitos apenas sujeitos aptos ao trabalho, sem ficha criminal e não são tolerados mendigos) e para o povoamento. Ao final do mesmo ano, surge outro decreto que acabaria por arrefecer o fluxo imigratório, o de nº 1.187, o qual estipula que novos contratos poderão ser feitos apenas se autorizados pelo Congresso (DIEGUES JÚNIOR, 1964). O serviço imigratório foi sendo descentralizado. Assim, os administradores de cada estado envolvidos passaram a fazê-lo conforme seus interesses. A partir do momento em que os presidentes foram se desiludindo com a colonização, esta foi sendo relegada a segundo plano pelo governo federal; as consequências diretas foram a redução de verbas no orçamento destinadas à imigração e a extinção

⁴⁸ Ver o decreto na íntegra no anexo 4.

da Inspetoria de Terras e Colonização em 1897. Em 1902, ano da publicação de *Canaã*, o governo abandonou o financiamento da imigração. Ou seja, Graça Aranha acompanhou esse momento desde a tentativa de fazer do europeu a nova argamassa para a geração de um novo brasileiro, seja culturalmente (o agente civilizador), seja geneticamente (“raça pura”/branqueamento) (DIEGUES JÚNIOR, 1964). A desistência do governo é exposta por Diegues (1964) em *Imigração, urbanização e industrialização*, mas ele não arrisca uma explicação para tal fenômeno; já Viotti da Costa o faz, indicando a pressão dos fazendeiros brasileiros, os quais estavam mais comprometidos com seus lucros pessoais do que com o projeto nacional mais amplo.

No final do século XIX, a situação do Brasil apresentava o seguinte dilema: libertar ou não os escravos? Se, por um lado, crescia a condenação da barbárie da escravidão, mormente o movimento abolicionista e a atuação de Joaquim Nabuco; por outro lado, havia o problema prático da mão de obra. É curioso observar que a imigração europeia buscava substituir paulatinamente o escravo e, ao mesmo tempo, branquear/civilizar a nação. Tal pensamento estava ancorado na correlação: gente branca, gente nobre. Como se o aspecto biológico, a cor e o sangue fossem responsáveis por uma transformação cultural e social. Porém, os fazendeiros não conseguiram com os europeus os mesmo ganhos obtidos com os escravos, e os colonos, por sua vez, sentiam-se ultrajados, ludibriados com a promessa de terras e fartura e consideravam-se escravizados. Essa tensão dificultou a transição para o trabalho livre valorizando economicamente o escravo (VIOTTI DA COSTA, 1998).

A situação viria a melhorar por volta de 1870 devido a alguns fatores econômicos como a elevação do preço do café no exterior, a melhoria dos transportes e a industrialização que já estava em curso na metade do século. Foi em 1870 que o jornal *Diário de São Paulo* versava sobre o novo cenário mais propício para a imigração e ressalta o constrangimento de ser a última nação a livrar-se da mancha da escravidão: “[...] todos os países civilizados tinham abolido a escravidão e com auxílio do governo, a imigração seria bem-sucedida” (VIOTTI DA COSTA, 1998, p.233).

Depois desse panorama da imigração para o Brasil, segue uma exposição do caso particular, a que se refere mais especificamente à obra *Canaã*.

Figura 8 - Imigrantes agricultores



Fonte: Coleção digital do Museu da Imigração do estado de São Paulo (2014)

7.2. Os germânicos

Em 1791, a revolta ocorrida no Haiti que libertou o país do jugo francês, conduzida por escravos teria levado certo temor às elites brasileiras de que o mesmo fenômeno ocorresse por aqui. Aliado a esse fator, havia as pressões externas que clamavam pelo fim da escravidão com vistas a formar um “mercado” consumidor de excedentes da Europa. Esses dois fatores foram primordiais para a promoção de uma política de imigração no Brasil. Como dito anteriormente, não se buscava qualquer imigrante, conforme as teorias racistas e colonizadoras; desejava-se o europeu, preferencialmente, o nórdico (TRESPACH, 2014).

A questão da imigração europeia para o Brasil possuía uma dupla função: substituir a mão de obra escrava e “branquear” o país. Não bastava ser trabalhador e disciplinado, era preciso ser branco. Tal foi o motivo pelo qual os chineses foram rechaçados, por serem considerados de “sangue velho”, o que não seria interessante para o objetivo de “aprimorar eugenicamente o país. Tal pensamento coadunava-se com as teorias deterministas que justificavam o desenvolvimento econômico e tecnológico europeu por meio do clima e da raça. Ou seja, a ciência de antanho serviu para justificar o imperialismo e o colonialismo (SKIDMORE, 2012).

Em 1818, vieram aproximadamente dois mil suíços, alguns dos quais falavam o alemão, e fundaram a colônia de Nova Friburgo, ainda com Dom João VI. A primeira colônia alemã brasileira instalou-se na Bahia em 1816, próximo a Ilhéus. Pouco depois, formou-se uma colônia alemã e suíça denominada Leopoldina. Tais colônias tornaram-se posteriormente fazendas, em 1860 (TRESPACH, 2014). Percebemos que suíços e alemães se relacionavam proximamente em terras brasileiras, especialmente por, em alguns casos, compartilharem elementos culturais comuns e, não raro, a língua. Entre os brasileiros, por vezes confundia-se suíços com alemães.

A política de imigração germânica foi se tornando de tal relevância que ficou a cargo de José Bonifácio em 1822. Este ocupava o Ministério do Reino e dos Negócios Estrangeiros e tinha por missão trazer braços para a lavoura e soldados para um temido possível embate durante a declaração de independência. Para essa negociação, foi acionado Georg Anton von Schaffer, amigo da imperatriz Leopoldina. A relação foi, por fim, exitosa; chegou-se a formar quatro batalhões com soldados alemães, que permaneceriam pelo período de quatro anos no país. No campo na imigração, com vistas à criação de colônias para trabalho e povoamento, as propostas de Bonifácio mediadas por von Shaffer atraíram uma população que enfrentava problemas como fome e guerras. Era a seguinte oferta tentadora:

77 hectares de terra, isenção de impostos por 10 anos, animais de criação e sementes, além de outros subsídios. Eram números fora dos padrões alemães. Na Alemanha, somente entre 10% e 20% da população possuía propriedades que excediam dez hectares. 'Aqui se recebe um pedaço de terra cujo tamanho na Alemanha corresponderia a um condado', escreveu à família, em 1827, um colono estabelecido no Brasil (TRESPACH, 2014, p. 17).

Se por parte do governo brasileiro interessava trazer europeus para nossas terras tropicais, o que seduziria os europeus a um novo continente desconhecido onde não possuíam laços de pertença, parentes ou identidade? Weissheimer (1999 apud MORAES, 2011) responde a essa interrogação, apresentando o contexto histórico da Alemanha no referido período.

Vários foram os fatores: as constantes divisões de terras hereditárias tornaram os espaços de plantio muito reduzidos, além da exploração inadequada e antiga que enfraquecia o solo tornando-o infértil. Houve também a criação dos minifúndios por direito hereditário que ocasionou a expulsão de muitas famílias camponesas e, somando-se a isso, os efeitos colaterais da revolução industrial que substituiu o trabalho de famílias inteiras por alguns

tratores. Na cidade, as máquinas que exigiam qualificação, as quais os servos não possuíam, para operá-las, tomavam-lhes os empregos e praticamente extinguiu o ofício de artesão (WEISSHEIMER, 1999 apud MORAES, 2011).

Tais condições adversas na terra de origem encorajaram os germânicos a tentarem a sorte em locais com incentivos adequados e um clima semelhante à terra natal. Inicialmente, foi oferecido o pagamento de salários, o que não atraiu o contingente esperado; foi então que foram ofertadas terras, logrando o êxito esperado. Foi o que ocorreu, por exemplo, no estado do Espírito Santo, local onde se é ambientado *Canaã*.

A tentativa de colonização nesta província obteve todos os efeitos desejados, levando em conta o breve período de tempo entre esta data e seu estabelecimento, foram muito além do esperado. A melhor garantia de que não são ilusórias as esperanças que nutro, é a nacionalidade dos colonos. Realmente os alemães, trabalhadores por índole e hábito de tenaz perseverança e possuidores do máximo grau de amor pela família, que é a única e verdadeira base do patrimônio e apego ao lugar onde um dia se estabeleceram e fizeram fortuna, serão um dia também cidadãos brasileiros que contribuiram para a grandeza da pátria (Relatório do Presidente L. A. Ferandes Pinheiro apud MORAES, 2011, p. 89).

No relatório acima, há um elogio à disciplina do trabalhador/colono alemão, bem como ao seu apego ao núcleo familiar. O sociólogo francês Jacques Lambert (1957) declara em seu *Os Dois Brasis* que os colonos alemães que residiam em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul viviam praticamente apartados do resto da população brasileira, sendo possível, inclusive, percorrer vilas inteiras sem encontrar uma única pessoa que falasse português. A adaptação ao clima não teria sido difícil. Para Lambert, o isolamento dos colonos alemães em relação aos outros povos que habitavam as terras brasileiras se devia não apenas ao distanciamento geográfico, mas, sobretudo, ao seu estágio “avançado” de civilização em referência à cultura do

português, do negro liberto e do índio, do qual naquelas regiões só se ouve falar.

[...] as massas alemãs do Rio Grande do Sul eram muito mais adiantadas culturalmente do que os camponeses luso-brasileiros que as cercavam; eram-lhes superiores na instrução, nos níveis e modos de vida e resistiram a uma assimilação que equivaleria a um retrocesso (LAMBERT, 1957, p.64).

O texto de Lambert (1957), publicado na década de 50 por um pesquisador que chegou ao Brasil em 1939, indica-nos que o discurso raciológico que remonta desde o século XIX consagrou um herança longa no modo de pensar e fazer ciência. Os *Dois Brasis*, um texto clássico sobre imigração, ainda pensava o homem em termos de raças, de culturas superiores (no caso, a dos brancos) e inferiores (mais do que o negro ou índio, o pobre). No capítulo *Estrutura étnica e contatos de raças* da obra supracitada, o autor faz uma ressalva ao uso do conceito raça no caso brasileiro, e afirma que as pessoas se identificam por cor e mesmo esta poderia ser alterada por sua condição social: “Da mesma forma por que se vence o *handicap* da educação, pode-se vencer o da cor” (LAMBERT, 1957, p. 93). Para o sociólogo francês, é negro quem é pobre, quem não possui prestígio social. Sua interpretação é de que as raças são superiores ou inferiores por uma questão social e não por uma questão biológica. Reafirma em tom de otimismo que um dia toda a população poderá ser confundida com a cor superior, a branca, já que o mestiço claro não se identificaria como negro, mas como branco; o que se devia à lembrança do passado doloroso da escravidão e da associação no imaginário popular entre miséria e negritude. A obra defende que não houve e não há discriminação racial no país. Que a “raça inferior” não se ressentia da “superior” e que ambas acabariam por integrar-se. É preciso esclarecer que Lambert (1957) assim o afirma comparando com a segregação racial que existiu nos Estados Unidos, pela qual os negros eram proibidos de frequentar os mesmos locais que os brancos e havia animosidade pelo critério único da

cor. Segundo esse autor, resolvido o problema da pobreza, equacionar-se-ia o da discriminação de cor em nossas terras.

O bordão: “no Brasil não há discriminação racial”, que Lambert (1957) endossa é algo constitutivo da propaganda que o Brasil assumiu para atrair europeus para as terras brasileiras. Skidmore (1976) esclarece que Dom João VI quando da vinda da família real e sua corte demandava com urgência a necessidade de importar ideias e pessoas do estrangeiro para moldar a então colônia. Nesse sentido, os mais desejados eram engenheiros ingleses e artistas franceses. Durante o Império, a orientação não se alterou significativamente; era premente “vender o Brasil”, mostrar aos estrangeiros que o novo mundo não era necessariamente uma terra selvagem povoada por bárbaros. Para tanto, as viagens de exposição de catálogos nos salões Europa afora apresentavam um país “civilizado” onde as diferentes raças conviviam pacificamente. O mito da utopia racial datava do período monárquico e não dos textos de Gilberto Freyre. Era contraditório afirmar que no país a população não era racista, porém, afirmavam concomitantemente que o negro e a influência africana acabariam por desaparecer do Brasil (SKIDMORE, 1976).

O componente “mágico” pelo qual o negro se desvaneceria da sociedade brasileira seria o mulato, que, resultado de uma fusão com o homem branco, ir-se-ia tornando mais claro, até que de mulato claro, reproduzindo-se com branco, nasceria um homem branco cada vez mais “puro”. Nesse sentido, o imigrante europeu possuía um papel que era também o do branqueamento. Em *Canaã*, vemos as seguintes afirmações, tão em conformidade com o tempo em que foi escrito, expressando os dilemas da época: “E por ora nós somos apenas um dissolvente da raça desta terra” (ARANHA, 2003, p. 24). Mais adiante: “O país será branco em breve, suspirou Maciel, quando for conquistado pelas armas da Europa” (ARANHA, 2003,147).

Se a imigração parecia um mar de rosas pela propaganda oficial, nem sempre o foi na prática. Em 1847, ficou conhecido o caso do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o qual solicitou perante o governo auxílio financeiro para transportar e alojar imigrantes alemães para que os mesmos

trabalhassem em suas fazendas no estado de São Paulo. A relação se dava dentro do regime de parceria, na qual se destinava uma parte da terra para que o colono cultivasse itens de subsistência e ficaria com uma quantidade determinada dos pés de café plantados. Porém, as despesas de transportes (elevadíssimas) e os custos da instalação doméstica, comida, ferramentas etc eram descontados da percentagem do colono, configurando-se em dívidas absurdas. Tal regime satisfazia aos fazendeiros, mas não aos colonos que se sentiam enganados e escravizados mediante dívidas (SCHULZE, 2014).

Em *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, Emílio Willems (1980) informa como a propaganda desempenhou um papel fundamental para a atração dos alemães para o Brasil, principalmente agricultores, camponeses temerosos de enfrentar o fenômeno da proletarianização e que por isso não desejavam trabalhar em fábricas. Em *Canaã*, os imigrantes que estão em Porto Cachoeiro, Espírito Santo, trabalham, em sua maioria, na lavoura, alguns em pequenos comércios e não se mostram desejosos de emprego na indústria (WILLEMS, 1980). Isso porque o desenvolvimento do capitalismo em sua expressão industrial possuía a reputação de ser um serviço extremamente penoso e insalubre; era compreensível que se desejasse migrar para uma terra que viria a ser sua.

Tal como afirma Schulze (2014), em 1950, a crise vai se dissipar, abrindo um período de forte movimento imigratório de alemães. No mesmo ano, o jornal *Fliegende Blätter*, Folhas Secas, publicou a seguinte tira satírica:

-Mandeí chamá-lo, superintendente porque é um homem de bom senso e conhece a gente. Diga-me, não tem uma ideia para tirar aos camponeses a vontade imigrar?

-Isso poder-se-ia fazer. Seria mesmo tão difícil aos nossos governos apoderarem-se da América do Norte? Se isso for possível e se aquele país estiver germanizado, posso garantir a Vossa Mercê que assim se acabará toda a imigração (WILLEMS, 1980, p.34).

Por América, também cabia uma definição mais ampla do que a fronteira geográfica oficialmente indica. Estados Unidos, Brasil, tudo era conhecido

genericamente por “América”. A publicidade pró-imigração foi tão incisiva que algumas pessoas imigraram mesmo sem estarem passando dificuldades na terra natal, pois haviam sido convencidas que o Brasil seria o éden terrestre. Willems (1980) apresenta o depoimento de um senhor de oitenta e dois anos que vendeu suas propriedades acreditando que ficaria rico ao chegar. Além dos agentes de imigração, tinham forte apelo as estórias de sucesso relatadas por aqueles que aqui prosperaram, como a do trecho abaixo:

Habitamos um lugar que não se poderia imaginar melhor e mais belo, de maneira que ninguém dos nossos sente saudades da Alemanha...

Vivemos todos os dias às mil maravilhas, como príncipes e condes na Alemanha, pois vivemos num país que se assemelha ao paraíso...

Aqui há escolas alemãs e portuguesas. Eu e meu irmão Jacó frequentamos também a escola portuguesa e fizemos tantos progressos que sabemos falar corretamente. Já ensino português e alemão e ganho 800 florins, anualmente (WILLEMS, 1980, p. 35).

O relato acima não era a regra, mas uma exceção. Poucos se adaptavam tão facilmente; principalmente no que diz à linguagem e à incorporação da cultura brasileira. Foram inúmeros os casos em que camponeses se endividaram por não conseguirem arcar com os custos de suas terras como bem ilustra o cartaz a seguir:

Figura 9 - Cartaz de propaganda da imigração e abaixo, charge da realidade.



Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional (2014).

Frederick Schulze, professor da Westfälische Wilhelms-Universität Münster e estudioso da migração germânica para o Brasil informa que nem todos os ditos alemães realmente o eram. O processo de imigração do século XIX e XX trouxe povos de diferentes regiões como Württemberg, Pomerânia, Hunsrück e Westfália. Tais regiões possuíam culturas diversas e dialetos distintos; o autor declara também que poucos eram os que falavam o alemão oficial (hochdeutsch) (SCHULZE, 2014).

Neste caldeirão étnico e linguístico integravam suíços, austríacos e pessoas originárias da Prússia e Baviera, todos chamados genericamente de alemães por terem o fenótipo em comum e a fala áspera dos povos germânicos.

Havia por parte das elites, entretanto, certo receio de que esses povos estrangeiros vindo em massa acabassem por desfigurar mais ainda a identidade já amorfa do brasileiro. Em *Canaã*, percebemos esse temor nas seguintes passagens: “Na verdade, é com mágoa que sinto estar prestes o desmoronamento de colônias estrangeiras, que a estreitam até um dia a vencer e transformar sem piedade” (ARANHA, 2003, p. 24).

Conversa entre Milkau e Lentz. O primeiro relembra Minas Gerais e lamenta as perdas da tradição e as transformações advindas da modernidade. Ao ponto de vista saudosista de Milkau, Lentz argumenta:

Mas isto é a lei da vida e o destino fatal deste país. Nós renovaremos a nação, nos espalharemos sobre ela, a cobriremos com os nossos corpos brancos e a engrandeceremos para a eternidade. A velha cidade mineira da sua narração não me interessa, os meus olhos se projetam para o futuro. Porto Cachoeiro tem mais significação moral hoje pela força de vida, de energia que se contém, do que os lugares mortos de um país que vai se extinguir... Falando-lhe com a maior franqueza, a civilização desta terra esta na imigração de europeus; mas é preciso que cada um de nós traga a vontade de governar e dirigir (ARANHA, 2003, p. 24).

Acima, temos uma criação literária que se aproxima da realidade. Autores como Schwarcz (1993), Skidmore (1976), além da documentação do período, confirmam esse sentimento de incerteza quanto ao futuro da nação. Por um lado, desejava-se o imigrante europeu para realizar o embranquecimento e para ser o guia “rumo à civilização”, por outro lado, temia-se que não sobrasse nada de local, tradicional. A citação abaixo representa a assimilação do imigrante em relação ao seu papel no desenvolvimento “evolutivo” da sociedade brasileira, conforme se pensava à época: “É provável que o nosso destino seja transformar de baixo a cima este país, de substituir por outra civilização toda a cultura, religião e as tradições de um povo” (ARANHA, 2003, p. 24).

Ainda no que tange ao excerto em destaque, é notório o etnocentrismo de Lentz, o qual acredita que cabia ao homem europeu conduzir os homens do Brasil, considerando que os brasileiros são incapazes de representar seus interesses, de dirigirem sua própria terra. Em *Pode o subalterno falar*, Spivak (2010) se refere a essa posição de inferioridade intelectual em que são postos aqueles que estão fora do eixo Europa/Estados Unidos. Os que ocupam a posição de subalternidade são tratados como aqueles que precisam ser conduzidos. É o sentimento de Lentz em relação aos brasileiros.

As relações de trabalho eram diferentes para imigrantes europeus e brasileiros pobres, sobretudo negros e mestiços. Os brasileiros pobres e livres realizavam trabalhos penosos, o que sobrara para a mão de obra desqualificada, uma vez que havia a concorrência do trabalhador europeu, mais disciplinado e qualificado. Skidmore (1976) ressalta que ficou para o brasileiro as tarefas pesadas como a de derrubar matas-virgens. Embora o regime de parcerias muito adotado em São Paulo tenha sido profundamente explorador, muitos germânicos prosperaram no Brasil, devido também aos benefícios que não eram concedidos aos brasileiros. Graça Aranha, que presenciou a colonização alemã no Espírito Santo, expõe através das personagens, perspectivas do início do século XX:

Os Kraus recebem visita das autoridades: Juiz Maciel, Pantoja, Itapeburu, e o escrivão. Trata-se da vistoria dos colonos. A fala citada é a do juiz Maciel:

É admirável a ordem e o asseio desta colônia. Nada falta aqui, tudo prospera, tudo nos encanta... Que diferença em viajar nas terras cultivadas por brasileiros... só desleixo, abandono, e com a relaxação a tristeza e a miséria. E ainda se fala contra a imigração! (ARANHA, 2003, p. 94-95).

Descrição do narrador sobre a dedicação de Milkau ao trabalho:

Milkau era agricultor por instinto e todas as suas faculdades de atenção, de imaginação, as empregava com desvelo e ardor no trabalho com as próprias mãos, que enobrecia seu destino humano. Lentz era o caçador. Restringido a um círculo de limitada atividade, o seu espírito, sempre retrógrado, buscava expandir-se nessa forma inicial e selvagem de civilização (ARANHA, 2003, p. 119).

Milkau logo que chegou na fazenda, explicando ao companheiro Lentz seus planos e vocação:

Procuro uma vida estável e livre, e o comércio é torturado pela avidez e ambição... Além disso, penso que o trabalho digno do homem é a lavoura nos países novos e férteis como este, e a indústria no velho continente (ARANHA, 2003, p. 21).

Não era próprio da cultura germânica o desprezo aos ofícios braçais como era comum no Brasil; se os portugueses sempre que podiam delegavam tais afazeres aos escravos ou índios, os alemães os faziam de bom grado, tal era a tradição em sua terra natal.

Entre os trabalhadores alemães, Schulze (2014) e Alencastro & Renaux (1997) distinguem dois grupos: os trabalhadores agrícolas que permaneciam no país e se “aculturavam”, tornando-se brasileiros e os de origem urbana, os quais mantinham contato com a Alemanha, ou para lá retornavam; eram, em geral, comerciantes, professores e profissionais liberais. Essa elite que permaneceu teria sido a responsável pela criação de uma identidade teuto-brasileira. A maior permeabilidade dos camponeses a uma identificação enquanto brasileiros se explicaria, entre outras coisas, em razão de que na Alemanha o sentimento de pertença se daria muito em função do enraizamento a um local físico e à propriedade ou posse da terra, algo que as populações empobrecidas que para essas terras tropicais migravam não possuíam. Este sentimento era chamado de *heimatlosigkeit* (ausência de sentimento de pátria) (ALENCASTRO & RENAUX, 1997). Em canções de imigrante, encontramos a seguinte estrofe: “América, terra livre [...] Europa só nos oferece escravidão” (ALENCASTRO & RENAUX, 1997, p. 319). A pátria era onde se fincava raízes, onde se estabelecia e se construía algo.

Uma vez que o sentimento de pátria dos alemães estava amalgamado à prosperidade e à utilidade, era-lhes difícil compreender a posição do brasileiro perante o trabalho. “Ainda bem, disse Milkau, eles vão trabalhar, fazia-me dó ver esta gente apática, irresoluta, entorpecida na preguiça” (ARANHA, 2003, p.15). Para Milkau, protagonista do romance de estreia de Graça Aranha, o exercício do trabalho era uma virtude moral, especialmente a agricultura: “Não há nada como a lavoura; vá para o mato, arranje a sua colônia e daqui a pouco está rico” (ARANHA, 2003, p. 15). Fala de Roberto Schultz, comerciante da cidade.

A imigração alemã dedicava-se à policultura; plantavam para consumo próprio e realizavam pequenos comércios, de modo que tais colônias eram relativamente independentes. Alencastro & Renaux (1997) informam que os imigrantes alemães trazidos pelo Império entravam no país sob a condição obrigatória de colonos, podendo posteriormente transcendê-la, tornando-se comerciantes, por exemplo. O exemplo citado por Alencastro & Renaux (1997)

é o de Hermann Hering, o qual se estabeleceu em Blumenau, fundando uma fábrica têxtil. Sobre sua experiência, o imigrante fez o seguinte comentário: “Todo imigrante, sem ser doente, nem mendigo, três ou quatro anos após a sua chegada assume status social médio na concepção alemã” (ALENCASTRO & RENAUX, 1997, p. 321). Continua o relato: “Condes, barões, mendigos e vagabundos não existem em nossa colônia (ALENCASTRO & RENAUX, 1997, p. 321). A ficção graciana, novamente, inspirando-se na realidade da época e nos imaginários sociais que daí se gestavam, revela o elogio ao bom desenvolvimento do trabalhador alemão em terras tropicais:

Milkau caminha pela cidade de Porto Cachoeiro e conversa com um agrimensor:

[Frederico Bacher] Chegou aqui sem nada; hoje, veja como é rico. E aqui são todos assim, todos tem muito dinheiro. Pode-se dizer que o comércio do Cachoeiro é mais forte do que o de Vitória... Ainda não se deu um caso de quebra... Esses alemães têm olho... Se fossem brasileiros, estava tudo arrebitado (ARANHA, 2003, p. 18).

Idem:

E o agrimensor continuava, nesse tom, a fazer o elogio das virtudes germânicas para os negócios, a economia, a facilidade de assimilação. A energia no trabalho, dando, como contraste a elas, as qualidades inferiores dos brasileiros, que ele se comprazia em proclamar [...] (ARANHA, 2003, p. 18).

Na segunda passagem do texto acima, vemos a comparação entre a capacidade produtiva do europeu e do brasileiro mestiço, concedendo homenagens ao primeiro e vilipendiando o segundo. A ideologia que permeou por muito tempo o senso comum de que brasileiro não gosta de trabalhar, que é preguiçoso por natureza, ignora o processo histórico brasileiro. Antes da abolição da escravatura, negros e imigrantes realizavam trabalhos nas fazendas. A labuta era sofrida para ambos, para o negro que ficava sob a

ameaça do chicote e ao branco em regime de semiescravidão por dívidas em São Paulo. A diferença básica no tipo de produção de ambos consiste no fato de que os europeus já eram agricultores em sua terra natal, diferentemente do que ocorria com os escravos brasileiros. Outro elemento importante a ser considerado é que para os alemães o trabalho na lavoura é enobrecedor, para o brasileiro era “serviço de preto”, algo para o qual os brasileiros de melhor condição social não suportavam se submeter devido ao comportamento aristocrático. Vejamos a descrição de Felicíssimo, brasileiro sertanejo, trabalhador agrícola: “Felicíssimo, que dizia não ter nada a fazer naquelas horas, propôs acompanhar os estrangeiros, dando assim expansão aos instintos de sua nativa e tranquila vadiagem” (ARANHA, 2003, p. 18).

Darcy Ribeiro (2006) afirmava que a distância social das relações de patronato em relação aos escravos, entendidos como coisas, objetos dos quais se extraía força de trabalho e quando envelhecido ou doente eram descartados, colaborou para sua vida miserável pós-escravidão. E que a estes não foram entregues terras ou ajuda econômica, contrariamente ao que ocorreu com o europeu. Esse ambiente é descrito em *Canaã* em uma cena em que Milkau se surpreende ao ver o desânimo dos ex-escravos:

Negro pós-escravidão: -Governo acabou com as fazendas, e nos pôs todos no olho do mundo, a caçar o que comer, a comprar o que vestir, a trabalhar feito boi para viver! Ah tempo bom de fazenda! [...] Que importava feitor?... Nunca ninguém morreu de pancada. Comida sempre havia [...]

Milkau- imigrante alemão: Mas, meu amigo, você aqui ao menos está no que é seu, tem sua terra, é dono de si mesmo (ARANHA, 2004, p. 12).

Na continuidade do diálogo, o negro esclarece que a terra não era dele, que trabalhava para o cunhado em terreno arrendado pelo governo. Darcy Ribeiro (2006) confirma que vários governos brasileiros, com o objetivo de “melhorar a raça”, concediam aos estrangeiros melhores condições do que ao colono brasileiro. Essa situação é expressa em *Canaã* na continuação do

diálogo entre um personagem negro e o imigrante alemão Milkau: “Vosmecê vai ficar aqui? Daqui a um ano está podre de rico. Todos os seus patrícios eu vi chegar sem nada, com as mãos abanando...E agora? Todos tem casa, tem cafezal, burrada... De brasileiro Governo tirou tudo, fazenda, cavalo e negro...” (ARANHA, 2003, p. 13).

Os personagens que compõem a trama de *Canaã* se correspondem com posições reais, passíveis de serem achadas na estrutura social do período. Na referida obra, existe o imigrante Lentz que incorpora as estruturas mentais que estavam presentes nas relações sociais objetivas: o evolucionismo, o darwinismo social, a filosofia do super-homem nietzschiano e outras interpretações que direta ou indiretamente alimentaram a discussão raciológica no Brasil de início do século XX.

Quando nos referimos ao trabalho, referimo-nos também à cultura material. Esse aspecto foi utilizado por Euclides da Cunha, entre outros para desqualificar o sertanejo. O “desenvolvimento” das técnicas de produção agrária e artesanal, bem como de uma etiqueta servia também de parâmetro de uma delimitação produtora das distinções sociais, do “nós” e dos “outros”. Abaixo, veremos a descrição das moradias distintas entre brasileiros e colonos:

Uma das primeiras cenas do livro. Milkau perambula à procura de emprego, e enquanto isso, observa a paisagem e as pessoas que encontra pelo caminho:

[Casa de um trabalhador brasileiro, mulato]. A mobília miserável e simples compunha-se de uma rede cor de urucu armada num canto, de outra dobrada em um rolo e suspensa num gancho, uma esteira estendida no chão de soque, dois banquinhos rasteiros, um remo, molhos de linha de pescar e alguns pobres instrumentos de lavoura (ARANHA, 2003, p. 11).

Descrição sobre os colonos, em cena em que Milkau e Lentz saem para conhecer os arredores da fazenda:

:

Era um trecho de uma região poderosa e opulenta da terra brasileira. Dentro dela se abrigava a multidão de bárbaros e de estranhos ali recebidos com brandura e carinho. Milkau e Lentz passavam pelas casas dos colonos e agricultores. [...] Punham-se a mirar de fora esses retiros encantados de verduras, de tranquilidade abundância. E as casinhas sucediam-se por todo o vale, [...] todas com disposição e graça uniforme (ARANHA, 2003, p. 39)

Como dito anteriormente, brasileiros possuíam condições precárias de trabalho. Mas precárias ainda se oferecidas aos negros livres que, se expulsos das fazendas, tinham agora somente seu corpo e sua força de trabalho para alugarem aos fazendeiros, suportando olhares hostis do patrão que agora deveria remunerar um trabalho que até então era feito sob ameaças à sua integridade física, submetido à vigilância de um feitor. Não subestimemos a questão dos estigmas sobre o negro que afetavam seu reconhecimento real enquanto cidadão após a libertação da escravatura.

Hebe M. Mattos de Castro (1997) comenta que após a escravidão restava ao negro livre o regime de parceria por oito e muitos foram os agora libertos que abandonaram as fazendas onde foram escravos. Muitos fazendeiros apostavam na permanência dos negros por “gratidão” ao senhor e devido à presença dos familiares e amigos nas fazendas. Para os negros livres, havia a concorrência do imigrante europeu, os quais eram trazidos pelos grandes proprietários de terra, subsidiados pelo governo e ainda por negros livres de fora do país, bem como asiáticos pobres. Assim, formava-se, após a abolição, o primeiro exército de trabalhadores de reserva do Brasil. Para muitos ex-cativos, a solução de sobrevivência seria permanecer na fazenda aonde serviam. Entretanto, as lembranças do cativo e o sofrimento presenciado nos outros e vividos por estes levava-os a optar em ficar entregues a um destino incerto, pois queriam ser verdadeiramente livres. Em 1888, jornal *O Monitor Campista* publica a seguinte sátira acerca do pós 13 de maio:

FUI ver pretos na cidade
 Que quisessem se alugar.
 Falei com esta humildade:
 - Negros, querem trabalhar?
 Olharam-me de soslaio,
 E um deles, feio, cambaio,
 Respondeu-me arfando o peito:
 -Negro, não há mais não:
 Nós tudo hoje é cidadão
 O branco que vá pro eito.

(O MONITOR CAMPISTA, 1888 APUD CASTRO 1997, p. 372)

O poema satírico publicado no jornal em lide deixa claro que a elite cafeeira paulista não apreciou ter que pedir aos negros libertos que trabalhassem para si; tampouco respeitavam a decisão dos negros de venderem seu trabalho a quem lhes apetecesse. A resposta “*Negro não há mais não*” revela a associação imediata entre negritude e escravidão. Ao tentar livrar-se da mácula da escravidão, negam também a cor.

Há também a perspectiva naturalista de que o clima e o ambiente em que se viviam, vai moldando o homem inexoravelmente. Mesmo o branco “mais puro” na raça seria alterado pela natureza selvagem dos trópicos e pelo sol implacável. Os trechos em destaque fazem parte da primeira exploração do lugar, quando Milkau procura emprego.

Trecho sobre a “raça branca se degenerando” no Brasil:- coronel Afonso.

O dono da fazenda, de pés nus, calça de zuarte, camisa de chita sem goma, parecia, com a barba branca, muito velho, atestando na alvura da tez a pureza da geração. A fisionomia

era triste, como se ele tivesse consciência de que sobre si recaía o peso do descalabro da raça e da família, o olhar turvo, apagado para os aspectos da vida como o de um idiota; o esgotamento das suas faculdades, das emoções e sensações era completo e o reduzia a uma atitude de autômato (ARANHA, 2003, p.10).

O clima e o isolamento “da civilização” acabaram por idiotizar o imigrante:

Milkau notou, além disso, no grande desleixo da casa abandonada, restos de maquinismos espalhados pelo chão, tubos, caldeiras, rodas dentadas, atestando ter havido ali uma instalação melhor, que o homem, caindo de prostração em prostração, perdendo todo o polido de uma civilização artificial, abandonara agora em sua decadência para se servir dos aparelhos primitivos que se harmonizavam com a feição embrutecida do seu espírito (ARANHA, 2003, p. 10).

Em *Canudos: diário de uma expedição*, Euclides da Cunha (2003) esboça a ideia de que a raça se degenerava se distante do polo radiador de civilização. Na referida obra, por tratar-se de um diário, as primeiras impressões do autor surgem mais explicitamente. Percebe-se o assombro do estudioso que se vê diante de uma situação incógnita: o sertanejo e seu modo de vida rudimentar. As ações, as habitações, a convivência com o clima hostil, tudo o fascina. É também destaque a descrição física do homem:

Acreditava-se quase numa inversão completa das leis fisiológicas para compreensão de tais seres, nos quais a força física é substituída por uma agilidade de símios, deslizando pelas catingas como cobras, resvalando célebres, descendo pelas quebradas, como espectros, arrastando uma espingarda que pesa quase tanto quanto eles - magros, secos, fantásticos, com as peles bronzeadas coladas sobre os ossos - ásperas como pele de múmias (CUNHA, 2003, p.36).

O escrito acima é proveniente das anotações de campo de Euclides (2003). A expedição rumo ao sertão baiano o surpreendeu, pois seu objetivo inicial era o de cobrir “a guerra”. Porém, concluída a chacina contra os moradores de Canudos, o autor enxerga em sua obra um propósito maior: produzir o relato documental concernente ao desaparecimento da “sub-raça” sertaneja. Em sua nota preliminar de *Os Sertões*, o autor verbaliza: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Gumplowicz, maior que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, 2002, p.9). A história seria uma “prova” do desenvolvimento das sociedades humanas expresso em raças, o caminho percorrido deveria ser único, linear; quem não alcançasse a velocidade do ritmo do progresso seria deixado para trás; em uma “luta pela sobrevivência, na seleção natural”, as raças ditas inferiores estariam fadadas à condenação e ao desaparecimento. Para Euclides da Cunha, o sertanejo embora corajoso, ágil e determinado, estaria em pouco tempo fazendo parte da recordação de uma civilização falha: “Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo” (CUNHA, 2002, p.9). Um dos motivos do malogro sertanejo seria a característica geográfica, a seca, o solo pouco fértil, o sol forte. O clima teria papel determinante na formação da região e no caráter de seus habitantes; Antonio Conselheiro é descrito como “gnóstico bronco. Grande homem pelo avesso, representante natural do meio em que nasceu” (CUNHA, 2002, p.49). O pessimismo euclidiano ao se referir ao nordeste, culpando diretamente a terra pela produção do homem, aparece no texto ficcional graciano, com o mesmo determinismo natural.

Contexto da citação em Canaã, mesmo do item anterior.

[...] com o olhar pasmado ao desmoronar silencioso daqueles restos de cultura, esperando na lúgubre atitude do inconsciente e a lenta invasão do mato, que nunca desforra triunfante vinha vindo, circunscrevendo, apertando o homem e as coisas humanas (ARANHA, 2003, p. 11).

Ambos os escritos foram publicados na mesma época, de modo que Graça Aranha não poderia ter se inspirado em *Os Sertões*; o que os autores possuem em comum é o acesso às teorias evolucionistas, positivistas e deterministas/naturalistas. É importante ressaltar a diferença dos estilos literários (embora ambos tenham sido enquadrados na categoria pré-modernista). Euclides escreveu um relato jornalístico, mais aos moldes de um trabalho científico da época; Graça Aranha publicou uma obra de ficção, onde por meios das personagens desfrutou da liberdade de expor inúmeras teorias polêmicas, inclusive antagônicas, ficando sua pessoa isenta de ataques mais contundentes.

Esse capítulo dedicou-se a explorar o tema da imigração estrangeira para o Brasil, tema principal de *Canaã*. Passamos do fenômeno em caráter mais geral até o caso particular dos germânicos e alemães propriamente. Nas pesquisas documentais e levantamento da literatura, a questão do endividamento dos europeus e o sentimento de que estavam sendo explorados fez parte de um discurso muitas vezes repetido, e aponta para dois perfis de imigrantes europeus: os que recebiam todo o auxílio e os que ficaram sem tanto apoio por parte do governo e caíram sob o jugo de fazendeiros acostumados à lida com escravos e que ofereciam resistência à concessão de direitos. Em *Canaã*, a exploração surge por parte das autoridades, do juiz, dos advogados, capitães e se impõem pela ameaça e coação. Tendo em vista que o próprio Graça Aranha foi juiz em Cachoeiro, pode-se supor que se trata de uma crítica a seus colegas de profissão.

Quanto ao trabalho, a pesquisa documental e bibliográfica revela homologias, pois, em *Canaã*, a maioria dos trabalhadores preferia a lavoura, considerada uma atividade digna e louvável; o mesmo não se dizia da indústria, a qual nem se cogitava na obra em questão. No que consente ao desempenho, o imigrante em *Canaã* é laborioso porque competente. Porque crê em uma missão, a de povoar e engrandecer essas “terras virgens”. Os brasileiros são representados, em relação ao trabalho como indisciplinados, que preferem conversar, divertir-se do que se dedicar mais seriamente à

labuta. A esse respeito, Foucault (1998) anuncia que o êxito do poder disciplinar se sustentava pela tríade: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora bem como em sua combinação em um procedimento específico da disciplina, o exame. O qual consistia em separar os bons trabalhadores para que fosse possível recompensar os melhor adaptados e punir ou adequar os “incapazes”. A estigmatização do trabalhador brasileiro, em geral o mestiço moreno, pois os de pele mais clara eram mais comuns nas classes senhoriais; faziam parte desse exame, um separador de status e, não raro, fomentador de estereótipos.

Para Foucault (1998), a sanção normalizadora é um importante recurso para o “bom adestramento”, uma vez que por meio do sistema gratificação/sanção, identifica os indivíduos conforme suas habilidades, formando hierarquias que permitem recompensar os competentes e impor um castigo corretivo aos incompetentes. As disciplinas trazem no seu bojo uma forma de punição que lhe é peculiar; são formas de punir que não estão contempladas no âmbito das leis. Eventos considerados pouco relevantes para serem resolvidos legalmente são “resolvidos” dentro de outros espaços, como instituições, relações domésticas, entre outras. “As disciplinas estabelecem uma infra penalidade”, quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis, qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença (FOUCAULT, 1998, p. 149).

Falar de trabalho no início da modernidade é o mesmo que falar em disciplina, algo que não é natural aos homens, mas um sujeitamento do corpo aos movimentos orquestrados por um tempo artificial, o do relógio, que é, por sua vez, o controle da produtividade. Os germânicos já haviam entrado em contato com tais técnicas, alguns mais adaptados ao ritmo produtivo, gerando um contraste com os brasileiros acostumados a um ritmo mais lento, no qual o tempo das estações, da chuva ou das secas orientavam se valia ou não a pena labutar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A marcha da ciência é como a nossa
planície do deserto: o horizonte foge
sempre”

Graça Aranha

DE GRAÇA ARANHA AO GOLEIRO ARANHA: O RACISMO ONTEM E HOJE

Atualmente, o discurso racista não mais é aceito como legítimo. Outrora foi. Contudo, seus vestígios ainda estão presentes e se manifestam em variadas circunstâncias, como em uma partida de futebol. Em um país que adotou a construção multirracial, no qual é impróprio pensar em termos de raças⁴⁹ puras, ganhou repercussão midiática o caso do goleiro, à época defendendo as cores do Santos Futebol Clube, conhecido como Aranha, que foi xingado de “macaco”. As imagens captadas por câmeras televisivas mostraram que o futebolista fora verbalmente agredido por muitos torcedores negros. Após a partida, Aranha declarou que sempre que joga na região Sul enfrenta esse tipo de situação. O clube de futebol Grêmio de Porto Alegre foi punido, perdendo o direito de mando de campo por alguns jogos. Durante entrevista, Aranha foi questionado por um repórter: “-Você acha justo um time inteiro ser punido por uma minoria?” Ao que o goleiro respondeu: “- Olha, se é justo eu não sei, mas se é apenas uma minoria que me xingou, por que a maioria não fez nada? Um cara que me chamou de macaco era da minha cor, entende? Isso é só para ofender, só para machucar.” A resposta que Aranha concedeu, faz-nos pensar: se uma maioria das pessoas do estádio são honestas, não são racistas, porque não constrangeram os poucos agressores? O que mais foi explorado pela mídia, além dos agressores negros, foi a cena de uma jovem loura, muito alva e de cabelos lisos, gritando “Macaco!” e depois

⁴⁹ Conforme tudo que foi visto e discutido, é absurda a terminologia raça ser empregada para se referir a seres humanos. Cachorros, gatos e outros animais possuem raça. Pela raça, é possível inferir o comportamento ou características relacionadas a uma propensão biológica. O mesmo não é válido para seres humanos, para os quais só existe uma raça, a humana.

sorrindo. Essa imagem correu por todos os canais e a moça começou a se sentir perseguida, uma casa em que ela residia foi incendiada, a mesma encontrava-se vazia. A referida moça aos prantos afirmou em entrevista que não era racista. É importante informar que Aranha foi acusado de sensacionalizar o acontecimento, reclamar para chamar atenção. “Ora, no futebol tudo mundo ofende e ninguém deveria levar tais coisas a sério”. Todo esse relato possui relação com o tema que foi tratado nesta tese.

O caso acima só reafirma a necessidade de estudarmos as genealogias desses comportamentos racistas, de tentar discernir o porquê da discriminação por cor ainda persistir. Se o racismo foi abolido da ciência, ao menos enquanto paradigma legítimo, se as teorias raciais caíram em desuso nas primeiras décadas do século XX, o que as fazem permanecer ainda tão entranhadas na sociedade brasileira?

O presente trabalho buscou analisar a expressão do discurso raciológico na obra *Canaã*, de Graça Aranha. Para tanto, lançou mão de uma leitura sociológica da obra em questão relacionando-a com os posicionamentos sociais de pertença do autor, bem como tentando compreender a sociedade na qual este estava configurado. Desse modo, essa tese seguiu dois caminhos: o da análise externa, ou seja, elementos que não se encontram diretamente em *Canaã*, mas que propiciam chaves de leitura para a sua compreensão; e o segundo momento é voltado para a interpretação do texto literário graciano, buscando neste encontrar expressões referentes às teorias raciais.

Em *Canaã*, a questão racial é exposta por meio da abordagem do fenômeno da imigração alemã, ou germânica, para ser mais precisa. O negro e principalmente o índio surgem a contrapelo, são subalternos. É também um caso de figuração *estabelecidos e outsiders*, na qual os estabelecidos, estranhamente, são os até então estrangeiros e os *outsiders* são a maior parte dos brasileiros pobres: negros, mestiços, indígenas.

Em nosso capítulo sobre raça, vimos como o negro e o mestiço eram tratados. Antes de Freyre (1999), a interpretação do Brasil, o projeto de nação,

um esboço de identidade passava pela interpretação negativa do negro, índio (quase um fantasma) e do mestiço.

Graça Aranha foi, assim como Gilberto Freyre, um intelectual aristocrático, procedente das classes abastadas. Ao sair do Maranhão tão tradicional e religioso, seguiu para Recife para torna-se bacharel em Direito, depois juiz no Espírito Santo e posteriormente viajou pela Europa como diplomata. Foi durante toda a vida um curioso, inquieto. A questão da identidade nacional e do caráter do brasileiro o fascinou, e o escritor maranhense aproveitou a licença poética e a liberdade de opinar a respeito de qualquer assunto sob a proteção de um personagem, para interrogar sobre a viabilidade do brasileiro exposto ao fenômeno da imigração europeia. A discussão racial se faz presente em *Canaã* como tema central, com personagens a favor e contra, e até mesmo personagens que são as duas coisas, como o juiz Maciel, o qual muda de ideia conforme a conveniência. Esse sentimento de Maciel talvez seja hoje o mais comum no racismo difuso e velado que ainda presenciamos, segundo o qual ninguém se declara abertamente racista, mas exerce o preconceito racial e de cor em ações e opiniões, como foi o caso da torcedora do Grêmio que ofendeu o goleiro Aranha chamando-o de macaco. Feita essas considerações sobre a realidade social de Graça Aranha e dos vestígios desta, em seu caráter racista, que perduram, como se pôde verificar no preconceito racial sofrido pelo goleiro Aranha, retomemos questões de ordem metodológica.

A abordagem da tese tratou o texto literário como algo desprovido de caráter metafísico ou de algum tipo de essência. Pelo contrário, transforma-o em objeto científico, objeto passível de leitura interna (formal) e externa (considerando o espaço social em que os atores estavam inseridos; as tomadas de posição e os espaços possíveis) (BOURDIEU, 1996). Ao se proceder desta forma, pretendeu-se analisar a figura do intelectual clássico brasileiro, o homem de letras, para se compreender quem foi Graça Aranha.

Ainda prestando contas a respeito da metodologia, é importante compartilhar as dificuldades, algumas delas inerentes ao trabalho sociológico

e/ou antropológico envolvendo literatura e pesquisa documental. Quem cultiva esse terreno sabe que a produção de artigos e livros abordando esse tipo de pesquisa em Ciências Sociais deixa muito a desejar em termos de quantidade e de acesso a esse material. A própria pesquisa em bases de dados revela que o método e a forma de abordagem fica muito sob a responsabilidade do pesquisador. O grande desafio é a tarefa ingrata de fazer com que nosso leitor enxergue determinado fenômeno apenas pela força de nossas palavras; trata-se da tentativa honesta de realizar uma “descrição densa” de acontecimentos e processos que ocorreram em um tempo pretérito. Não nos é possível tirar uma dúvida simplesmente perguntando ao sujeito da pesquisa. Resta ao pesquisador trabalhar com representações, já que as práticas estão inelutavelmente perdidas.

A pesquisa realizada se propôs a construir não um estudo de crítica literária, mas uma análise sociológica da obra *Canaã*. Nesse sentido, foi preciso buscar um entendimento de quem, afinal, tratava-se o autor da obra e em que contexto histórico e cultural ele estava imerso. No segundo capítulo, foi explorada a relação de Graça Aranha com os modernistas da Semana de 22. A esse respeito retomamos o texto de Sergio Miceli “Poder, sexo, letras na República Velha, integrante da obra “*Intelectuais à brasileira*”. Corroboramos a tese de, Miceli, segundo a qual o pré-modernismo foi uma subcategoria que os modernistas lançaram mão para classificar os autores e obras que “segundo os princípios impostos pela ‘ruptura’ levada a cabo pelos modernos se colocariam fora da linhagem estética que a vitória política do modernismo entronizou como dominante” (MICELI, 2001, p.15). Longe de ser apenas um movimento artístico, o modernismo possuiu uma forte carga política, a pregar o avanço e o desenvolvimento do país, porém, agregando elementos tradicionais (estes eram notadamente manifestações folclóricas e alguns saberes populares).

Como discutido anteriormente, nem mesmo o modernismo surgira em 22, pois vários escritores que seriam reconhecidos como representantes do estilo já trabalhavam com tal estética em período anterior. Todavia, em 1922, reuniu-se condições sociais adequadas ao melhor desenvolvimento da

profissionalização do ofício de escritor, conquanto surgiram meios que permitiram a especialização, e ineditamente, a possibilidade de viver da arte, situação que os ditos pré-modernistas, românticos, realistas e naturalistas não vivenciaram. Durante a República Velha, não seria realizável um projeto a contento como o modernismo ou mesmo uma autonomização do campo literário e da carreira de autor, assim como menos provável seria investir em novas linguagens, recursos e estilos estéticos. Isto porque, como adverte Micelli, “toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa” (MICELI, 2001, p. 17). Os escritores, no decurso da Primeira República, deveriam se adaptar aos modelos e estilos próprios da publicação do jornal, além de não haver na época um público leitor substancial. Desse modo, o rótulo pré-modernista desqualificou toda uma extensa gama de autores e obras, ensejando uma análise anacrônica⁵⁰ dos mesmos.

Ainda no segundo capítulo e, sobretudo, no terceiro dessa tese, percebemos Graça Aranha como um intelectual do início do século XX, o qual era, antes de tudo, um homem de letras; alguém imbuído, na qualidade de bacharel, de produzir saberes não apenas relativos ao gozo das artes, como a literatura, mas de fomentar explicações referentes a questões práticas e políticas (MICELI, 2001). Considerando que os literatos incorporavam uma missão, a saber, a de ajudar a fomentar uma identidade nacional ou, ao menos, buscar esclarecer quais os prováveis rumos da nação, *Canaã* põe em debate nuances do caráter nacional: quem será o brasileiro após a imigração? Haverá uma aculturação das culturas nativas pela do europeu? Os filhos de europeus se considerarão brasileiros? Seria o mestiço o tipo humano de mais provável adaptação? Essa preocupação central com a imigração europeia e seus impactos no Brasil podem ser explicados por alguns fatores: o contato acadêmico de Graça Aranha com teorias da Europa Germânica, do positivismo e das leituras de Tobias Barreto. Tal arcabouço teórico substituiu o saber religioso e “tradicional”, de caráter conservador, que trouxe do Maranhão ainda menino e que tanto o atormentara na infância (FREYRE, 1971). A influência de

⁵⁰ Que está fora do tempo, extemporâneo. Muito comum em História para indicar eventos não típicos de determinados períodos históricos.

Tobias Barreto, bem como do positivismo e do evolucionismo, fascinaram-no com a perspectiva de organização social (entendida como forma de solucionar problemas sociais) e do progresso técnico-científico.

Ao pensar nas teorias científicas com as quais Graça Aranha conviveu (expostas no capítulo três e apêndice 2- Spencer e sua teoria evolucionista), tais abordagens, hoje, tendo em vista que conhecemos os rumos que tomaram e suas consequências, é algo diverso da experiência que Graça Aranha experimentou, pois as promessas do positivismo ainda não haviam malogrado e tampouco se poderia imaginar no que desembocaria o germanismo extremado. Em *Canaã*, o autor não aponta um caminho definitivo e seguro a seguir, mas indica algumas possibilidades, apresentando cenários que, à época, o autor imaginava exequíveis: a) a utopia racial de Milkau, na qual as raças se ajudariam mutuamente na construção de um futuro mais próspero: isso porque as raças mais “evoluídas”, os brancos europeus, auxiliariam e guiariam as raças menos “desenvolvidas”, as quais seriam também mais dóceis. B) a dominação do mais forte, segundo Lentz, teoria, segundo a qual os brancos por serem superiores dominariam as demais raças existentes no país. Observe que para Milkau o branco está mais evoluído, mas não é biologicamente superior; em Lentz, há a perspectiva de superioridade biológica, a qual justificaria a dominação dos “mais fracos”. Acredito que Graça Aranha teria mais semelhança com a figura de Milkau, enquanto Lentz, seu interlocutor, seria o contraponto necessário para aclarar a argumentação. É neste panorama intelectual que Graça Aranha convive e se forma, panorama este abordado no capítulo três, o qual, outrossim, traz uma revisão da literatura sobre a erudição e cultura letrada no país. Isso para contextualizar a formação do autor em sua época.

O quarto capítulo da tese traz uma revisão da literatura referente ao conceito de cultura. Tal revisão oferece uma perspectiva do processo que foi a formulação atual do conceito e como foi complexa a tarefa de forjar e trabalhar com este, para antropólogos, filólogos, semiólogos e intelectuais interessados na temática da cultura. Assim, no período da escrita da obra *Canaã*, Graça

Aranha não dispunha de um conceito (acadêmico) claro do que seria cultura, utilizando-o de forma imprecisa. Na referida obra, Graça Aranha o adota de diferentes formas: ora para se referir à raça, ora para falar de manifestações próprias de alguns grupos sociais.

O tema da raça é apresentado, no quinto capítulo, desde as teorias raciais de Arthur de Gobineau e Agassiz, dois pesquisadores filósofos/naturalistas estrangeiros, os quais ficaram negativamente impressionados com o fenômeno da mestiçagem no Brasil, até as proposições dos próprios autores brasileiros: Silvio Romero para o qual a mestiçagem seria o “único remédio para a melhoria da raça” no país, e Nina Rodrigues, para o qual o negro e o mestiço seriam degenerados biologicamente. No que consente aos pensadores brasileiros, há Manoel Bomfim, que, na contramão dos colegas, acreditava que o elemento inferior seria o português, não o negro ou o índio. O modelo de ciência do início do século XX ainda não era muito especializado, de modo que permitia a convivência de muitas teorias aparentemente antagônicas. Por isso, Bomfim, defensor dos negros e indígenas, era declaradamente evolucionista⁵¹. E Nina Rodrigues se declarava um simpatizante do negro brasileiro, dedicando a vida ao estudo deste, embora, porém, declarasse-o um tipo humano inferior. O capítulo cinco transitou por esse levantamento da literatura sobre as teorias raciais e mostrou como essa problemática nacional tão forte emerge na obra *Canaã*.

Abordou-se, no sexto capítulo, o histórico da imigração estrangeira para o Brasil. Observou-se que as políticas de imigração estrangeira no país são antigas e contaram com pouco apoio das elites locais que temiam ter seus privilégios ameaçados por parte dos imigrantes, os quais almejavam boas terras, estas já desejadas pelas elites locais. O imigrante ideal para os fazendeiros e latifundiários locais era aquele que vinha na condição de assalariado, o qual deveria substituir o braço escravo. Apesar do mito do trabalhador imigrante consubstanciado na ideia deste ser mais apto ao trabalho

⁵¹ O Evolucionismo clássico de Spencer pregava a inferioridade das “raças selvagens”, o oposto do que conclamava Bomfim, para quem o português seria o parasita inferior.

disciplinado que o brasileiro, nossa pesquisa documental apontou para o fato de terem ocorrido muitas dificuldades de adaptação do trabalhador imigrante. A queixa mais comum era a de que os patrões, acostumados a lidarem com escravos, queriam tratar os trabalhadores europeus como cativos. Os fazendeiros, por sua parte, também reclamavam das folias dos europeus e de sua falta de vontade de trabalhar no que era alheio. Ou seja, tanto brasileiros quanto europeus, sobretudo os germânicos, não gostavam de trabalhar para outrem, embora por necessidade o fizessem. Os germânicos se destacaram ao cultivar suas próprias terras, isto é, na qualidade de colonos. Aos mestiços, negros e índios, tal privilégio não fora concedido. Só os “brancos” recebiam tal fomento, sob o argumento de “melhorar a raça” e clarear o país.

À guisa de conclusão, percebeu-se que a obra literária *Canaã* apresentou um caleidoscópio de ideias referentes ao discurso comum à época, desde ao super-homem nietzscheniano de Lentz, perpassando às referências raciais da Escola do Recife para discutir, em última instância, a identidade nacional e como esta ficaria afetada pelo fenômeno da imigração estrangeira.

É preciso destacar como contribuição para uma reflexão referente à atualidade que, no processo de construção da identidade nacional, a questão do negro surge e adquire relevo pela ciência (Nina, Bomfim, Romero). Neste ínterim, a miscigenação e a imigração europeia foram vistas como um “solvente” da raça, e deste modo acreditava-se que, além do “branqueamento”, ocorreria um remédio para a “civilização” brasileira (VIANA, 2007). Em 1930, com a aceitação de que a sociedade brasileira seria híbrida e mestiça, o negro foi sendo invisibilizado. Isto porque se os brasileiros são todos mestiços, as questões da afirmação da negritude e do combate ao racismo não seriam particularmente importantes, tornando supérfluas políticas públicas focadas nesta temática.

No entanto, testemunhamos nos últimos anos algumas tentativas de maior inclusão social de grupos socialmente menos favorecidos, sobretudo negros, através de política de cotas, inserindo-os no espaço universitário ou em empregos públicos, antes negados. Porém, com essas conquistas convivem as

reações de setores conservadores, os quais consideram que há desrespeito à meritocracia, como se todos tivessem condições sociais semelhantes para usufruir das oportunidades que surgem. Este argumento, contudo, não resiste a uma apreciação mais detida. A título de exemplo, tome-se algo abordado no capítulo 6, quando do incentivo à imigração europeia, em que se ofereceu benesses, enquanto aos negros libertos restara a indignação. De todo modo, buscamos na análise sociológica da literatura acessar os imaginários e ideologias de temas complexos e, ainda hoje, sensíveis, tal como a questão racial, na pretensão de se propiciar um maior entendimento e, sobretudo, contribuir para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e mais esclarecida.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. São Paulo: Pontes, 2005.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes imigrantes. *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.292-335.
- ALOSO, Ângela. Joaquim Nabuco: o crítico penitente. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. 1ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 60-73.
- ANDRADE, Roberta Manuela Barros. ; SILVA, E. H. A vida em cor de rosa: o romance sentimental e a ditadura militar no Brasil. **Revista FAMECOS** (Online), v. 17, p. 41-48, 2010.
- ARANHA, Graça. **Canaã**. Fortaleza: ABC, 2003.
- _____. **A Estética da vida**. Rio de Janeiro: Garnier, 1937.
- _____. **O meu próprio romance**. São Paulo, SP: Ed. Nacional, 1931.
- AZEVEDO, Fernando. **As ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- AZEVEDO, Maria Helena Castro. **Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1998.
- BAIARDI, Daniel Cerqueira. **Conhecimento, evolução e complexidade na filosofia sintética de Herbert Spencer**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1978.
- BECHELLI, Ricardo Sequeira. **Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bonfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)**. São Paulo: LCTE, 2009.
- ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

BERTELLI, Giordano Barbin. **República Pau-Brasil**: política e literatura no modernismo de Oswald de Andrade. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

BEVILACQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2. ed. MEC: Brasília, 1977.

BOAS, Franz; CASTRO, Celso. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOSI, Alfredo. Um espírito aberto: Graça Aranha. *In*: _____. **História concisa da literatura brasileira**. 38. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.p. 54-63.

BUFFON, GII. **Ouvres completes**. Paris: Pouvrat Freres, 1834.

_____. **De l'homme**. Paris: Maspero, 1971.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92); tradução de Rosa Freire d Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil (1900)**. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, [19--].

CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. Comentários e notas de Fernando Paixão e Marisa Lajolo. Ática: São Paulo, 1997.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_____. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 2ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2000.

_____. **Iniciação à Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. A literatura durante o Império. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **O Brasil monárquico: Reações e transições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (história geral da civilização brasileira; v.3, t.2)

_____. **Silvio Romero: teoria, crítica e história literária**. São Paulo: Edusp, 1978.

_____. **O método crítico de Silvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A Formação da Nação e do Estado no Brasil: um enigma histórico em aberto. In: BAPTISTA, Maria Manuel; FRANCO, José Eduardo; CIESZYNSKA, Béata (Org.). **Europa das Nacionalidades: imaginários, identidades e metamorfoses políticas**. Coimbra I: Grácio Editor, 2014. p. 618-628.

CARVALHO, José Murilo de. Unificação da elite: uma ilha de letrados. In: _____. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 47-65.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.292-337.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONDURO, Guilherme Frazão, **Estudos de História**, Rio de Janeiro, v. 23, n.46, p. 281-300, jul./dez. 2010.

COLEÇÃO Digital. In: Museu da imigração do estado de São Paulo. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/colecaodigital>> Acesso em 18 set. 2014

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CORRÊA, Rossini. **O modernismo no Maranhão**. Brasília: Corrêa e Corrêa Editores, 1989.

COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o império. In HOLLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil monárquico II**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.p. 85-100.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem medica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Euclides da. **Ciência e arte**: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Canudos**: diário de uma expedição. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DARWIN, Charles; PAUL, Joaquim da Mesquita. **A Origem das espécies**: no meio da seleção natural ou a luta pela existência na natureza. Porto: Lello & Irmão, 2003.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

Discursos Acadêmicos. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1965.

DIMAS, Antonio. O turbulento e fecundo Sílvia Romero. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. 1ª reimpr. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. p. 74-89.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____; SCHRÖTER, Michael. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____; JUNGSMANN, Ruy. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

FABRIS, Annateresa. **O futurismo paulista**: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda no Brasil. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1994.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FERNANDES, Cleudemar Alves; GAMA-KHALIL, Marisa Martins; ALVES JÚNIOR, José Antonio (Org.). **Análise do discurso na literatura**: rios turvos de margens indefinidas. São Carlos: Claraluz, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Literatura e linguagem. In: MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a. p. 65-99.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____; MOTTA, Manoel Barros da. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2008.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **Interpretação do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros. nº 56. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora. 1947.

_____. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global Editora, 2003.

_____. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1944. 233 p. (Coleção Documentos Brasileiros; 41).

_____. **Nós e a Europa germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX**. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

FERREIRA, Luís Otávio. O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.) **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FRUNGILLO, Mário Luiz. Controverso e contraditório: sobre Canaã, de Graça Aranha. In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS 4., 2008, São Paulo **Anais...** São Paulo: USP, 2008. p 25-44.

GARBUGLIO, José C. **O universo estético sensorial de Graça Aranha**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966.

GIRARD, René. **René Girard, a conversão da arte**. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GOLDMANN, Lucien (Org.) **Sociologia da Literatura**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: SANSONE, Lívio, PINHO, Osmundo Araújo. **Raças**: novas perspectivas antropológicas. 2.ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; EDUFBA, 2008. p. 63-82.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2003.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2003.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAIS, Adauto (Org.) **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 615 p. (Clássicos Cambridge de Filosofia Política).

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. **Textos em representações Sociais**. Petrópolis, Vozes, 1994.

JÚNIOR, Manuel Diegues. **Imigração, urbanização e industrialização**: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: INEP, 1964.

LAMBERT, Jacques. Imigrações estrangeiras e migrações internas. In: _____. **Os dois Brasis**. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1957.p.57-84.

_____. Estrutura étnica e contatos de raças. *In*: _____. **Os dois Brasis**. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1957. p.85-95.

LEPENIES, Wolf. **As Três Culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural II**. São Paulo: Coisac Naify, 2013.

LINS, Augusto Emílio Estellita. **Graça Aranha e o Canaã**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MEMORIAL Tobias Barreto. *In*: ACADEMIA Brasileira de Letras. Disponível em: < <http://200.155.21.154/acervo/arquivo/index.html> > Acesso em 13 jun. 2015

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

_____. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-79, 2003.

_____. Experiência social e imaginário literário nos livros de estréia dos modernistas em São Paulo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 167-207, 2004.

_____. O chão e as nuvens : ensaios de Roberto Schwarz entre arte e ciência. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 70, p. 87-97, 2004.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MORAES, Walmira Sodré Austríaco. **A terra prometida que não vimos**: o milenarismo utópico- distópico em Canaã de Graça Aranha. 2011. 170f. (Mestrado em Letras)- Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso, 2011.

MURARI, Luciana; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. **Brasil, ficção geográfica**: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões. Belo Horizonte: Annablume, 2001.

MUTTI, Regina; CAREGNATO, R.C.A. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo, **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, n 15, v. 4, p.79-84, out./dez. 2006.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Para além do Bem e do Mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. Lisboa: Guimaraes, 1978. 224p

_____; SOUZA, Paulo Cesar de. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 362p. (Coleção das obras de Nietzsche)

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso & leitura**. São Paulo: Cortez; 1988.

_____. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos . Campinas: UNICAMP, 1992.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAES, José Paulo. **Canaã e o ideário modernista**. São Paulo: EDUSP, 1992.

PAULINO, A. G. L. Lugar e poder simbólico em Riacho Doce. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.42, n.1, p. 110-128. jan./jun. 2011.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. Representações Sociais como eixo analítico da investigação: construindo suportes teórico-metodológicos. In: _____. **Criança e adolescente no Brasil**: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula**: O Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 7. ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

_____. **As colectividades anormaes**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1939.

ROMERO, Sílvia. **História da Literatura Brasileira**. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

_____. **História da literatura brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

_____. **Introdução a Doutrina contra Doutrina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Obra Filosófica**. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EdUsp, 1969.

_____. **O evolucionismo e o positivismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Álvares & C., 1895.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

_____. **O Animismo Fetichista dos Negros Baianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. **Os Africanos no Brasil**. 5ed. São Paulo, Nacional, 1977.

_____. **Collectividades Anormais**. Organização e prefácio de Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**: precedido de Discurso sobre as ciências e as artes. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

_____. **O contrato social**: Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

SCHADEN, Egon; BORGES PEREIRA, João Baptista. A exploração antropológica. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil monárquico II**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. (Historia geral da civilização brasileira).

SCHULZE, Frederik. **Emigração e discursos coloniais fracassados: a “germanidade” no Sul do Brasil**. Freie Universitat: Berlim, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova**: revista de Cultura e política. São Paulo, v. 82, p. 139-159, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **O sol do Brasil:** Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Nina Rodrigues: um radical do pessimismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil:** 29 intérpretes e um país. 1ª reimpr. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010, p. 90-103.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas:** forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Mario Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.) **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 41-58.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil, **Revista USP**, São Paulo, n.53, p.117-149, mar./mai. 2002.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco:** raça e nacionalismo no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SPENCER, Herbert. **Do progresso:** sua lei e causa. Editorial Inquérito: Lisboa, 1939.

_____. **First Principles.** Routledge & Thoemines Press: London, 1996. (a)

_____. **Principles of Psychology.** Routledge & Thoemines Press: London, 1996. (b)

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

SILVA, Cleidinalva Carneiro da. **Canaã e Triste fim de Policarpo Quaresma:** dois momentos da representação do negro no Brasil. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, Maria Cristina dos Santos de. **O sentido da cultura moderna segundo Friedrich Nietzsche.** São Luís: LITHOGRAF, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STAM, Robert. **Bakhtin:** da teoria literária a cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. **Graça Aranha**. São Paulo: Melhoramentos, [19--].

TRESPACH, Rodrigo. Alemães para toda obra. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 9, n.102, p.15-19., 2004.

TRINDADE, Nísia Lima. Euclides da Cunha: o Brasil como Sertão. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.p. 104-117.

TOLSTÓI, Liev. **O pensamento vivo de Tolstói**. São Paulo: Martins Fontes, [19--].

VELOSO; MADEIRA. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VERÍSSIMO, José. **Estudos de Literatura**. Rio de Janeiro: Garnier, 1997.

UNIVERSITÁRIO. Imigração Alemã no Brasil. Disponível em: <<http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=15246>>. Acesso em 12 mar. 2014

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: editora da UNICAMP, 2007.

ZIMA, Pierre V. Literatura e sociedade: para uma sociologia da escrita. *In*: Varga, A. Kibédi. **Teoria da literatura**. Lisboa: Presença, 1981.p.44-70.

ZOLA, Émile. **Do Romance**: Stendhal, Flaubert e os Gouncourt. São Paulo: Ed. EDUSP, 1995.

WARWICK, Jack. Um Caso-Tipo de Aplicação de Método Sociológico: os escritores canadenses franceses e sua situação minoritária. *In*: GOLDMANN, Lucien (Org.). **Sociologia da Literatura**. São Paulo: Mandacaru, 1989.p. 112-154.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**: De Coleridge a Orwell. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos**. Bauru: EDUSC, 2002.

APÊNDICE 1- CONCEPÇÃO DE ARTE E CIÊNCIA NA ALEMANHA DO SÉCULO XIX

Dada a admiração que Tobias Barreto e Graça Aranha compartilhavam em relação à cultura alemã, sua concepção científica em especial, será necessário discorrer um pouco acerca das perspectivas de ciência e literatura germânicas nos finais do século XIX e início do século XX.

Enquanto a França se voltava para questões referentes ao social e a Inglaterra também, a Alemanha se opôs fortemente a esse modo de pensar e compreender o mundo. A escrita científica, para os românticos, negligenciava a agradabilidade do texto, sua beleza. Esse posicionamento, para Wolfs Lepenies (1996) seria explicado pelo fato de a Alemanha do início do século XX ser até então menos desenvolvida econômica e politicamente (unificação tardia) do que seus vizinhos. A busca por essa reflexão teria conduzido a uma oposição entre romantismo e ilustração, entre subjetividade e objetividade.

Aquele reino interior criado pela filosofia do idealismo alemão e pela literatura do classicismo de Weimar não precede apenas a fundação política do Reich em mais de um século- ele é por longo tempo prontamente interpretado de modo equivocado pelos próprios alemães como ato político de renúncia ao próprio político e como legitimação do recuo da sociedade para o mundo da esfera privada. (LEPENIES, 1996, p. 203)

As críticas dirigidas ao romance social, à ilustração e à ciência eram comuns na Europa, porém a reação mais radical viria da Alemanha, que elegeu a poesia como forma mais legítima de conhecimento. O movimento literário

alemão se constituía de poetas e não de cientistas e escritores comuns. Na França e Inglaterra, o romance realista e naturalista faziam referência à burguesia, ao passo que os alemães se voltavam para os versos, algo mais íntimo; a experiência de ler e produzir literatura era algo, para eles de cunho pessoal, despreocupado com aspectos coletivos, desvinculado de elementos sociais (LEPENIES, 1996).

Para Julius Langbehn, famoso pintor alemão, uma ciência só poderia ser digna de ser assim denominada, se fosse uma metáfora da vida, e por isso mesmo, seria algo semelhante a uma obra de arte. Outra grande influência na perspectiva de desconfiança em relação à ciência (positiva) seria Nietzsche. Nas artes, na música e na filosofia alemã foi se estabelecendo uma “filosofia da vida”. Dilthey, filósofo do início do século XX, defendia que a ciência dura, mecanizada, pretensamente objetiva, possuía limites evidentes. Para ele “ só a vida explicaria a vida”, essa vida sem limites, caótica, que não caberia em qualquer modelo. Partia do princípio que só conhecemos verdadeiramente aquilo que vivemos (LEPENIES, 1996).

Em 1913, Walther Rathenau escrevia em *Zur Mechanik des Geistes oder von Reich der Seele* que a filosofia [então] contemporânea estava se distanciando da vida, tornando-se ciência, repleta de cálculos exatos, esquemas e medições. Como seria, pois, possível mensurar o sentimento, o orgulho? Para vários pensadores românticos, Goethe seria mais bem sucedido nesta tarefa de desvelamento da alma do que qualquer filósofo ou cientista. A disputa entre razão e sentimento era algo relativo também a uma disputa entre a influência francesa e os ideais da revolução de 1789, o ideário iluminista e o intimismo alemão. É nesse contexto que Max Weber se propõe a um modelo de sociologia/economia que se voltava para um aspecto subjetivo: o significado das ações para os sujeitos; era uma sociologia reflexiva, opondo-se ao modelo durkheimiano. Nem por isso foi poupado de intensas críticas com a de Erich von Kahler, que considerava Weber o pai dessa “ciência racional e destrutiva”(LEPENIES, 1996).

O então modelo de ciência defendido por von Kahler possuía dois momentos distintos: o primeiro era o da pesquisa: coleta de dados, trabalho

esboçado e o momento da exposição: o estudo com seus resultados traduzidos para o público; desse modo, o momento da pesquisa é algo restrito, pertence ao pesquisador e seus pares, sua equipe, porém o momento da exposição é algo compartilhado, um trabalho final com os devidos requintes e acabamento, uma obra de arte (LEPENIES, 1996).

Respondendo a essa questão de von Kahler, Arthur Salz em *Fur die wissenschaft: Gogen die Gebildeten unter ihren Verachtern* em 1921 [Pela Ciência: Contra os intelectuais que a criticam], o autor retruca a proposta de transpor a linguagem estética para a ciência e propõe a diferenciação entre intelectual e poeta, de modo que caberia apenas ao poeta “isolar-se do mundo real”.

Sentir-se supratemporal, supranacional, supra-social, incondicionado e absoluto, se acredita com isso essa renúncia pessoal poder servir com o coração purificado, renúncia certamente nada fácil e pela qual investe sua vida, seus deuses, que não são os deuses do Estado atual. (SALTZ 1921, p. 58 apud LEPENIES,1996)

A ciência, configurada no tempo, não seria portadora de uma essência, atemporal, metafísica, o que acreditavam possuir a poesia. O Círculo de George, grupo de pensadores alemães, temia que as ciências humanas pudessem conduzir a uma especialização e a um intelectualismo. Com esse receio, intelectuais como Ernst Treeltsch inspiraram-se em Nietzsche para propor “um novo modelo de ciência”, pelo qual a ciência liberta do historicismo e se aproximaria da vida e da arte sem abrir mão do rigor metodológico (LEPENIES, 1996).

A Sociologia e a Psicologia não detinham um espaço de legitimidade, Tateavam entre as artes e a literatura. As ciências Humanas na Alemanha detinham esse caráter. Se por um lado havia um movimento para estetizar a ciência, também ocorreu o inverso em outras partes do mundo, notadamente França e Inglaterra. Zola, Balzac, entre outros concediam às artes um *status* científico, uma busca pela verossimilhança. Os realistas e naturalistas vislumbravam no romance sua forma de expressão; esse tipo de escrita que

tocava em casos particulares não buscava uma essência do humano. Eram considerados para os poetas algo superficial. Friedrich Walters do Círculo de George referia-se a três autores dos quais os poetas alemães deveriam manter distância: “o anti-teísta francês Zola, o sombrio escandinavo Ibsen e o amorfo russo Dostoiévski”. A música e a poesia eram consideradas as grandes expressões do orgulho alemão, à prosa, concediam relativo desprezo, e à ciência, grande desconfiança e temor (LEPENIES, 1996).

No Brasil, o romantismo expressou o momento de valorização da estética, da beleza, do sentimento. Porém, o realismo já questionava a ordem social vigente, porém, sem perder estilo e elegância; o naturalismo na literatura foi o que mais se conformou ao modelo de ciência positiva e mesmo evolucionista, embora a seu modo. O naturalismo tanto de Zola quanto de Aluísio Azevedo põe por terra a interpretação de que a literatura não reflete a política, a miséria concreta. Não pretende ser bela ou metafísica, explora o mundo e o expõe. Se na Alemanha ciência e literatura eram incompatíveis, no Brasil, o naturalismo pregava o oposto. O que inspirou a Escola do Recife em relação ao pensamento germânico não foi o ideário de literatura, mas o de ciência.

APÊNDICE 2- SPENCER E SUA TEORIA EVOLUCIONISTA

Para lançar luz sobre o que o autor disse e o que sobre ele foi dito, situaremos o lugar de fala de Spencer. (BAIARDI, 2008)

Inicialmente, o autor trabalhou como engenheiro ferroviário, onde foi economicamente bem-sucedido, tendo patenteado invenções como o velocímetro, o dinamômetro de torque (instrumento que mede a força do motor das locomotivas) e o pino de pressão usado em vagões. O saber adquirido durante sua carreira no mundo do conhecimento pragmático e cujas certezas eram baseadas em leis da física e axiomas matemáticos, não o abandonariam jamais. Considerando a si próprio como um não conformista, Spencer possui uma trajetória curiosa: quando jovem fora educado sob um sistema matemático desenvolvido pelo pai, aprendeu a pensar na moral como regras, sistemas precisos; defendeu ideias radicais como o fim da propriedade privada e o sufrágio universal (ideias que abandonaria com a maturidade); gostava de exercitar o pensamento com matemática e economia política. Durante o período vitoriano, as ciências da terra e da natureza, bem como a filosofia gozavam de grande prestígio. Foi então que Spencer motivou-se a escrever um tipo de filosofia muito peculiar. Quando desistiu de ser engenheiro, foi admitido como um dos editores da revista *The Economist*. Passou a pensar com os modelos da física e da botânica, o mundo social (BAIARDI, 2008).

Inspirado pela educação sistemática que recebeu durante o primário, propôs uma “ciência da moral” com métodos importados das ciências naturais. Em *First Principles*, desenvolve um processo evolutivo mecânico, calcado em uma perspectiva teleológica de mundo, ou seja, de que as coisas no mundo tem um fim em si mesmas (BAIARDI, 2008).

Quando historiadores brasileiros (Lília Moritz, Costa, Murilo de Carvalho) nos falam acerca da influência de teorias europeias no Brasil é interessante pensar em termos de usos e apropriações, em um sentido próximo das artes de fazer, de Certeau. Isso porque tanto o positivismo de que fala

José Murilo de Carvalho como em termos de evolucionismo spenceriano, as fontes apesar de enfatizarem sua importância, falam-nos que o que ocorreu por parte do pensamento social e político da elite intelectual brasileira foram interpretações pouco rigorosas de tais clássicos. A obra de Spencer, além de longa, exige um conhecimento específico para sua interpretação: filosofia, física, biologia e até matemática e química orgânica.

Segue abaixo aspectos fundamentais do pensamento spenceriano.

Axiomas principais da teoria dos *Princípios Primeiros*.

- I. Persistência da força: Refere-se ao conceito de força da física clássica. Também pode ser pensada como energia.

- II. Indestrutibilidade da matéria:

Inspirada em Lavoisier.

- III. Continuidade do movimento:

Como na física clássica, o movimento é contínuo.

Leis construídas a partir dos axiomas acima:

- I. Lei da instabilidade do homogêneo: todo sistema finito perde sua homogeneidade por estar exposta a forças potencialmente desiguais. As forças externas ao sistema possuem um papel importante na mudança do homogêneo para o heterogêneo.

- II. Lei da multiplicação dos efeitos:

Para uma causa é possível existir vários efeitos, bem como muitas causas podem produzir apenas um efeito.

- III. Lei da contínua redistribuição da matéria e do movimento:

Dessa lei se originam os conceitos de evolução, dissolução e equilíbrio.

A definição de Spencer para o processo evolutivo é:

[...] uma integração da matéria e concomitante dissipação do movimento, durante o qual a matéria passa de uma indefinida e incoerente homogeneidade para uma definida e coerente heterogeneidade, ao mesmo tempo em que o movimento que é retido sofre uma transformação paralela (SPENCER, 1962, p. 397).

A linguagem Spenceriana (em nota de rodapé) não auxilia a compreensão do leitor médio, especialmente devido ao uso de conceitos da física, porém, traduzindo em linguagem simples, a evolução (dos organismos biológicos, das plantas, animais, artes e sociedades humanas) se daria em um processo onde os corpos (*lato sensu*) desigualmente expostos a forças resultariam em elementos diferenciados.

A evolução exigiria uma maior integração das partes (de organismos biológicos ou sociais); também seria sinônimo de heterogeneidade, diversidade organizada. Quanto mais diversificado e complexo o organismo, mais evoluído ele seria. Nesse sentido, um exemplo de evolução no sentido social seria a solidariedade orgânica de Durkheim.

Relacionado ao termo evolução, há um conceito que corresponde ao seu avesso: dissolução, cuja “fórmula”, podemos explicar da seguinte maneira: em um dado momento ou circunstância, o “ritmo” das forças que combinadas resultava na evolução, fica saturado, passando do limite da integração adequada. Se a integração gradativamente diminui, ao invés de evolução, ter-se-ia dissolução.

Completando os princípios fundamentais de sua filosofia sintética, há a Lei do Equilíbrio, segundo a qual, havendo a existência concomitante de forças, pode haver equilíbrio entre estas por meio da adaptação. A teoria da “boa mestiçagem” adotada por pensadores brasileiros (que será discutida no capítulo: raça) poderia ser uma interpretação spenceriana sobre a adaptação.

A ontologia spenceriana, cujo organismo, assim como o ambiente são seres para os quais ele estabeleceu “princípios psicológicos”, em uma mistura entre biologia, física e psicologia. O organismo seria suscetível a dois processos: integração/assimilação e desintegração/oxidação. Como resultado de sua mecânica de modelo geométrico indutivo, cujas leis foram didaticamente transpostas acima, acrescenta-se que seu esquema evolutivo não consegue, ou não considera relevante características secundárias dos seres tais como: cor e odor. Estes são elementos, cuja particularidade não coube em seu sistema de “postulado universal”. Isso porque a raça, tão importante no debate acerca da formação da nacionalidade brasileira, não seria um conceito do evolucionismo spenceriano, mas uma leitura que derivou de seus escritos acrescentando os interesses locais.

Se características secundárias tais como cor e detalhes de aparência física não eram consideradas relevantes na filosofia spenceriana, como poderiam ser consideradas fundamentais para os homens de ciência brasileiros no final do século XIX e início do século XX? Dada a nomenclatura e a multidisciplinaridade empregada em seu texto, seria possível que a influência de Herbert Spencer fosse tamanha no Brasil?

A obra filosófica mais geral é de leitura espinhosa, porém, seus passeios pela economia política torna sua leitura mais acessível, aparentemente, com a intenção de ser lido e compreendido por um número maior de pessoas além do público especializado e restrito de filósofos. Em *Do Progresso: suas leis e causas*, temos explicações mais didáticas, sem o emprego dos termos matemáticos ou físicos. No capítulo IV: *O progresso na sociedade*, Spencer enuncia sua lei geral aplicada a sociedades humanas:

Como se observa nas tribos bárbaras atuais, a sociedade, nas suas formas primitivas e inferiores, é um agregado homogêneo de indivíduos que tem o mesmo poder e exercem idênticas funções: a única diferença observada nestas últimas é a que acompanha a diferença dos sexos. (SPENCER, 1939, p. 30).

As sociedades indígenas eram o exemplo do início do processo evolutivo, com pouca diferenciação, semelhante à solidariedade mecânica de Durkheim. Porém, devido sua lei de instabilidade do homogêneo, ocorreria necessariamente uma mudança dessas sociedades até se tornarem heterogêneas, como a Europa “civilizada”. Uma das evidências científicas, segundo Spencer, da inferioridade dos índios seria a ausência de código de conduta e de leis. “A autoridade do mais forte se faz sentir nos governados, entre os selvagens, do mesmo modo que num rebanho de animais ou num grupo de rapazes”. (SPENCER, 1939, p. 31). Spencer trabalha com termos de sociedade “superiores e inferiores”, porém não atribui a essas um fator biológico intransponível. A “comprovação” da suposta inferioridade se dá não por uma raça ou caracteres físicos, mas por um “grau de desenvolvimento social mais avançado”. O termo “simples” estaria para “atrasado” assim como “complexo” estaria para “desenvolvido”. Trata-se, pois de uma teoria etnocêntrica, que foi utilizada como referencial (embora parcialmente) por intérpretes das teorias raciais brasileiras.

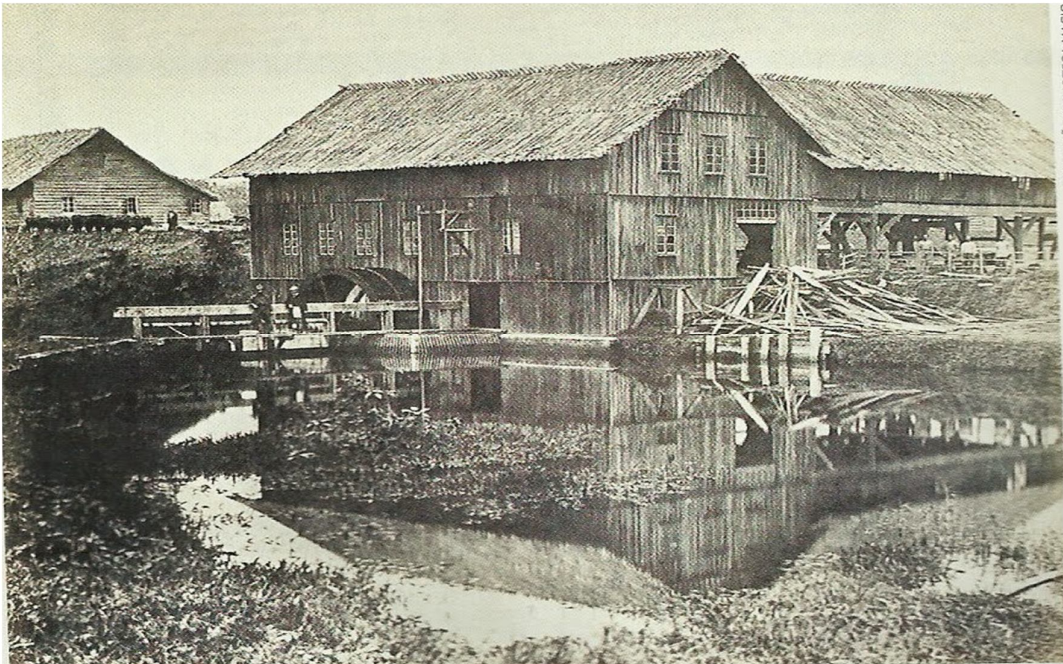
ANEXO 1- GERMÂNICOS NO BRASIL

Figura 1- Na colônia alemã



Fonte: <angelinawittmann.blogspot.com.br/2014/05>

Figura 2-Habitação de imigrante alemão



Fonte: Associação pró-memória da imigração germânica

Figura 3-Família de colonos



Fonte: Associação pró-memória da imigração germânica

Figura 4- Cinco gerações de família tradicional de imigrantes germânicos



Fonte: <http://www.amigbrasil.org.br/>

Figura 5- Alemães no Brasil



Fonte: <http://www.amigbrasil.org.br/>

ANEXO 2. PUBLICIDADE ENTRE BRASIL E ALEMANHA.

Figura 1- Propaganda em alemão pró-imigração

Allgemeine Auswanderungs-Zeitung.

Ein Bot
zwischen der alten und neuen Welt.

Sechsten Jahrganges 1. Semester.

Preis: halbjährlich 1¹/₂ R. oder 3 R. 42 B.

Verstellungen sind
nicht dem Verleger unmittelbar,
sondern
bei jeder abgelegenen Post oder Buchhandlung
in BREMEN und HAMBURG bei
den Hrn. Thurn und Taxis'schen Veräußerern
anzubringen.

Rudolstadt, den 10. Februar

Unter Mitwirkung
der Herren
Dr. Büttner und Fr. Bromme
herausgegeben von
G. M. von Hof
aus Nordamerika.

Folgende Firmen nehmen, außer Verstellungen, auch
Insertions-Aufträge an:
Schäfermann's Buchhandlung in Bremen.
H. Bader in Rotterdam.
Hr. Kündel in Paris (11, rue de Lille).
Hr. Gorrige in New-York.
J. G. Weisheit in St. Louis.

1852. N^o 21.

Inhalt. Ein Besuch in den australischen Goldminen. Von Fr.
Schäfer. — Berlin: Sitzung des Centralisations-Vereins. — Frankfurt:
Wir war das Ganze eine alte, aber keineswegs angenehme Erinnerung
an Californien; ich hatte dort das Minenleben zu satt bekommen, um mich

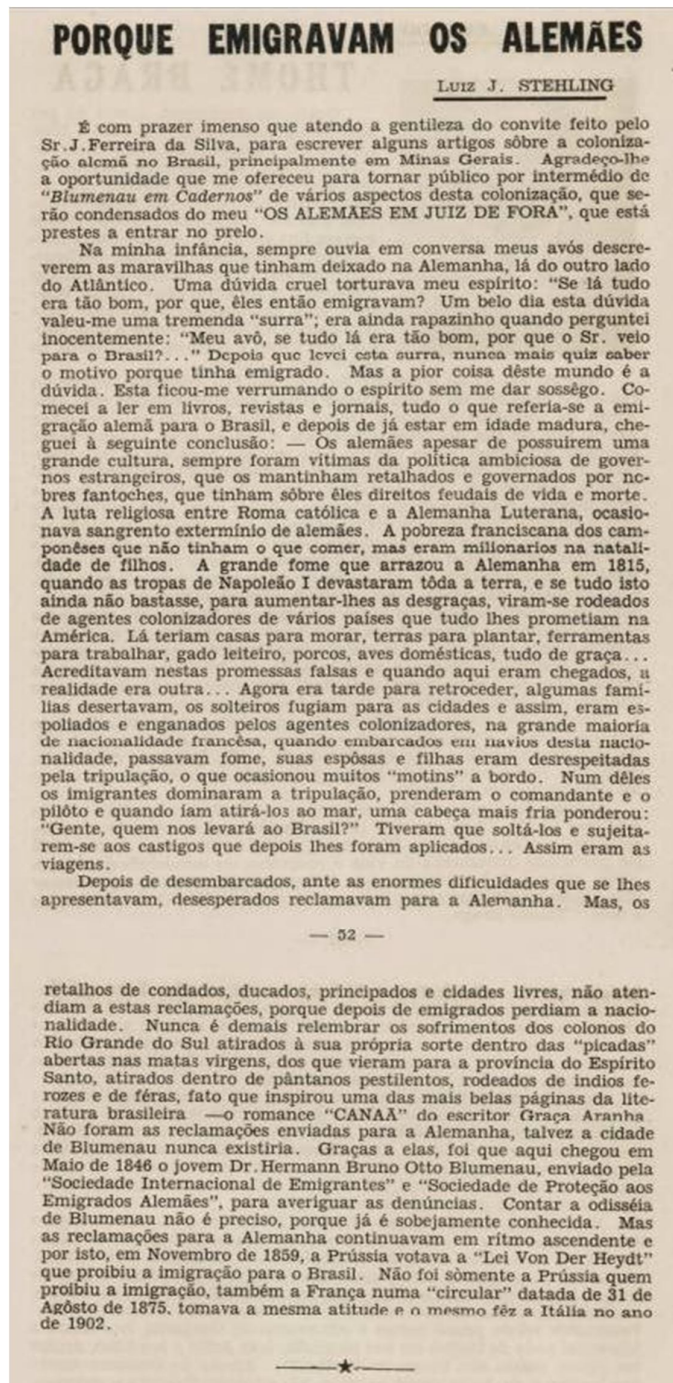
Fonte: <angelinawittmann.blogspot.com.br/2014/05/>

Figura 2- Mapa em alemão do sul do Brasil



Fonte: angelinawittmann.blogspot.com.br/2014/05/


Figura 3-Periódico mais antigo de Blumenau – desde nov.1957.



Fonte: Revista Blumenau em Cadernos.

Figura 4- Publicidade da imigração em alemão

30

 **Hamburg-Amerikanische Packetfahrt**
(33) von **HAMBURG** nach **NEW-YORK**.

Die nachstehenden, vorzüglich bewährten, großen, dreimaligen und viererbedenen Packetfahrtschiffe obiger Gesellschaft werden, am 15. Februar beginnend, auch im gegenwärtigen Jahr wiederum jeden Monat am 1sten und 15ten mit Passagieren und Gütern direct von Hamburg nach New-York expedirt werden, als:

am 15. Februar	Deutschland,	Capitän Panzer,
am 1. März	Rhein,	Capitän Popp,
am 15. März	Elbe,	Capitän Heydtmann,
am 1. April	Nordamerika,	Capitän Peters,
am 15. April	Oder,	Capitän Ehlers.

Es wird die Zahl dieser Packetfahrtschiffe noch im Laufe des Sommers durch das jetzt hier im Bau begriffene große dreimalige Packetfahrtschiff **Domus** vermehrt werden, welches in Folge seiner eben so vortheilhaften als soliden Construction die vorigen Schiffe weit über sich ausreicht wird.

Die Vortheile der genannten Schiffe, deren ausgezeichnete Einrichtung sowohl in Rücksicht ihrer 74 Fuß hohen und luftigen Zwischendecks, wie der, alle möglichen Bequemlichkeiten und Annehmlichkeiten in sich vereinigenden Kajuten der Auswanderer und sonstigen Reisenden ganz besonders zu empfehlen ist, hat sich auch im verwichenen Jahre durch die ununterbrochene, raschen und glücklichen Reisen auf das südamerikanische Festland bewiesen, daher denn auch über die in jeder Hinsicht zufriedenstellende Beförderung, sowohl den Auswanderer selbst, als die reisenden Reisenden der Schiffe, als auch der Gesellschaft von den Passagieren nach jeder Reise zu glänzender Auszeichnung zu Theil geworden sind.

Ende März 1853

nehmen die Schiff-Gelegenheiten für Auswanderer nach der **brasilianischen Colonie STA. CRUZ,** Rio Grande do Sul, welches ihren Anfang, besonders erhält jede einwandernde Familie von der dortigen Regierung **60,000 □ M. Land als freies Eigenthum** und mehrere andere bedeutende Vortheile und Unterstützungen. Die Schenkungs-Akte wird in Hamburg von dem brasilianischen General-Consulate beglaubigt und bestätigt.

Die nächste Expedition nach der deutschen Colonie **DONA FRANCISCA** in Süd-Brasilien wird Anfangs März und nach Colonie **BLUMENAU** Mitte März a. e. erfolgen.

Regelmäßige Packet- und Passagierfahrt
zwischen **HAMBURG** und **Sydney, Port Adelaide & Port Philipp** in Australien

mit den neuen, großen, dreimaligen, viererbedenen Packetfahrtschiffen der Herren **Ros, Vidal & Co.** in Hamburg:
Alma & Olga, geführt vom Capt. **F. H. Daniel Ross,** gef. vom Capt. **J. G. Krieger,**
Charles Ross, " " " **D. Joh. Melvina Vidal,** " " " **G. A. W. Fackmann.**

Die erste Expedition findet Statt am 15. April mit dem Packetfahrtschiff **Charles Ross,** geführt vom Capt. **D. Joh.**

Die letztgenannte Auswanderung bietet, in jeder Hinsicht sowohl für Auswanderer, als für Reisende, mit allen Bequemlichkeiten versehenen Schiffe wird alle aus wünschenswerthen Umständen bestehende, welche solchen Auswanderern und Passagieren auf das Angenehmste empfohlen werden kann.

Passagiere für obige, sowie für andere solide Ueberfahrtsgelegenheiten von Hamburg und Bremen nach den verschiedenen Bestimmungen nimmt zu den billigsten Preisen an der bevollmächtigte Agent **G. Froebel in Rudolstadt.**

Fonte: <angelinawittmann.blogspot.com.br/2014/05/>

ANEXO 3- SÍMBOLOS POSITIVISTAS

Figura 1- Bandeira nacional com o lema do positivismo



Fonte: (André Maceira/Creative Commons)

Figura 2- Tiradentes de Décio Villares



Fonte: Murilo de Carvalho, 2012.

ANEXO 4- DECRETO Nº 528, DE 28 DE JUNHO DE 1890

(Reprodução do texto originalmente publicado, sem correções ortográficas).

Regularisa o serviço da introdução e localisação de immigrants na Republica dos Estados Unidos do Brazil.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação:

Considerando a conveniencia de regularisar o serviço da immigração na Republica, de modo que os immigrants tenham segura garantia da effectividade dos auxilios que lhes forem promettidos para o seu estabelecimento;

Considerando que da adopção de medidas adequadas e tendentes a demonstrar o empenho e as intenções do Governo, relativamente á immigração, depende o desenvolvimento da corrente immigratoria e a segura applicação dos subsidios destinados áquelle serviço, ao qual se acha intimamente ligado o progresso da Nação;

Considerando que a protecção dada aos immigrants e as medidas que assegurarem a sua prompta e conveniente collocação concorrem efficazmente para interessal-os na prosperidade dos estabelecimentos em que forem localisados;

Considerando que faz-se conveniente a concessão de favores que animem a iniciativa particular e auxiliem o desenvolvimento das propriedades agricolas, facilitando-lhes a acquisição de braços, de modo, porém, que seja attendida a conveniente collocação dos immigrants, decreta:

PARTE PRIMEIRA

CAPITULO I

DA INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Art. 4º Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia.

Art. 5º Sómente terão passagem integral ou reduzida, por conta do Governo Federal:

1º As familias de agricultores, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes os individuos maiores de 50 annos;

2º Os varões solteiros maiores de 18 annos e menores de 50, uma vez que sejam trabalhadores agricolas;

3º Os operarios de artes mecanicas ou industriaes, artezãos e os individuos que se destinarem ao serviço domestico, cujas idades se acharem comprehendidas entre os limites do paragrapho precedente.

Os individuos enfermos ou com defeitos phisicos, sómente terão passagem gratuita, si pertencerem a alguma familia que tenha pelo menos duas pessoas válidas.

Art. 6º Nos contractos para o transporte de immigrants serão limitados ao maximo de 50 % do numero total os individuos comprehendidos na 2ª e 3ª classificação do art. 5º, sendo os desta na proporção maxima de 33 % dos daquela.

Art. 7º O Estado concederá ás companhias de transporte maritimo que o requererem a subvenção de 120 francos pela passagem de cada immigrant adulto que ellas trasportarem da Europa para os portos da Republica e proporcionalmente, na razão da metade daquela quantia pelos menores de 12 annos até 8 inclusive, e a quarta parte pelos desta idade até 3 annos, uma vez que as mesmas companhias se obriguem a preencher as formalidades constantes deste decreto, e a não receber dos immigrants mais do que a differença entre a citada quantia e o preço integral das passagens; o que deverão provar com as declarações por elles firmadas, as quaes serão aqui verificadas no acto da chegada.

Art. 8º Todos os immigrants que forem introduzidos em virtude de contractos deverão vir acompanhados de um attestado do agente consular da Republica, residente no porto da procedencia, no qual se ache especificado o nome, idade, estado e profissão, e bem assim o gráo de parentesco dos individuos que compuzerem cada familia.

Art. 9º Nenhum immigrant terá o auxilio do art. 5º, sem que declare expressamente qual o destino que pretende tomar chegando á Republica; e se achem certos, os que se destinarem ao serviço agricola, que do Governo sómente poderão reclamar o transporte para o ponto de seu destino e a respectiva collocação em algum nucleo colonial á sua escolha, no qual terão os auxilios e favores de que alli gozam todos os immigrants na fórmula deste decreto.

Os operarios mecanicos, industriaes, etc. deverão igualmente assignar a declaração de que para a sua collocação nenhum favor solicitarão do Governo, além da protecção deste e das autoridades, bem como o transporte para as localidades onde desejarem fixar-se.

Todas estas declarações, que deverão ser feitas perante o agente consular e por este authenticadas, ficarão archivadas na Inspectoria Geral das Terras e Colonisação.

Art. 10. Os immigrants nominalmente indicados, ou aquelles que forem solicitados para o serviço de estabelecimentos particulares, não poderão ter o favor do art. 5º, sem que preceda declaração firmada pelos individuos que os chamarem ou solicitarem, obrigando-se a prestar-lhes os auxilios precisos para a respectiva manutenção durante o tempo necessario, até que elles o possam obter pelo seu trabalho.

Esses documentos, que serão igualmente archivados na Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, sujeitam os seus autores á effectiva responsabilidade, na falta de cumprimento da promessa feita.

Art. 11. Os proprietarios agricolas, assim como os bancos, companhias ou particulares proprietarios de nucleos, que desejarem receber immigrants, deverão apresentar á Inspectoria Geral das Terras e Colonisação o respectivo pedido, declarando o numero de individuos ou de familias que desejarem, a respectiva nacionalidade, e bem assim as vantagens que lhes offerecem, conforme a especie do serviço que for indicada.

Uma cópia deste pedido será enviada ao contractante do transporte, o qual a fará verter para o idioma do paiz a que pertencerem os immigrants solicitados, sendo indicado na competente moeda o valor do salario offerecido.

Esse documento, passado em duas vias, será assignado pelo immigrant, com a declaração de que fica sciente das condições propostas. Uma das vias ser-lhe-ha entregue e a outra apresentada á Inspectoria Geral das Terras e Colonisação na occasião da sua chegada.

Art. 12. Os immigrants ficarão sob a protecção especial do Governo e das Inspectorias Geral e Especiaes de Terras e Colonisação durante os seis primeiros mezes que decorrerem após a sua chegada.

Aquelles que, collocados em estabelecimentos particulares, quizerem transferir-se para os nucleos coloniaes particulares ou do Estado, poderão fazel-o dentro daquelle prazo, sujeitando-se ao disposto no art. 5º.

Igualmente poderão os que ficarem nas cidades do littoral da Republica solicitar no mesmo prazo a respectiva transferencia para qualquer outro ponto até onde chegarem communicações regulares, por via maritima, fluvial ou terrestre.

Art. 13. Serão sómente tomadas em consideração as reclamações feitas pelos immigrants dentro daquelle prazo, cumprindo á Inspectoria Geral das Terras e Colonisação na Capital Federal, ás Inspectorias Especiaes aos agentes officiaes de colonisação ou immigração, nos logares onde houver estes funcçionarios, e, finalmente, aos presidentes das Municipalidades, Intendencias, ou da corporação de eleição popular, que for creada para substituir as antigas Camaras Municipaes, verificar as allegações dos reclamantes, promover os inqueritos que forem precisos, dando de tudo conhecimento ao Ministerio da Agricultura, por intermedio dos governadores, quando a reclamação se fizer directamente aos funcçionarios dos Estados, ou por intermedio da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, quando o inquerito for por esta autorizado; cumprindo aos referidos funcçionarios dar o seu parecer sobre a procedencia da reclamação.

Art. 14. O proprietario ou gerente do estabelecimento particular, que for convencido de ter faltado aos compromissos contrahidos com os immigrants, será compellido a satisfazel-os pelos meios legaes, e perderá o direito de havel-os por intermedio do Estado, durante o prazo de seis mezes a dous annos, conforme as circumstancias do caso.

Art. 15. Os contractantes do transporte de immigrants ficarão incursos nas multas estabelecidas nos respectivos contractos, si, nas averiguações a que se

proceder na fôrma dos artigos precedentes, verificar-se que não são agricultores os immigrants sobre que versar o inquerito, uma vez que como taes tenham sido introduzidos.

Nos casos de deficiencia dos contractos, a multa será igual á metade do preço das passagens de toda a familia, ou unicamente da passagem do immigrant, si elle tiver vindo só.

Art. 16. As companhias de navegação, que houverem transportado durante o anno 10.000 immigrants pelo menos, sem que tenha havido reclamação alguma a respeito das bagagens e do tratamento dado aos mesmos immigrants, terão direito a um premio de 100.000 francos.

Art. 17. Sómente terão direito a ser repatriados por conta do Estado:

1º As viúvas e orphãos, que tiverem perdido seus maridos ou paes dentro de um anno, após sua chegada aos portos da Republica;

2º Os immigrants que ficarem inutilizados em consequencia de desastre soffrido no serviço a que se dedicaram, uma vez que não tenham ainda um anno de residencia na Republica.

Os immigrants, que se acharem nestas circumstancias, terão, quando solicitarem, além da necessaria passagem, o auxilio de 50\$ a 150\$, conforme o numero de pessoas da familia, para as despesas de viagem e installação.

Nestas disposições, sómente se comprehendem os immigrants que tiverem sido introduzidos no paiz com passagem paga pelo Estado.

Art. 18. Os governadores tomarão as medidas necessarias no intuito de proteger os immigrants morigerados e laboriosos, contra qualquer especulação nos respectivos Estados.

Art. 19. Todas as reclamações relativas ás bagagens deverão ser dirigidas á Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, á qual cumpre adoptar as providencias necessarias para que as mesmas cheguem com os respectivos donos a seus destinos.

PARTE SEGUNDA

CAPITULO II

DAS PROPRIEDADES AGRICOLAS

Art. 20. Todo o proprietario territorial, que desejar collocar immigrantes europeus em sua propriedade, tem direito aos favores constantes deste decreto, desde que sejam preenchidas as condições aqui estipuladas.

Art. 21. As propriedades destinadas á localisação de immigrantes deverão ser inscriptas no registro a que se refere o decreto n. 451 B de 31 de maio proximo findo, e não poderão ter área inferior a 500 hectares estando incultas, ou 300 hectares, si estiverem cultivadas.

A sua distancia dos centros de consumo, ou de uma estação da mais proxima via-ferrea, não deverá exceder de 13.200 metros, contados do centro da propriedade.

Art. 22. As propriedades deverão ser descriptas em um memorial, contendo informações precisas sobre a qualidade das terras, a salubridade e aptidão para a cultura, os cursos de agua que as banham, e bem assim sobre a especie de lavoura a que se prestam.

Outrosim, quando se tratar de propriedades já cultivadas e em exploração, serão igualmente indicadas as estradas que já possuirem, bem como os edificios, machinas e aparelhos que tiverem para o beneficiamento dos productos.

Art. 23. As propriedades deverão ser divididas em lotes, convenientemente providos de agua, e de alguma matta para os misteres domesticos.

Nas propriedades incultas, a área dos lotes será de 15 hectares; nas que já tiverem cultura, os lotes poderão ser de cinco hectares no minimo, devendo estes ter, pelo menos, metade da área já cultivada.

Os lotes deverão ter as necessarias picadas para se communicarem entre si, e com a estrada geral existente, ou que for projectada.

CAPITULO III

DA VENDA DOS LOTES E MODO DE PAGAMENTO - AUXILIOS AOS IMMIGRANTES - TITULO DE PROPRIEDADE

Art. 24. Os lotes contendo uma casa provisoria, de valor não inferior a duzentos e cincoenta mil réis, conforme o typo approved pelo Governo, serão vendidos a immigrants com familia pelo preço maximo de 25\$, por hectare, estando as terras incultas, ou 50\$, estando as terras cultivadas.

Nestes preços não está incluido o custo da casa provisoria.

O pagamento será feito por prestações annuaes, a contar do primeiro dia do segundo anno do prazo, que não será menor de 10 annos, addicionando-se á importancia de cada prestação o juro nunca excedente a 9 % ao anno.

Art. 25. Os proprietarios adiantarão aos immigrants, que forem localisados, as ferramentas, sementes, etc.; bem assim os meios necessarios para a subsistencia delles e de suas familias até o prazo de nove mezes, enquanto não tiverem resultado as suas culturas.

A importancia dos adiantamentos será addicionada ao valor do lote que, com todas as bemfeitorias, ficará hypothecado ao proprietario, até final pagamento.

Art. 26. O immigrant receberá, no acto do seu estabelecimento, um titulo provisorio de sua propriedade, no qual serão lançados, com o preço do lote, os adiantamentos que receber.

Neste mesmo titulo serão igualmente registrados os pagamentos que forem effectuados.

Logo que terminarem os pagamentos devidos pelo immigrant, será este titulo trocado por outro de character definitivo, onde lhe seja dada plena quitação

e se achem indicadas todas as vantagens estabelecidas no citado decreto n. 451 B, de 31 de maio.

CAPITULO IV

DA FALTA DE PAGAMENTO E ABANDONO DO LOTE - TRANSFERENCIA - AVALIAÇÃO DAS BEMFEITORIAS

Art. 27. No caso de atraso nos pagamentos por dous annos successivos, poderá o proprietario reclamar o despejo do lote, pagando ao immigrante as bemfeitorias que houver feito a metade das prestações já realizadas, depois de deduzida desta importancia a que lhe for devida pelos adiantamentos que houver feito.

Art. 28. No caso de abandono do lote, antes do completo pagamento, nenhum direito terá o immigrante á indemnização de qualquer natureza.

Art. 29. E' permittido ao immigrante transferir o seu lote, antes de havel-o pago, uma vez que a isso acceda o proprietario.

Art. 30. Nos casos de desaccordo na avaliação das bemfeitorias existentes nos lotes, o juiz de paz do districto, onde estiver a propriedade, nomeará um arbitro, decidindo o laudo deste a duvida que houver.

CAPITULO V

DOS FAVORES CONCEDIDOS PELO ESTADO

Art. 31. Todos os proprietarios ou empresas, que satisfizerem as condições indicadas nos artigos precedentes, terão direito a receber do Estado os seguintes favores, na proporção que segue, conforme a categoria em que for classificada a respectiva propriedade.

Art. 32. São de tres categorias as propriedades a que se refere o artigo precedente.

Art. 33. Pertencem á 1ª categoria: as propriedades, em estado de cultura, onde poderem ser estabelecida pelo menos 30 familias.

Pertencem á 2ª categoria: as propriedades nas condições precedentes que puderem admitir 200 familias no minimo, e já possuirem estradas viaveis no interior, e com communicações com os mercados de consumo, ou estação de via ferrea, ou portos maritimos ou fluviaes, e bem assim fabricas e machinas para o beneficiamento dos productos.

Pertencem á 3ª categoria: as grandes propriedades, como sejam: engenhos centraes, fabricas de qualquer especie, que possuirem territorio já cultivado, ou inculto, onde puderem ser collocadas pelo menos 500 familias de trabalhadores agricolas e que tiverem preenchido as condições estabelecidas para as de 2ª categoria; e em geral os territorios adquiridos pelas empresas que se formarem para o povoamento das terras devolutas da União, ficando obrigadas a preencher as condições do art. 23, e bem assim a collocar, pelo menos, aquelle numero de familias, e a estabelecer os engenhos e fabricas precisas para o beneficiamento e aproveitamento dos productos e materias primas, e bem assim casas para escolas e enfermarias.

Art. 34. Os favores a que teem direito as propriedades comprehendidas na 1ª categoria consistem no premio de 200\$, por familia que for collocada, e bem assim no de 250\$, para a casa provisoria.

As propriedades comprehendidas na 2ª categoria terão, além dos favores precedentes, mais a quantia de 1:500\$, por kilometro de estrada que for necessaria, para ligar a séde da propriedade á mais proxima estação de via-ferrea, ou a um centro de consumo.

As propriedades de 3ª categoria terão não só os favores já mencionados para as duas primeiras, como tambem o auxilio de 800\$ para a construcção de caminhos internos; e bem assim a concessão de terras devolutas que forem precisas para o estabelecimento do dobro do numero minimo de familias que deverem ser estabelecidas nos termos do art. 33.

Si o Governo julgar conveniente, poderá o auxilio para a construcção da estrada ligando a séde á estação mais proxima de via-ferrea, ou centro de consumo, ou porto fluvial, ou maritimo, ser substituido pela garantia de juros de 6 % sobre o preço maximo de 15:000\$ por kilometro de via-ferrea economica, durante o prazo de 20 annos, segundo as condições que forem estabelecidas.

Art. 35. O proprietario que tiver em sua propriedade cem familias regularmente localisadas, receberá o premio de 5:000\$.

Este premio se repetirá tantas vezes, quantas for proporcionalmente preenchida aquella condição, effectuando-se o respectivo pagamento, depois de feitas as necessarias verificações.

CAPITULO VI

DA EFFECTIVIDADE DOS FAVORES - MODO DO PAGAMENTO

Art. 36. Uma vez classificada a propriedade, serão os premios relativos á casa provisoria e á localisação pagos á proporção que forem se estabelecendo os immigrantes, por grupos nunca menores de 10 familias, 90 dias depois do estabelecimento da ultima familia, á vista do attestado do fiscal designado, declarando que as familias estão devidamente localisadas e installadas nas casas provisorias, conforme o typo adoptado.

Na mesma proporção será feito o pagamento das prestações relativas aos caminhos vicinaes, á vista da medição feita na planta geral da propriedade, e dos lotes occupados.

O pagamento da subvenção arbitrada para as estradas geraes effectuar-se-ha á vista dos estudos approvados, depois que se achar estabelecida a quarta parte do numero de familias que deve contar a propriedade.

Art. 37. Sempre que se retirar uma ou mais familias, pelas quaes já tenham sido pagos os respectivos premios, deverá o proprietario communicar ao fiscal nomeado, afim de que os retirantes não vão receber novos favores em outra propriedade.

Nos pagamentos subsequentes será abatida a importancia da casa provisoria existente no lote abandonado.

CAPITULO VII

DA HABILITAÇÃO DOS PROPRIETARIOS PARA RECEBER OS FAVORES MENCIONADOS

Art. 38. Os proprietarios que desejarem receber os favores consignados neste decreto deverão apresentar á Inspectoria Geral das Terras e Colonisação o seu requerimento, instruido na conformidade dos arts. 20, 21 e 22, acompanhado pela planta da propriedade.

Art. 39. Depois de effectuadas as necessarias diligencias, será o requerimento apresentado ao Ministro, que, em despacho, declarará si a propriedade é acceita, e qual a categoria que lhe cabe, entrando desde logo a referida propriedade no gozo dos favores que lhe pertencerem, ficando subentendido que o proprietario subordina-se ás disposições deste decreto.

Art. 40. Os pretendentes á formação de empresas, na fórmula do final da ultima parte do art. 33, deverão instruir os seus requerimentos com documentos que provem a sua idoneidade e os recursos de que dispõem para realizar a sua pretensão.

Depois de deferidos, deverão, no prazo maximo de um anno, effectuar a medição das terras que lhes forem concedidas, recolhendo a respectiva importancia á razão de 1\$033 por hectare, conforme os termos da concessão, ao Thesouro Publico, ou ás Thesourarias dos Estados.

Art. 41. Sómente depois de preenchida esta formalidade poderá o concessionario entrar no gozo dos demais favores.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 42. Sobre o numero total das familias de immigrants que forem localisados, poderão ser admittidos 25 % de nacionaes, comtanto que sejam morigerados, laboriosos e aptos para o serviço agricola, os quaes terão direito aos mesmos favores concedidos áquellas.

Art. 43. Em tudo o mais que for relativo ao fornecimento de immigrants, observar-se-ha o disposto no presente decreto.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 28 de junho de 1890, 2º da Republica.

Manoel Deodoro da Fonseca.

Francisco Glicerio.

Este texto não substitui o original publicado no Coleção de Leis do Brasil de 1890

Publicação:

- Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1424 Vol. 1 fasc.VI (Publicação Original). Disponível em: <<http://www.camara.leg.br>>